

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Valaci Euzebio**

**(IM)PARCIALIDADE NA COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA: QUESTÕES  
ENUNCIATIVAS E A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM**

**Passo Fundo, novembro de 2015.**

**Valaci Euzebio**

**(IM)PARCIALIDADE NA COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA: QUESTÕES  
ENUNCIATIVAS E A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Professora Doutora Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

**Passo Fundo**

**2015**

*Para minha mãe amada,  
Doroti Maria Euzebio, razão da minha vida!*

## AGRADECIMENTOS

*Primeiramente, a Deus, por me conceder a oportunidade de realizar esse sonho: o Mestrado. Em todos os momentos, me amparando, me dando força e fé, demonstrando o seu amor, imensurável.*

*A minha mãe amada, Doroti Maria Euzebio, pelo gigantesco apoio, nunca medindo esforços para me ajudar. Sempre presente na minha caminhada acadêmica, me aconchegando com muito amor, carinho, esperança e compreensão. Te amo!*

*Ao meu esposo, Eduardo Bellaver, pelas inúmeras atitudes de amor e cooperação, se tornando presente mesmo na ausência.*

*Aos meus professores do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Graduação em Comunicação Social, e da Especialização em Gestão de Marketing, da Universidade de Passo Fundo, que contribuíram para a minha formação educacional.*

*A todos os professores, Mestres e Doutores, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, pelos ensinamentos durante o curso, pelas trocas de experiências e pelas conversas inspiradoras.*

*A minha orientadora, Professora Doutora, Claudia Stumpf Toldo Oudeste, que muito mais que orientar, possibilitou a expansão de conhecimentos. Muito obrigado pelo seu empenho, dedicação, profissionalismo e carinho. Com certeza é um exemplo para ser seguido.*

*Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.*

*Émile Benveniste*

## RESUMO

O presente estudo pretende discutir a existência (ou não) da imparcialidade jornalística, tendo em vista a existência da subjetividade na linguagem, tão amplamente discutida no meio acadêmico, fato que explica essa reflexão científica. O tema da pesquisa centra-se na questão da imparcialidade, sendo esta percebida como um dos alicerces do jornalismo, ressaltando que a própria isenção sobre um tema já mostra um posicionamento, e a subjetividade sendo marcada pela linguagem utilizada no texto. A justificativa aponta que a comunicação social apresenta essa diversidade de relações, fazendo uma analogia pode-se dizer que de um lado está o discurso para a comunicação, e do outro a subjetividade da língua, envolvendo a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação. O corpus de análise centra-se em três notícias da Revista Veja, no formato on-line, publicadas no seu site oficial, envolvendo o tema educação, cujos títulos são “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, e “Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas”, diz economista do Banco Mundial”. Esse fenômeno envolve língua, linguagem, homem e sociedade de tal forma que fica impossível separá-los. Eles se tornaram elementos indissociáveis. Sendo assim, fundamentamos a necessidade de investigar a imparcialidade e a subjetividade neste gênero textual: a notícia on-line. A metodologia caracteriza uma pesquisa descritiva, bibliográfica e com abordagem qualitativa. Nesse sentido, desenvolvemos um percurso metodológico de leitura e de escrita. O primeiro capítulo é introdutório, apresentando o que vai ser abordado nesse estudo. O segundo é destinado a Teoria da Comunicação: quem não se comunica se trumbica; contemplando oito seções. O terceiro capítulo propõe um estudo da Teoria da Enunciação de Benveniste: um olhar sobre o texto; apresentando seis seções. O quarto é para metodologia e análise do corpus; expondo sete seções, e as considerações finais. Com base em nosso aporte teórico e bibliográfico, detectamos um distanciamento das três matérias noticiosas com a imparcialidade jornalística, ao mesmo tempo em que presenciamos uma aproximação com a subjetividade na linguagem.

**Palavras-chave:** Imparcialidade, Jornalismo, Enunciação, Subjetividade, Linguagem.

## ABSTRACT

This study discusses the existence (or not) of journalistic impartiality, given the existence of subjectivity in language, as widely discussed in academic circles, which explains this scientific reflection. The theme of the research focuses on the question of impartiality, which is perceived as one of the foundations of journalism, emphasizing that the very exemption on a theme already shows a positioning, and subjectivity being marked by the language used in the text. The justification shows that the media presents this diversity of relationships, making an analogy can be said that on one side is the speech for communication, and the other language of subjectivity, involving Communication Theory and the Theory of Enunciation. The corpus of analysis focuses on three news magazine *Veja*, the online format, published on its official site, involving the theme education, whose titles are “In 2022, Brazil is a country of literate - and nothing else”, “Fies: application deadline for pre-selected ends on Tuesday”, and ““Barriers to improve education in Brazil are political’, says World Bank economist”. This phenomenon involves language, language, man and society in a way that is impossible to separate them. They became inseparable. So, it is based on the need to investigate the impartiality and subjectivity in this genre: the online news. The methodology features a descriptive bibliography and with qualitative research approach. Accordingly, we developed a methodological path of reading and writing. The first chapter is introductory, presenting what will be addressed in this study. The second is aimed at Communication Theory: who does not communicate if trumbica; covering eight sections. The third chapter proposes a study of the Theory of Enunciation Benveniste: a look at the text; featuring six sections. The fourth is to methodology and analysis of the corpus; exposing seven sections, and the final considerations. Based on our theoretical and bibliographic input, we detected a detachment of the three news stories with journalistic impartiality, while we witness an approach to subjectivity in language.

**Keywords:** Impartiality, Journalism, Enunciation, Subjectivity, Language.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2. TEORIA DA COMUNICAÇÃO: QUEM NÃO SE COMUNICA SE TRUMBICA ..</b>	<b>12</b>
2.1 A noticiabilidade diante de tantos fatos .....	13
2.2 Os gêneros do discurso: indiscutivelmente presentes em tudo .....	20
2.3 Os bastidores da construção de uma notícia .....	26
2.4 A presença (in)visível da (im)parcialidade no jornalismo .....	31
2.5 Jornalismo on-line: o espírito da carne ou a carne do espírito .....	34
2.6 Revista Veja on-line: um mundo textual e hipertextual .....	40
2.7 Texto tem início, meio e fim .....	41
2.8 Hipertexto e sua incompletude .....	44
<b>3. TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE: UM OLHAR SOBRE O TEXTO</b>	<b>47</b>
3.1 Saussure: sua principal influência .....	51
3.2 Émile Benveniste – quem é? .....	54
3.3 Casamento ou divórcio: a inter-relação entre Saussure e Benveniste .....	58
3.4 A dona da razão: a língua marca a subjetividade .....	59
3.5 Eu e tu somos pessoas no tempo e no espaço .....	64
3.6 Interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação .....	70
<b>4. METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS .....</b>	<b>74</b>
4.1 Procedimentos metodológicos .....	75
4.2 Seleção e descrição do corpus .....	77
4.3 Análise enunciativa da notícia on-line .....	79
4.4 Análise da notícia 01 .....	81
4.5 Análise da notícia 02 .....	86
4.6 Análise da notícia 03 .....	91
4.7 Discussão dos resultados .....	97
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>105</b>
ANEXO A – NOTÍCIA 01 .....	106
ANEXO B – NOTÍCIA 02 .....	108
ANEXO C – NOTÍCIA 03 .....	109



## 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa nos propomos a realizar uma investigação para verificar como acontece a “dita” construção da imparcialidade jornalística diante da subjetividade na linguagem. Será isso possível quando falamos em linguagem humana? Essa pergunta nos impulsiona a pensar e a refletir acerca da afirmação de que as pessoas se mostram pela linguagem, esta sendo compreendida como a condição para a comunicação humana. Diante disso, podemos entender a subjetividade como a competência do locutor para se projetar como sujeito. Nesse contexto, abrangemos a neutralidade diante das balizas da língua, buscando construir subsídios para descrever de que forma é possível estabelecer a tão esperada isenção num material noticioso.

O tema desse estudo tem base na suposta imparcialidade da notícia on-line, mais especificamente, na Revista Veja, em formato digital. Essa delimitação busca estabelecer uma interface entre essa “dita” imparcialidade, presente no jornalismo on-line, e as marcas da subjetividade verificadas na enunciação, costurando, dessa forma, fundamentos da Teoria da Comunicação com a Teoria da Enunciação de Benveniste.

A questão norteadora é a seguinte, investigarmos se é possível encontrar ou detectar a imparcialidade no gênero textual notícia, no formato on-line, analisando a enunciação através das marcas linguísticas que apontam ou denunciam a subjetividade na linguagem. Este trabalho se justificativa na medida em que a imparcialidade é um conceito-chave quando se trata do jornalismo, aparecendo no formato impresso, televisivo, radiofônico, ou especificamente nesse estudo, tomado no meio on-line. Diante disso, a neutralidade parece impossível de ser alcançada pelas marcas estabelecidas na linguagem do texto jornalístico.

A partir da análise do corpus, que são três notícias recortadas da Revista Veja on-line, a primeira chamada “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, de 02 de julho, a segunda denominada “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, de 31 de agosto, e a terceira intitulada, “‘Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas’, diz economista do Banco Mundial”, de 15 de setembro. Desse modo, pretendemos investigar esses procedimentos do enunciado, levando em consideração que existe o tempo do acontecimento e o da enunciação, também enaltecendo os critérios de noticiabilidade, verificando a partir de quais elementos que um fato alcança o status de notícia. Essa pesquisa procura estudar esse discurso, que na maioria das empresas de

comunicação se apresenta como imparcial e neutra, e ao mesmo tempo, sugerem que a isenção nunca poderá ser atingida de maneira total.

Acerca dessa reflexão, o objetivo geral deste trabalho é estudar, numa perspectiva enunciativa, a possível imparcialidade no gênero notícia diante das marcas linguísticas no uso da língua; enquanto os objetivos específicos anseiam: a) identificar, na Teoria da Comunicação, os alicerces que norteiam a imparcialidade no jornalismo on-line; b) observar as possíveis marcas da subjetividade na linguagem que denotam a categoria de pessoa e de não-pessoa, de tempo e de espaço; c) construir subsídios teóricos para estabelecer uma interface entre imparcialidade e enunciação; e d) analisar o uso da língua em notícias, observando a imparcialidade versus a subjetividade no processo enunciativo desse gênero textual.

A proposta desse estudo ambiciona encontrar as possíveis marcas da subjetividade na linguagem, através das palavras e do ato de escrever, que impedem o jornalista de dizer o que quer enviesando a ótica por uma determinada posição, geralmente, apontada pelo veículo de comunicação. Com base na referência bibliográfica desse estudo, entendemos que os jornalistas, quase todos, tem essa preocupação com a imparcialidade, mas, por outro lado, também tem a dificuldade de se convencer de que essa linguagem utilizada é neutra, como afirmam os teóricos da comunicação social, ou mais especificamente, do jornalismo. Também pretendemos auxiliar na contribuição social, intelectual e epistemológica sobre o tema, acenando para futuras discussões da neutralidade, presente no jornalismo on-line, diante das possíveis marcas da subjetividade na linguagem.

Através da realização dessa pesquisa buscamos identificar, se é possível ou não, atingir a imparcialidade no jornalismo on-line, sendo que até a neutralidade indica um posicionamento. Sobre o amparo teórico, o nosso principal marco é Émile Benveniste, âncora da fundamentação crítica e analítica dessa dissertação, por ser referência nos estudos da enunciação.

Tratando de metodologia, o presente trabalho tem caráter descritivo, bibliográfico e de abordagem qualitativa. O recorte do corpus são três notícias da Revista Veja, no formato on-line. A coleta dos dados tem o intuito de pesquisar a estratégia discursiva em relação à imparcialidade e à subjetividade na linguagem. Como critério de seleção, optamos em escolher a matéria mais lida pelos internautas, informação disponibilizada publicamente no site oficial (<http://veja.abril.com.br>), estabelecendo ainda uma editoria específica, educação, num determinado período, os meses de julho, agosto e setembro de 2015. A análise e a interpretação dos dados ocorrem a partir da leitura dos teóricos dessa temática, procurando

estabelecer subsídios e construir uma interface entre a imparcialidade do jornalismo on-line e a enunciação, que está marcada pela subjetividade na linguagem, com o intuito de elaborar um diálogo entre as duas teorias: Comunicação e Enunciação.

Frente ao tema traçamos um plano de leitura e de escrita. O primeiro capítulo dessa dissertação nos traz aspectos introdutórios que auxiliam na compreensão e, numa visão geral, esclarece os alicerces desse assunto. O segundo capítulo teórico abrange a Teoria da Comunicação: quem não se comunica se trumbica, esse título já sugere características de língua, diálogo e linguagem. Essa parte é destinada a abordar o jornalismo, teoricamente fundamentada, essencialmente, por Wolf (1999, 2003) e Traquina (2002, 2005). Nessa reflexão apresentamos oito seções, são elas: A noticiabilidade diante de tantos fatos; Os gêneros do discurso: indiscutivelmente presentes em tudo; Os bastidores da construção de uma notícia; A presença (in)visível da (im)parcialidade no jornalismo; Jornalismo on-line: o espírito da carne ou a carne do espírito; Revista Veja on-line: um mundo textual e hipertextual; Texto tem início, meio e fim; Hipertexto e sua incompletude.

O terceiro capítulo é destinado, exclusivamente, à Teoria da Enunciação de Benveniste: um olhar sobre o texto, embasado teoricamente por Benveniste (2005, 2006) e Saussure (2006). Diante disso, preparamos seis seções, vamos a elas: Saussure: sua principal influência; Émile Benveniste, quem é?; Casamento ou divórcio: a inter-relação entre Saussure e Benveniste; A dona da razão: a língua marca a subjetividade; Eu e tu somos pessoas no tempo e no espaço; Interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação.

O quarto capítulo é desenvolvido para abordar a metodologia e análise do corpus dessa pesquisa. Nessa parte ocorre à explanação dos fatores que estão presentes na seleção da notícia, apresentando as principais características desse processo, contemplando sete seções, que são: Procedimentos metodológicos; Seleção e descrição do corpus; Análise enunciativa da notícia on-line; Análise da notícia 01; Análise da notícia 02; Análise da notícia 03. Em seguida, aparecem as considerações finais, ressaltando o que mais nos chamou a atenção e merece destaque neste trabalho acadêmico.

Enfim, essa pesquisa está marcada pelos estudos da subjetividade na linguagem pelas três categorias: de pessoa, de tempo e de espaço, tornando possível um eu estar aqui e agora.

## 2. TEORIA DA COMUNICAÇÃO: QUEM NÃO SE COMUNICA SE TRUMBICA

Neste trabalho pretendemos realizar uma leitura interdisciplinar entre a comunicação e a linguística, a partir de construtos teóricos destas linhas de investigação: Teoria da Comunicação e Teoria da Enunciação de Benveniste. A relevância dessa abordagem inicial se justifica pelo fato de o jornalismo, especificamente tomado como objeto de análise, tratar de assuntos que afetam a vida das pessoas, seja de forma direta ou indiretamente. A notícia, hipoteticamente falando, independe da diferença do meio de comunicação que veicula, porque a opinião é de cada um, mas a história é de todos.

O jornalismo é feito do coletivo e não do individual, por isso, necessitamos estar perto das histórias e interagir com as pessoas. Nesse sentido, a primeira seção deste trabalho é dedicada à Teoria da Comunicação, apresentando um breve histórico, os pressupostos de um acontecimento para obter o status de notícia, ainda, de que maneira ocorre à construção e as rotinas de produção, instigamos também a presença da imparcialidade neste cenário, envolvendo as principais características no jornalismo on-line, da revista Veja on-line, em que ressaltamos os gêneros discursivos, especialmente, a notícia.

Para contextualizarmos a Teoria da Comunicação é necessário citar, de forma breve, os fundamentos do jornalismo que Wolf (2003) expõe: *agenda-setting* (agendamento), *newsmaking* (produção da notícia), *gatekeeping* (selecionador da pauta), espiral do silêncio, juntamente com as teorias do espelho, da construção da realidade, da participação pública, da ação política, do desenvolvimento jornalístico, dos efeitos, da linguagem, da recepção e da cognição, aspectos que serão explorados no decorrer dessa pesquisa.

Pontuamos o tratamento dos fatos no âmbito da Teoria do *Newsmaking*, instituindo elementos que atuam na elaboração da matéria noticiosa, por exemplo, a ação pessoal do jornalista que dialoga com a proposição do *gatekeeping*; o organizacional, a relação que se estabelece com os proprietários das empresas de comunicação, com os colegas, com as fontes e com os leitores, assinalando a hipótese do agendamento (*agenda-setting*), considerando os fatores tecnológico, ideológico, histórico e cultural.

A Teoria do Espelho é uma das mais relevantes, inspirada no positivismo do francês<sup>1</sup> Auguste Comte, explana que para a notícia ter qualidade é necessário que o jornalista

---

<sup>1</sup> Positivismo: O francês Augusto Comte é considerado o pai desta corrente filosófica, originada na França, no século XIX, com o intuito de explicar as leis do mundo com métodos das ciências. Acredita que o conhecimento científico é único e verdadeiro.

descreva o caso como se fosse uma imagem refletida no espelho, o que permite realizar uma associação com a tão propagada imparcialidade jornalística.

Diante do exposto, a partir deste momento, abordaremos de que forma um acontecimento obtém o status de notícia, salientando que num emaranhado de tantos acontecimentos diários, quais são os critérios de valores/notícia determinantes nessa seleção, teoricamente aportados por Kunczik (2001), Traquina (2005) e Wolf (1999, 2003).

## 2.1 A NOTICIABILIDADE DIANTE DE TANTOS FATOS

Com a intenção de desvendarmos como um acontecimento se torna notícia, nesse momento, a discussão incide em torno dos embasamentos da noticiabilidade e dos fundamentos intrínsecos que constituem esse cenário. Esse estudo anseia propiciar uma discussão entre a noticiabilidade e os critérios de notícia ou de valores/notícia, postulados pelos teóricos Traquina (2005) e Wolf (1999, 2003), a fim de investigarmos o conceito de imparcialidade e de compreendermos como um acontecimento consegue alcançar o status de notícia. Também, com o intuito de conceder subsídios de investigação e análise do corpus.

A noticiabilidade é a potencialidade que um fato tem de se tornar notícia, argumenta Wolf (2003), abrangendo instâncias de critérios de noticiabilidade ou de valores/notícia. Primeiramente, se refere à origem e seleção, com foco na relevância e na escolha do que pode se converter em matéria noticiosa, em um acontecimento jornalístico, por exemplo, conflito, notoriedade, curiosidade, dramaticidade, emoção, suspense e tragédia.

Por fim, e mais relevante para o presente estudo estão os critérios ético-filosóficos de noticiabilidade, instância que possibilita atualizar a argumentação, ocasionando polêmica e reflexão, sobre os fundamentos clássicos do exercício da profissão de jornalista, destacando: a objetividade, a verdade/veracidade, a imparcialidade, o interesse público, a responsabilidade civil e social. Esses critérios orientam as ações das duas instâncias anteriores. A imparcialidade será tomada como um aspecto especial e de exploração nesse estudo.

Essa abordagem sobre a noticiabilidade permite entendermos como é feita a escolha das informações veiculadas. Tendo em vista que os meios de comunicação selecionam as matérias que serão divulgadas a partir de critérios de noticiabilidade, onde as de maior relevância e interesse social são publicadas como produtos finais.

Sobre a escolha de notícias, Kunczik (2001) articula que os meios de comunicação realizam uma amnésia estrutural da sociedade moderna, intuindo que informações importantes podem ser submersas. “A seleção de notícias equivale a restringir o volume de informações, o que significa a seleção de assuntos que alguém acha que merecem ser publicados”, suscita Kunczik (2001, p. 237).

A discussão sobre o modo como as matérias noticiosas são selecionadas iniciaram em 1960, na opinião de Kunczik (2001), quando estudos acadêmicos pesquisavam a comunicação, dando origem a perspectiva do *newsmaking*<sup>2</sup>. Wolf (1999) contextualiza que o *newsmaking* acontece entre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e dos processos produtivos. A pergunta chave dessa corrente teórica é quais os acontecimentos que se transformam em notícias.

O *newsmaking* acontece em dois âmbitos, assegura Wolf (1999): de um lado a cultura profissional dos jornalistas, e do outro, a organização das tarefas e dos métodos produtivos. Diariamente ocorrem inúmeros casos na sociedade, essa fartura de informações faz com que haja requisitos para a veiculação de determinados acontecimentos.

Contudo, Wolf (1999, p. 162) argumenta que “as zonas filtro são controladas por sistemas objetivos de regras ou por *gatekeepers*. Neste último caso, há um indivíduo, ou um grupo, que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia”. Os profissionais de comunicação são percebidos como portadores de valores e de rotinas próprias, incluindo restrições às informações elaboradas, portanto, já começamos a delinear a subjetividade na linguagem em contraponto a imparcialidade no texto jornalístico.

Nesse mesmo raciocínio, Wolf (1999, p. 165), comenta:

Segundo este ponto de vista, autonomia profissional e distorção da informação surgem como duas faces da mesma moeda: a perspectiva é muito mais radical do que aquela que, remetendo toda a deficiência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente para pressões e influências externas, se priva da possibilidade de captar o funcionamento da ‘distorção inconsciente’, ligadas às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar.

As requisições organizativas e estruturais, juntamente com as características técnico e expressivas de cada meio de comunicação, podem contribuir para simular a realidade do *mass media*, reforça Wolf (1999), interferindo significativamente na mídia de massa. Nesse mesmo pensamento, Wolf (1999, p. 170) expressa que “estabelece-se assim, um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a

---

<sup>2</sup> As expressões *newsmaking*, *gatekeepers*, *mass media*, *newsworthiness* e *news values* são conceitos de Wolf (1999), e por serem consideradas palavras estrangeiras aparecem em itálico no presente estudo.

sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia”. Cada meio de comunicação, rádio, televisão, jornalismo impresso ou jornalismo on-line, possui peculiaridades em relação ao discernimento do que vai se tornar notícia.

Na visão de Wolf (1999), a noticiabilidade é um conjunto de critérios com os quais os veículos de comunicação realizam a seleção de notícias. Esse entendimento de noticiabilidade está associado ao de expectativa da matéria noticiosa, indicando os acontecimentos que merecem ser publicados. “Segundo esta perspectiva, ‘faz notícia’ aquilo que, depois de tornado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas é, suscetível de ser ‘trabalhado’ pelo órgão informativo sem demasiadas alterações e subversões do ciclo produtivo normal”, argumenta Wolf (1999, p. 171). Na prática diária do fazer jornalismo, os profissionais de comunicação estudam como farejar uma matéria noticiosa, ou, aprendem a lidar com essa situação de ter que elencar quais serão relevantes e realmente irão fazer a diferença para as pessoas, ou para seus leitores, ouvintes, telespectadores, enfim, seu receptor da mensagem.

A noticiabilidade de um acontecimento, confirma Wolf (1999), pode ser ponderada pelo nível de coerência que proporciona em relação à rotina de produção. Com esse raciocínio, adverte o que é noticiável parte da facilidade do material informativo, que é realizado a partir do tempo e do espaço, aspectos intrínsecos da Teoria da Comunicação que também entram em discussão na Teoria da Enunciação de Benveniste, proporcionando leitura e compreensão interdisciplinar entre comunicação e linguística.

Nessa proposta teórica, a noticiabilidade implica valores/notícia: “Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias, podemos definir os valores/notícia (*news values*) como uma componente da noticiabilidade”, acentua Wolf (1999, p. 175). É praticamente impossível poder mensurar quantos fatos acontecem, por exemplo, em uma hora do dia, das 8h às 9h da manhã, portanto, cada meio de comunicação elege critérios próprios para serem determinantes e substancialmente sólidos para construir uma matéria noticiosa.

Os critérios utilizados na escolha dos fatos que se tornarão matérias noticiosas funcionam em pacotes, defende Wolf (1999), sendo a disparidade de afinidades que se situam com os distintos valores/notícia e indicam a eleição de um caso. “A principal exigência é, por conseguinte, rotinizar tal tarefa, de forma a torná-la exequível e gerível. Os valores/notícia servem, exatamente, para esse fim”, define Wolf (1999, p. 176). Na rotina de produção existe o exacerbado número de acontecimentos e a alta demanda em função do tempo de fechamento



das edições diárias, é comum que os meios de comunicação busquem hábitos que auxiliem na elaboração das matérias jornalísticas, muitas vezes, através de pacotes de valores.

Os valores/notícia, argumenta Wolf (1999), devem auxiliar na hora da escolha dos fatos, fazendo com que ocorra de forma rápida e automática, apresentando flexibilidade e comparação, disseminando os empecilhos. Na opinião de Wolf (1999), duas considerações são fundamentais. A primeira assinala o caráter dinâmico dos valores/notícia que são alterados pelo tempo e em função de gerações e ideologias. A segunda aponta que é necessária a especialização temática, que pondera na maneira como os valores/notícia se explicam em métodos organizativos, valendo para a noticiabilidade a organização da redação em esferas temáticas exclusivas.

Dessa forma, Wolf (1999, p. 179), conceitua que “os valores/notícia podem ser entendidos quanto: às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público; à concorrência”. Na visão de Wolf (1999), os critérios substantivos fundamentam-se em dois elementos: a importância e o interesse da matéria noticiosa. O primeiro deles, a importância, é dividido em quatro variáveis, que são: grau e nível hierárquico; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que vai abranger; relevância e significatividade do acontecimento. Portanto, detalharemos cada um desses aspectos. Primeiramente, tratamos do grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável. Na percepção de Wolf (1999, p. 181):

Alguns dos fatores que definem, operativamente, o valor/notícia ‘importância’ de um acontecimento, são, portanto, o grau do poder institucional, o relevo de outras hierarquias não institucionais, a sua ‘visibilidade’ (isto é, a possibilidade de serem reconhecidas fora do grupo de poder em questão), a amplitude e o peso dessas organizações sociais e econômicas.

O segundo elemento, abordado por Wolf (1999), é o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, e aponta para a importância que determinado caso tem de influenciar ou advir o interesse do país. Wolf (1999) enfatiza que também acompanha essa questão o valor/notícia da proximidade, ressaltando a área geográfica e a semelhança cultural.

No terceiro fator, Wolf (1999) articula a quantidade de pessoas que o acontecimento, de fato ou potencialmente, vai abranger. O quarto elemento, considerado por Wolf (1999), trata da relevância e da significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação, em que a importância de um acontecimento depende de diversos subsídios, como a concorrência e as características técnicas.



Sobre o interesse da matéria noticiosa existe uma ponderação mais compósita e menos vinculativa para todos. “São interessantes as notícias que procuram dar uma interpretação de um acontecimento baseada no aspecto do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção”, acentua Wolf (1999, p. 184). A competência para entreter as pessoas também é um aspecto relevante de valor/notícia.

A outra categoria de valores/notícia, definida por Wolf (1999), aborda a disponibilidade de materiais e as características específicas do produto informativo. Sobre disponibilidade é preciso observarmos o acesso ao fato, verificando as condições para a sua cobertura. Os critérios relativos ao produto estão presentes em todas as matérias noticiosas. Desse modo, a notícia também pode ser entendida como consequência de uma ideologia da informação, fundamentada na história dos preceitos informativos e do jornalismo, concebe Wolf (1999). Também precisamos enaltecer o critério da brevidade, que aborda sobre o essencial das matérias noticiosas e a atenção. “Constitui notícia aquilo que altera a rotina, as aparências normais”, conceitua Wolf (1999, p. 185). Como diz um provérbio popular, notícia ruim chega rápido, quando ocorre algo inesperado ou inusitado, os meios de comunicação publicam.

Dando sequência, a atualidade é outro valor/notícia relativo ao produto informativo, e esclarece que quanto mais recente for o acontecimento maior é a chance de se transformar em matéria noticiosa. Abordando sobre a dose de atualidade que os acontecimentos devem ter, Wolf (1999), acrescenta a atualidade interna e o tabu da repetição. A qualidade da história também é um critério essencial.

Na percepção de Wolf (1999, p. 188), o equilíbrio é o último valor/notícia coerente ao produto:

O equilíbrio pode dizer respeito quer ao jornal, ou ao telejornal, no seu conjunto, quer a elementos específicos como a cobertura geográfica (procura-se ter notícias que cubram, dentro do possível, todo o território nacional), as classes etárias (notícias que possam interessar, tendencialmente, todas as camadas da população), etc.

Os critérios de noticiabilidade, relativos aos meios de comunicação, são o modo como à matéria noticiosa é apresentada, defende Wolf (1999), também considerando a frequência do caso. “Modificações importantes do formato do noticiário implicam, parcialmente, avaliações e composições diversas do conjunto dos valores/notícia aplicados nas escolhas do material noticiável”, explana Wolf (1999, p. 190). Tendo em vista os aspectos apresentados por Wolf (1999), é possível identificar que existem muitos critérios que influenciam na seleção de matérias noticiosas, eles por si estão relacionados aos interesses das empresas de

comunicação. Desse modo, evidenciamos o papel do jornalista, que é de divulgar assuntos que possam auxiliar de alguma forma a sociedade, aspecto relevante e que vai ao encontro da presente pesquisa. Entretanto, o jornalista também pode contribuir, ou não, com a imparcialidade jornalística, situação que pode ser percebida com a utilização da linguagem, ou, com a subjetividade na linguagem.

Acerca dessa reflexão, Wolf (1999) aponta que a noticiabilidade é estabelecida por um conjunto de fatores, envolvendo dois ângulos, essencialmente, o ponto de vista dos meios de comunicação e do jornalista. O que não faz parte do status de notícia e não atende as rotinas de produção está excluído. Julgamos oportuno mencionar, nesse momento, a ética profissional que também está estreitamente ligada às rotinas de produção, já construindo um caminho para a imparcialidade da informação. O que não se torna matéria noticiosa tem um fim, se perde entre a transformação do caso e a não veiculação pela comunicação de massa.

Desse modo, entre os fundamentos da notícia, Wolf (1999) enaltece: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Com o pensamento de que o caso pode ser verificado e que um indício pode ou não ser comprovado, novamente, surge à ideia da responsabilidade civil e social do profissional da área comunicacional em relação à isenção.

Contudo, Wolf (1999) pontua a proximidade, esclarecendo que o ser humano tem interesse em saber o que está acontecendo ao seu redor, de maneira direta, não valendo somente a geografia. Mas, sem deixarmos de lado, a proximidade indireta que por algum motivo pode interferir, por exemplo, um reajuste no valor dos combustíveis. A atualidade é instantaneamente o momento, os fatos do passado e do futuro auxiliam na contextualização, mas o foco é no presente atual, são as ocorrências mais próximas do nosso tempo. Ao tratarmos da identificação social, explicamos que são as matérias noticiosas da realidade social do leitor, tomado na Teoria da Comunicação como o receptor da mensagem, sendo chamado nesse estudo de leitor/receptor.

Seguindo o mesmo raciocínio, apontamos a intensidade da notícia, e como o próprio nome já diz, quanto mais intenso for, maior será a sua repercussão, instigando a atenção do leitor/receptor. O ineditismo, outra característica central, mostra a raridade e está diretamente ligada à recepção da matéria noticiosa, podendo ser considerada corriqueira, interessante, ou ainda, dependendo da abordagem, ser tachada como cômica ou ocasionar descrédito. Por fim, a identificação humana diz respeito a notícias de pessoas notáveis, consideradas referências e que constroem um ideal humano, por exemplo, um ídolo.

A imparcialidade, ou seu sinônimo, isenção, aponta uma condição expressiva para o jornalista e também para os meios de comunicação, afirma Wolf (1999), se tornando uma espécie de selo de qualidade de que a informação é neutra. Esse aspecto fomenta a ideia de que as matérias não estão beneficiando um determinado lado da situação, contribuindo para a ética e a responsabilidade social, papéis fundamentais para o profissional da comunicação.

Entretanto, abordando especificamente o jornalismo impresso e o jornalismo on-line, na visão de Wolf (1999), percebemos que cada veículo de comunicação possui um estilo próprio de lidar com as necessidades e demandas do meio em que atua, acrescentando ainda a periodicidade e a instantaneidade. Dessa forma, as informações publicadas obedecem a critérios para permanecer em sintonia empresa de comunicação, profissionais da área e leitores/receptores.

Traquina (2005) é considerado um dos principais estudiosos brasileiros da comunicação, o que justifica a sua abordagem nesse estudo. Ele também analisa os critérios adotados para que um fato se torne uma matéria noticiosa. Um dos aspectos de noticiabilidade é a morte, por ser de interesse público e porque as pessoas não tratam de sua finitude, reforça Traquina (2005, p. 79), “onde há morte, há jornalistas”. A morte, por ser sempre inesperada, gera uma notícia.

Outro ponto importante é da notoriedade, que contempla seres de destaque, que possuam influência social ou econômica. Acerca dessa reflexão, Traquina (2005, p. 79), vislumbra que, “é fácil visualizar este valor-notícia ao ver a cobertura de um congresso partidário e a forma como os membros da tribo jornalística andam atrás das celebridades políticas”. As personalidades públicas despertam o interesse e a curiosidade das pessoas, ocasionam polêmica e se tornam notícia.

Nesse mesmo contexto, Traquina (2005, p.80) acrescenta a proximidade como “valor-notícia fundamental da cultura jornalística”. Essa característica é um dos fatores mais importantes na hora de escolher um, entre tantas opções, para se tornar material noticioso, também incluindo o contorno geográfico, social e psicológico.

O grau de relevância, na percepção de Traquina (2005), também é determinante, ponto de vista que culmina com a imparcialidade da informação. Em seguida, Traquina (2005), elenca o tempo como um critério de noticiabilidade, podendo ser em âmbito passado, presente e futuro, esclarecendo ainda que no jornalismo o leitor/receptor se interessa pela primeira e pela última vez, a novidade também atrai a atenção e é um fator decisivo nesse cenário.

Desse modo, ponderamos a notabilidade que se refere à qualidade de ser visível da notícia, quanto mais fácil de ser visualizada e compreendida maior será a recepção. O conflito

é outro valor/notícia importante, defende Traquina (2005), tanto de violência física ou simbólica, salientando que a controvérsia chama a atenção pela ruptura social, despertando o olhar do leitor/receptor. Na mesma direção, a infração também é considerada um critério de seleção, de material noticioso, que tem ligação com a violência.

Sobre o interesse público, a responsabilidade civil e social, Traquina (2005) expressa que existem dois polos jornalísticos. O primeiro é o ideológico, atua como prestação de serviço público. O segundo é o econômico, valoriza os interesses comerciais das empresas jornalísticas. O interesse público não tem raiz jornalística, é da esfera social. Diante da exposição, é notório que frequentemente existam contradições entre valores/notícia estabelecidos, portanto, eles se opõem entre si.

Diante do exposto, os jornalistas diariamente necessitam interagir com o conceito de imparcialidade na prática, no momento da produção de cada matéria. Traquina (2005) concebe que, as marcas na linguagem podem condicionar o leitor, um dos procedimentos recomendados para alcançarmos a isenção é buscar os diversos ângulos que cercam os acontecimentos, e também para a análise dos fatos não ser somente uma justaposição de versões. Após abordarmos a noticiabilidade, na próxima seção, trataremos dos gêneros discursivos, tomando por base os estudos de Bakhtin (1997), Marcuschi e Xavier (2010).

## 2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO: INDISCUTIVELMENTE PRESENTES EM TUDO

Tendo em vista que o corpus de análise da presente pesquisa constitui três notícias, veiculadas numa revista on-line, abordaremos as principais características dos gêneros do discurso, nas palavras de Bakhtin (1997) e Marcuschi e Xavier (2010), considerando que as marcas constitutivas dos gêneros discursivos estão presentes em todos os textos que realizam e atualizam a língua.

Todas as esferas da atividade humana estão relacionadas ao uso da língua, argumenta Bakhtin (1997). O enunciado reflete o conteúdo temático, o estilo verbal e a construção composicional, resultando no todo do enunciado. Bakhtin (1997) entende que os gêneros discursivos dispõem que cada enunciado é individual, e cada esfera de uso da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados. De fato, o gênero discursivo abrange as relações sociais e fomenta a interação nas diferentes esferas da comunicação, seja na fala ou na escrita.

Os enunciados se distinguem de outros tipos, mas possuem uma natureza verbal comum, onde a linguagem participa da vida através de enunciados concretos que se realizam, assegura Bakhtin (1997). Podemos enaltecer que a vida participa da linguagem através de enunciados. Também é necessário destacar a heterogeneidade dos gêneros discursivos, por exemplo, as cartas, as réplicas do diálogo e as notícias.

Com esse mesmo pensamento pontuamos que, para Bakhtin (1997), os gêneros de discurso podem ser chamados de primários e secundários. O primeiro deles, o primário, também denominado simples, é constituído na comunicação discursiva imediata, como em comunicações verbais espontâneas, enquanto que o gênero de discurso secundário, também conhecido como complexo, está presente em situações de comunicação cultural mais evoluída, por exemplo, em discursos ideológicos e científicos.

A estilística diz respeito que todo estilo está vinculado ao enunciado e as suas formas típicas, sendo determinadas unidades temáticas e composicionais, defende Bakhtin (1997). O estilo envolve a totalidade, a conclusão, a relação que se estabelece entre o falante e o(s) outro(s) participante(s) da comunicação discursiva. É um elemento composicional na unidade de gênero de um enunciado.

Não existe uma classificação comumente reconhecida de estilos linguísticos, admite Bakhtin (1997). Os estilos da língua estão vinculados às trocas dos gêneros discursivos. Quando há estilo, há gênero. Assim, é importante mencionarmos que os estilos e gêneros familiares e íntimos se referem à linguagem franca da rua.

A gramática e a estilística se juntam e se separam em qualquer fato linguístico concreto, concebe Bakhtin (1997). Quando é visto na perspectiva da língua é gramatical, e quando é visto no enunciado individual é estilístico, gerando uma compreensão explícita dos conceitos.

Nesse mesmo raciocínio, Bakhtin (1997) enaltece que o discurso envolve língua, processo da fala, enunciado, sequência de enunciados, mas não é um termo rigorosamente definido. Por um lado, o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir de outra maneira; sempre um sujeito fala para outro, isso é uma realidade imutável. Por outro lado, a fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo.

O enunciado é um elo na cadeia de comunicação verbal, enfatiza Bakhtin (1997), tornando-se um conteúdo preciso do objeto do sentido, determinante na composição e no estilo, correspondendo à necessidade de expressividade do locutor diante do objeto de seu enunciado. Acerca dessa reflexão, apontamos que é impossível ser absolutamente neutro num

enunciado, porque nos marcamos como pessoa, desde a escolha estilística até de gênero do discurso, estabelecendo uma relação com a imparcialidade noticiosa.

O índice substancial do enunciado é o fato de nos dirigirmos a alguém, de estar voltado a um destinatário, diferente da situação que ocorre com as palavras e as orações, confirma Bakhtin (1997). É um elo inalienável, não é uma combinação absolutamente livre das formas da língua. Cada enunciado é um acontecimento novo, um evento único e não pode ser repetido na comunicação discursiva; nesse enredo, pontuamos ainda os fatores tempo e espaço, que impedem que o enunciado seja repetido. Sintetizamos, afirmando que é a unidade do discurso, concreto.

Na visão de Bakhtin (1997), a unidade real da comunicação verbal é o enunciado. Nesse cenário contemplamos dois planos; o primeiro diz respeito ao pensamento independente da comunicação, é a expressão do universo individual do locutor; o segundo é como acessório, onde a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se ele estivesse sozinho, quando cogitamos a participação do outro, este é percebido como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor, não manifestando nenhuma interatividade ou resposta. A coletividade linguística resulta na personalidade coletiva.

Os processos passivos, na percepção e compreensão da fala no ouvinte, resultam na ficção científica, define Bakhtin (1997). O ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota, simultaneamente, uma atitude responsiva ativa; nesse sentido, o ouvinte se torna locutor; é quando o tu se torna o eu, o tu assume a posição de eu quando toma a palavra, assegura Benveniste (2005, 2006). Há que considerarmos ainda a compreensão responsiva de ação retardada, que acontece quando a resposta aparece cedo ou tarde, ocasionando o denominado eco no discurso.

Diante das fronteiras do enunciado concreto estão aspectos intrínsecos, Bakhtin (1997) reforça: a alternância do sujeito falante; a entonação expressiva ou os gêneros oficiais; execução oral a partir da relação emotivo-valorativa; e orações de vanguarda, tendo o início e o fim como complemento, elementos que impedem que o enunciado seja repetível. Ainda, Bakhtin (1997) esclarece que Saussure (2006) definiu o enunciado como sendo uma ação de cada pessoa e que depende de vontade e de inteligência, ignorando os gêneros do discurso.

O acabamento específico do enunciado, conforme Bakhtin (1997), acontece pela possibilidade de responder determinada por três fatores: 1) O tratamento exaustivo do objeto do sentido, abrangendo também as esferas de comunicação verbal; 2) O intuito, o querer-dizer do locutor, através da escolha de um determinado gênero do discurso; 3) As formas típicas de estruturação do gênero do acabamento, aparecendo estáveis no gênero do enunciado.

Contudo, Bakhtin (1997) descreve que aprender a falar é aprender a estruturar enunciados, não falamos por orações isoladas em nenhum momento. A língua-materna é adquirida através da comunicação verbal viva, que se dá com os indivíduos que nos rodeiam.

Dando sequência abordamos a oração, na opinião de Bakhtin (1997), representa um pensamento relativamente acabado. É a unidade da língua que não tem um contato imediato com a realidade, ao mesmo tempo, é um enunciado completo e parece ser neutro. Quando abordamos o tipo interrogativo e exortativo temos em princípio um estatuto de enunciado completo; ao tornarmos o enunciado completo ele adquire atitude responsiva ativa. Sintetizamos afirmando que a oração é a unidade convencional da língua, sendo um elemento abstrato.

A palavra, concebe Bakhtin (1997), não é de ninguém e não comporta um juízo de valor; a sua significação se refere à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal, existindo para o locutor sobre três aspectos: 1) Palavra neutra, que não pertence a ninguém; 2) Palavra do outro, que preenche o eco de enunciados alheios; 3) Palavra minha, impregnada da expressividade do locutor. Diante disso, afirmamos que o objeto do discurso é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diversos pontos de vista, visões do mundo e tendências, onde o locutor não é um Adão bíblico<sup>3</sup>. Sendo assim, os estudos sobre materiais linguísticos envolvem enunciados concretos, relacionados com diversificadas esferas da atividade e comunicação humanas.

No contexto da era digital e atento ao nosso corpus de análise, que são três notícias online, os gêneros textuais também ingressam nesse novo mundo eletrônico. Conforme Marcuschi e Xavier (2010, p. 15), “os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similaridades em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita”. É oportuno mencionar que essas variáveis também influenciam a linguagem e, portanto, a subjetividade na linguagem.

Marcuschi e Xavier (2010) concebem que há três pilares nesse gênero: primeiro, tratando do amplo desenvolvimento e uso por, praticamente, todas as pessoas; segundo, as características formais e funcionais; terceiro, a oportunidade em repensar a relação entre homem, oralidade e escrita. “Assim, esse ‘discurso eletrônico’ constitui um bom momento para se analisar o efeito de novas tecnologias na linguagem e o papel da linguagem nessas tecnologias”, expressam Marcuschi e Xavier (2010, p. 16). De fato, a língua em uso no

---

<sup>3</sup> Adão bíblico: O primeiro homem da terra, sem ter outro ser humano que tivesse vindo antes dele, nesse caso específico, enunciado antes.



formato eletrônico tem suas peculiaridades, como se fosse um grupo de pessoas com novos hábitos e costumes sociais.

Desse modo, estamos abordando uma temática que nasceu e está crescendo através da disseminação e de seu uso, confirmam Marcuschi e Xavier (2010, p. 19):

O tema em si – gêneros textuais – não é novo e vem sendo tratado desde os anos 60 quando surgiram a Linguística de Texto, a Análise Conversacional e a Análise de Discurso, mas o enfoque dado aqui, com atenção particular aos gêneros textuais no domínio da mídia virtual, é mais recente e carece ainda de trabalhos, embora já apareçam estudos específicos sobre esse novo modo discursivo também denominado ‘discurso eletrônico’.

Contudo, Marcuschi e Xavier (2010, p. 23) ponderam que, “podemos dizer que os gêneros textuais são frutos de complexas relações entre um meio, um uso e a linguagem”. As relações que estabelecemos quando estamos falando, de frente com uma pessoa, são diferentes do que quando estamos nos comunicando no meio eletrônico, desde a linguagem empregada até a enunciação, fatores que são alterados em função do contexto: a internet.

O hipertexto também vem ao encontro do nosso corpus de análise, por estar em um meio on-line, com esse intuito enfatizaremos suas características peculiares. “Também o hipertexto não pode ser tratado como um gênero e sim como um modo de produção textual que pode estender-se a todos os gêneros dando-lhes neste caso algumas propriedades específicas”, explicam Marcuschi e Xavier (2010, p. 31). O hipertexto é percebido como um texto em tela, mesmo que possa direcionar para outros textos sobre o mesmo tema.

Nas palavras de Marcuschi e Xavier (2010), os ambientes ou entornos virtuais são díspares dos gêneros, tendo em vista que eles abrigam e, ou condicionam os textos. “Não são domínios discursivos, mas domínios de produção e processamento textual em que surgem os gêneros”, expressam Marcuschi e Xavier (2010, p. 31). Entre os ambientes virtuais destacamos seis: a *www* ou *web* (ambiente de busca), e-mail ou correio eletrônico (comunicação interpessoal e mais popular na atualidade), foros de discussão assíncronos (interesse comum dos participantes), chat síncrono (chat e aula-chat), *mud* (interativos), áudio e vídeo ou videoconferência (altamente sofisticada, exposições de vídeos e voz).

Entre os gêneros textuais, no formato do discurso eletrônico, Marcuschi e Xavier (2010) destacam os doze que mais estão sendo explorados. Primeiro, o e-mail, é o correio eletrônico, surge em 1972 nos Estados Unidos e hoje lidera o ranking na escrita. O segundo contempla o chat em aberto, bate-papo virtual ou *room-chat*, surgindo na Finlândia em 1988, e caracterizado pela reunião de pessoas em um mesmo ambiente virtual, interagindo umas com as outras. O chat reservado ou bate-papo virtual reservado está em terceiro lugar,



perpetua uma conversa somente entre duas pessoas, como se fosse somente eu e tu, primeira e segunda pessoa, costurando com a Teoria da Enunciação de Benveniste.

Na quarta posição está o chat agendado ou bate-papo agendado, antigamente chamado também de ICQ, com a distinção de ser devidamente programado. O chat privado ou bate-papo virtual em salas privadas preenche o quinto lugar, garantindo a privacidade da conversa de duas pessoas. O sexto diz respeito à entrevista com convidado, acontecendo através de perguntas e respostas. Em seguida, o sétimo, é o e-mail educacional ou aula virtual, assinala a interatividade com alunos através da disponibilidade de e-mail ou hipertextos, obedece a uma temática específica e segue um cronograma. Muito próximo da aula-chat está o chat educacional, em oitavo lugar, propiciando o esclarecimento de dúvidas sobre conteúdos.

Em nona posição está à videoconferência interativa, bem semelhante à interação face a face com uma pessoa, parece que estão fisicamente no mesmo local. Depois, em décimo, aparece a lista de discussão ou *mailing list*, com a presença de um mediador entre os participantes, que em comum tem o interesse pelo assunto tratado. Em décimo primeiro está o endereço eletrônico, com características próprias. Por fim, em décimo segundo lugar se encontra o *weblog*, blogs ou diários virtuais, sendo pessoal e constituído pela escrita autobiográfica.

Sobre isso, Marcuschi e Xavier (2010, p. 35) esclarecem, “mas não devemos confundir um programa com um gênero, pois mesmo diante da rigidez de um programa, não há rigidez nas estratégias de realização do gênero como instrumento de ação social”. Os programas da internet possuem características dissemelhantes as do gênero textual, cada um tem seus padrões já estabelecidos em função da finalidade e da moldagem.

“Contudo em algumas avaliações desse potencial dos e-textos (textos eletrônicos) cometeram-se exageros e precipitações que hoje se sabe terem sido projeções enganosas já que se fundavam em programas defasados”, salientam Marcuschi e Xavier (2010, p. 74). Atualmente, os textos eletrônicos possuem grande espaço entre os leitores, mas há necessidade de maior investigação e pesquisa sobre essa temática que está em ascendência.

Levando em consideração esse novo modelo, Marcuschi e Xavier (2010, p. 76) ponderam que

Podemos indagar de que modo as novas tecnologias eletrônicas afetam nossos hábitos de ler e escrever. Uma das ideias mais comuns aos que trabalham a relação entre a lingüística e as novas tecnologias da comunicação, em especial a computacional, é a que diz respeito à relação fala e escrita. Quanto a isso, parece claro que a escrita nos gêneros em ambientes virtuais se dá em uma certa combinação com a fala, manifestando um hibridismo ainda não bem conhecido e muitas vezes mal compreendido.

Sendo assim, comparamos a escrita de um e-mail, por exemplo, para observar a quantidade de abreviações e siglas empregadas e, muitas vezes, desconsiderando a ortografia e a gramática, apenas comparando a fala e a escrita, ou tentando aproximá-las. Para finalizar, ao indagar sobre a necessidade de uma nova linguística para acompanhar a tecnologia, Marcuschi e Xavier (2010, p. 79) explanam:

Não sei. Mas sei que a linguística tal como esta definida hoje não serve a esses propósitos. Nessas reflexões não foi tentada uma nova saída, mas uma saída para o descarte de algumas posições que ainda não podem justificar uma nova linguística, mas podem justificar um esforço no sentido de uma nova descrição etnográfica dos tipos de eventos analisados. Tudo indica que a linguística está diante de um fenômeno que a obriga a rever alguns de seus postulados teóricos.

Com essas reflexões, não podemos deixar de evidenciar a necessidade de mais pesquisas, sobre esse emaranhado de relações que se estabelecem entre gêneros textuais e meios digitais.

A partir desse cenário, na seção seguinte, verificaremos quais são os critérios que intervêm na construção de uma notícia, condizentes com os pressupostos teóricos de Miranda (2004), Traquina (2002) e Wolf (1999).

### 2.3 OS BASTIDORES DA CONSTRUÇÃO DE UMA NOTÍCIA

Muitos fatores podem agir na produção de uma notícia em um determinado meio de comunicação, seja ele no formato impresso, radiofônico, televisivo ou on-line (internet), interferir nas escolhas dos materiais informativos e nos valores/notícia, estabelecendo uma rotina de produção. Assim, delineamos os principais elementos que interferem na rotina de produção, conforme Wolf (1999): a falta de tempo e de meios. As três fases fundamentais da produção informativa diária que se enquadram em todos os meios de comunicação, são: a recolha, a seleção e a apresentação.

Na rotina de produção é comum retirar notícias de outros materiais, “na maioria dos casos, trata-se de material produzido em outro local, que a redação se limita a receber e a reestruturar, em conformidade com os valores/notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio de comunicação”, informa Wolf (1999, p. 196). Tomando o produto como a matéria noticiosa.

A relação entre a busca de dados e de valores/notícia, acarreta a interdependência entre as etapas de coleta e estruturação do material, reforça Wolf (1999). Sobre a seleção de notícias, na rotina produtiva, Wolf (1999, p. 216) esclarece que

O material recolhido pelos correspondentes, pelos enviados especiais e pelos repórteres e que chega por intermédio das agências, é reduzido a um certo número de notícias destinadas à transmissão do noticiário ou à imprensa diária. Na realidade, o afluxo do material para seleção está já regulamentado e estabilizado de uma forma bastante firme: os modos, os processos e os hábitos que provocam essa regulamentação, são já uma primeira forma importante de seleção.

Sobre a edição e apresentação de notícias, também inseridas à rotina de produção, Wolf (1999, p. 219) comenta que

A fase de preparação e apresentação dos acontecimentos dentro do formato e da duração dos noticiários, consiste, precisamente, em anular os efeitos das limitações provocadas pela organização produtiva, para 'restituir' à informação o seu aspecto de espelho do que acontece na realidade exterior, independentemente do órgão informativo.

Na apresentação das notícias, ocorre uma recontextualização dos fatos dentro do formato da matéria noticiosa e do meio de comunicação, tomado neste estudo como on-line. Sobre a fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social, Wolf (1999) reforça que existem as seguintes ponderações: primeiro ocorre à extração do seu contexto, posteriormente, acontece a reinserção dos fatos noticiáveis na conjuntura desenvolvida pelo formato do produto informativo, tomado neste estudo como uma notícia de revista on-line. Então, para Wolf (1999, p. 221),

Os dados considerados mais significativos relacionam-se, provavelmente, com a compreensão, com a capacidade do público de fazer frente às dificuldades e compreender os termos usados nos noticiários: isso reforça, efetivamente, não só a necessidade de se ser claro e simples, mas também a imagem de pedagogo e de tutor que se atribui à profissão, o que representa, portanto, uma reafirmação da sua utilidade social.

As rotinas jornalísticas, acredita Wolf (1999), possuem algumas desvantagens: podem desvirtuar ou simplificar o mundo dos fatos, constranger os jornalistas e fazer com que o jornalismo se torne burocrático.

Entretanto, complementamos a problemática das rotinas de produção com outros dois fatores: tempo e espaço. E isso nos remete às categorias de tempo e de espaço em Benveniste (2005, 2006). Traquina (2002) estabelece a ordem do tempo assinalando três aspectos. O primeiro aborda que cada empresa jornalística possui o seu biorritmo, costumeiramente as atividades e os horários são executados, diferentemente dos demais meios de comunicação.

O segundo trata do serviço da agenda, que enumera os acontecimentos programados, buscando organizar o trabalho da produção. O terceiro assinala o compasso das tarefas jornalísticas, a importância do imediatismo, os relatos atuais dos fatos, tendo como resultado uma evidência nos casos e não nas problemáticas.

Sobre o espaço, Traquina (2002) articula a territorialidade geográfica, a especialização organizacional e a especialização em termos de temas. Em outras palavras, seria a divisão em áreas de cobertura que definem os acontecimentos que se tornam notícia e, por fim, se dividem em seções ou editorias, por exemplo, educação, esporte e internacional.

As pautas e as fontes também constituem a construção da matéria noticiosa. O pensamento de Wolf (1999) é de que, as fontes são distintas e não são igualmente proeminentes, sendo que o acesso às fontes e aos jornalistas também não ocorre de maneira uniforme.

Na percepção de Wolf (1999, p. 199),

As fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelo mass media. No entanto, permanecem ainda esbatidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos essencial, das fontes.

As fontes se distinguem de diversas formas, na visão de Wolf (1999), as institucionais das oficiosas, ou as estáveis das provisórias. As fontes ativas diferem-se das fontes passivas, pelo nível de uso e pela relação estabelecida entre fonte e veículo de comunicação. Também há as fontes centrais, territoriais e de base, que são singulares pela sua localização e utilização. Wolf (1999, p. 201, grifo do autor) expressa que

A capacidade de fornecer informações credíveis é maior para as instituições, pessoas ou aparelhos que podem programar a sua atividade de modo a satisfazer a necessidade contínua que o *mass media* têm de cobrir, eventualmente, acontecimentos calendarizados anteriormente, (portanto, de forma a poderem organizar racionalmente a concessão dos meios de recursos disponíveis.

Alguns profissionais da comunicação preferem utilizar as fontes que já repassaram outras informações, em determinadas situações anteriores, do que explorar novas fontes, devido ao tempo disponível e também para agilizar o contato com a informação e construção da matéria. Dessa forma, Wolf (1999, p. 201) explica que

Do ponto de vista da oportunidade e da conveniência dos jornalistas em utilizarem uma determinada fonte, a relação centra-se em alguns fatores associados entre si e objetivados, sobretudo, para a eficiência, isto é, para a necessidade de concluir um produto informativo dentro de um prazo de tempo fixo e intransponível e com meios limitados a disposição.

Esses fatores são:

- a. a oportunidade antecipadamente revelada;
- b. a produtividade;
- c. a credibilidade;
- d. a garantia;
- e. a respeitabilidade.

Entretanto, sobre a produtividade Wolf (1999) destaca as fontes institucionais, que são capazes de fornecer os subsídios necessários para a construção da matéria, evitando que se procurem muitas fontes. A produtividade está ligada à qualidade das informações repassadas e ao modo como às fontes são utilizadas, a fim de obtermos o máximo de dados possíveis, salientando os cuidados com os custos e os prazos.

As fontes devem apresentar credibilidade, fazendo com que as informações fornecidas não necessitem da confirmação de outras pessoas. “Do ponto de vista dos procedimentos produtivos jornalísticos, as fontes estáveis, institucionais, acabam por assumir uma credibilidade adquirida como tempo e também ela é rotinizada”, argumenta Wolf (1999, p. 202).

Sobre isso, Wolf (1999, p. 202, grifo do autor), articula que

Quanto às fontes, a predominância – organizativa e profissionalmente instituída – das fontes oficiais, institucionais e estáveis, é temperada por procedimentos que, de vez em quando, ‘ajustam’ a tendência dominante, modificando-a ou equilibrando-a. A realização prática desse processo pode variar muito, dado que os critérios que o determinam são numerosos, hierarquizados entre si e flexíveis, embora acabem por gerar hábitos ou *routines* consolidadas.

Dessa forma, as fontes contribuem significativamente para um fato se tornar notícia, juntamente com a rotina de produção e com os elementos de tempo e de espaço, sem desconsiderar a hierarquia da empresa comunicacional e também das editorias, por exemplo, mundo e entretenimento. Sobre a construção da matéria noticiosa, Miranda (2004, p. 38), acrescenta que “para a produção, atenta-se para algo que é evidente, mas que muitas vezes as pessoas não percebem: a lógica própria da internet acarreta um consumo distinto do jornal”. O meio digital é quem dá as coordenadas principais para a elaboração de uma matéria.

Nesse enredo sistemático, Miranda (2004, p. 24), argumenta que “o jornalista, por conseguinte, trabalha com base em dados brutos, em que agrega conhecimento que é expresso e produto de sua formação e estilo. Assim, a notícia é resultado da organização das informações que por ele passam. Organizadas, são conhecimento, comunicam um sentido de mundo”. O jornalista, ou produtor da matéria noticiosa, não consegue se neutralizar totalmente de suas variáveis particulares, pensando assim, como obteremos a imparcialidade

jornalística, se na construção dos fatos, mesmo que de forma involuntária, há demonstração de estilo.

Diante dessa relação que se estabelece entre o jornalista e o novo meio, Miranda (2004), esclarece que existem três categorias que se relativizam: real *versus* virtual, espaço *versus* tempo, público *versus* privado.

A primeira categoria, real *versus* virtual, defende a necessidade de distinguir esses dois ambientes, na visão de Miranda (2004, p. 24), “o risco ao jornalista profissional é fazer desse mundo o seu mundo. Dito de outro modo, o jornalismo – e o jornalista, enquanto seu representante – realiza a mediação entre as diversas partes que formam o todo social. Incorporando-se a metáfora do costureiro, é como se ele costurasse uma colcha de retalhos”. O jornalista vai investigar o fato, recolher as informações com as fontes, enfim, investigar no mundo real, não podendo se basear no mundo virtual para coletar as informações, e nem pensar em plagiar uma matéria. Também suscitamos nesse momento, tomando o corpus de análise dessa pesquisa, que são três notícias de revista on-line, inicialmente, o jornalista coleta os dados no mundo real e, posteriormente, publica no mundo virtual.

A segunda categoria diz respeito a espaço *versus* tempo. Nesse sentido, Miranda (2004, p. 25) explica que

A essa intangibilidade relaciona-se o esvaziamento temporal. Como o ‘aqui’, o ‘agora’ também é relativizado, tendo sua expressão o conteúdo presente, mas que também pode ser aparência daquilo que já é ontem, ou projeção do amanhã para o aqui, do tempo de outrem que já não o é mais. Essas relativizações que aparentam mera filosofia – e que de fato geram implicações filosóficas – carregam consigo profundas conseqüências práticas nas rotinas produtivas do jornalismo. O jornalista passa a preocupar-se com um leitor que está em qualquer lugar, vivendo provavelmente um instante diferente do seu. Seu texto é disponibilizado num meio, que não tem espaço próprio, nem tempo.

No meio digital não há um tempo determinado e nem um espaço, o que acontece são oscilações dessas categorias, pois, tanto o jornalista quanto o leitor podem fazer a leitura onde e quando desejarem. É como se o jornalista, ou o jornalismo, organizasse um tempo que não existe, pelo menos, fisicamente. A rotina de produção e o fechamento diário que se dá em função do tempo, prioritariamente, também contribuem para esse descontrole. Miranda (2004) considera a abertura e o fechamento um paradoxo no jornalismo on-line, diante da indeterminação de tempo e de espaço. Como solução para essa problemática, os jornalistas buscam maneiras distintas de abordagem e construção de material noticioso.

A terceira e última categoria, público *versus* privado, contempla que um determinado fato, inicialmente, é particular, quando se torna notícia, automaticamente, também se torna

público. Sobre isso, Miranda (2004, p. 26) menciona que, “no entanto, as novas tecnologias de comunicação têm propiciado a (re)invasão do público pelo privado. Muitas vezes, a iniciativa é do próprio invadido: por exemplo, ao utilizar-se de *webcams* que publicizam sua vida íntima”. Percebemos que as pessoas têm necessidade de expor situações, que eram para ser particulares, publicamente. Esse fenômeno também obteve êxito com a modernidade de hoje, por exemplo, o programa televisivo da Rede Globo chamado Big Brother Brasil, que já está em sua décima quinta edição e rumo à décima sexta, exclusivamente, mostrando a vida de homens e mulheres durante vinte e quatro horas por dia. A audiência elevada e a interação com o público, através do voto, instigam ainda mais os telespectadores e chamam a atenção da crítica, contrapondo o particular e o público.

Essas novas tecnologias desprendem numa desregulamentação no ofício do jornalismo. “Para essa era de desregulamentações, destacam-se: a) a desregulamentação temporal; b) a desregulamentação dos papéis profissionais; c) a desregulamentação das rotinas produtivas. Em verdade, todas elas se confundem (também com outras desregulamentações havidas). São arbitradas dessa maneira por razões didáticas”, concebe Miranda (2004, p. 27). Tanto o jornalismo, quanto o jornalista e o leitor/receptor, precisam ainda se adaptar a esse novo formato, apresentando a percepção de um visionário.

Tendo em vista todos esses aspectos que contribuem para um acontecimento se tornar notícia, é necessário investigar como a imparcialidade consegue se solidificar nessa realidade. Na próxima seção, averiguaremos de que forma é possível atingir essa neutralidade, adotando a percepção teórica, principalmente, de Benveniste (2005, 2006), Miranda (2004) e Wolf (2003).

#### 2.4 A PRESENÇA (IN)VISÍVEL DA (IM)PARCIALIDADE NO JORNALISMO

Com o intuito de abordarmos a imparcialidade jornalística sobre uma ótica teórica, inicialmente, apresentamos o seu contexto, envolvendo a objetividade, a verdade/veracidade, o interesse público, a responsabilidade civil e social, que elucidam os critérios ético-filosóficos de noticiabilidade. A objetividade, presente no jornalismo desde o século XIX, defende Wolf (2003), é uma das principais características que está atrelada à imparcialidade. Alcançar a objetividade significa estar isento em sua descrição sobre o acontecimento, relacionando também com a intersubjetividade de Benveniste (2005, 2006).



A verdade ou a veracidade tem de ser transmitida na mensagem, sendo recomendável a utilização de mais de uma fonte na construção da notícia, lembra Wolf (2003). Isso estabelece uma relação com a subjetividade, assinalando a forma com que criamos o mundo e agimos sobre ele. Nesse cenário, ressaltamos que o conhecimento parece ser impuro por estar condicionado por diversos fatores, entre eles, a ideologia, a crença e a configuração socioeconômica, instigando essa problemática da imparcialidade da informação diante das marcas da subjetividade na linguagem, presente nos enunciados e nas enunciações do sujeito. Assim, enquanto seres humanos, todos nós utilizamos a língua e a linguagem para praticar a comunicação humana, uns com os outros, em qualquer tempo e em qualquer espaço.

Nesse sentido, abordamos a atuação dos jornalistas sobre a imparcialidade e a subjetividade, ponderando campos teóricos diferentes. De um lado da corda, estão os jornalistas que elaboram a matéria noticiosa utilizando técnicas e critérios de noticiabilidade, do outro, se encontram os profissionais que recorrem a apenas uma fonte e não buscam a neutralidade, fazendo a corda estar mais propensa para um dos lados.

A imparcialidade também obteve força com a distribuição de matérias pelas agências de notícias, tendo em vista a necessidade de publicar conteúdos uniformes e neutros para diversos meios de comunicação, salientando o interesse público, a responsabilidade civil e social.

Ainda há muito para ser aprimorado no meio jornalístico, inclusive no formato on-line, assegura Wolf (2003), tratando desse assunto, como o discurso de uma fonte oficial que é aceito como versão determinante, assumindo o status de verdade, ou daquilo que mais pode estar associado à veracidade naquele momento. A influência do fator tempo, a rotina de produção, imposta de forma ditatorial, nas redações dos meios de comunicação e o compromisso de terminar as matérias também contribuem com esse cenário.

Sendo assim, Wolf (2003) acrescenta que, está acontecendo o alastramento da retórica da objetividade nos manuais das redações dos jornais, chamando a atenção para a necessidade de recolocar as questões da subjetividade relacionadas aos processos de produção jornalística, questionando a (im)parcialidade. Também com o intuito de contribuirmos para a tomada de consciência dos profissionais, instigando o leitor/receptor de que o entendimento acontece na medida em que a mente é consciente do seu próprio subjetivismo.

Ao fazer uso das palavras de Miranda (2004, p. 79), “a sociedade mundial da informação passa a desenvolver suas definições próprias, em que um destaque é a idéia de transparência, um ‘mundo transparente a si próprio’. Essa transparência traz consigo implicações éticas e técnicas”. A transparência anda lado a lado com a imparcialidade, mas



influencia em outros elementos, por exemplo, a ética. Podemos novamente mencionar a Teoria do Espelho que, justamente, fundamenta que a notícia precisa ser refletida fidedigna como aconteceu, não deixando espaço para mentiras, manipulações ou segredos.

Como diz Miranda (2004, p. 79, grifo do autor), “no culto à internet, ou à sociedade, cujo fundamento é a informação, encontra-se um universo de crenças, cujas tendências dirigem-se à cristalização da *informação* como única realidade”. Ao nos depararmos com esse pensamento, vem à tona o pressuposto de que a imparcialidade contribui significativamente para a realidade singular.

Contudo, a imparcialidade não privilegia a informação, Miranda (2004, p. 79) esclarece que, “aparentemente, está imbuída de bons propósitos, como a busca da harmonia, cuja utopia é a da cidade de vidro, num mundo em que se tem informações sem segredos nem mentiras, sem oposições nem conflito. A comunicação deixa de ter limites; a informação é ilimitada”. Essa cidade idealizada, transparente, como um vidro, reforça a necessidade da imparcialidade jornalística, pois estamos falando de informação ilimitada, ainda mais quando se trata de um meio on-line.

“Surge, assim, um conjunto de informações que oferece a oportunidade para que o jornalista as manipule de acordo com seus critérios”, expressa Miranda (2004, p. 77). De fato, a imparcialidade existe e está nitidamente em alguns veículos de comunicação, mas a sua prática depende do jornalista e também do manejo.

No intuito de fomentar o debate, Miranda (2004, p. 82) menciona que

Há, portanto, um deslocamento histórico e axiológico, em que não é mais o conteúdo ou a identidade da obra que contam, mas a capacidade de desdobramento e reprodução de sua forma. Não é, portanto, causa de estranhamento a circulação de textos – e textos jornalísticos – na internet, como potencialmente de ‘saber mundial’ e cada vez mais fragmentado para responder às exigências da interatividade, utilizados sem haver a referência ou a citação das fontes ou autores.

Esse comentário colabora com a nossa discussão, pois sem identificação de fonte e de autor é possível esquecer a imparcialidade, o produtor de conteúdo pode dizer o que quer escondendo a sua voz e seu nome entre as palavras, apenas valorizando as suas ideias, fator que não está enquadrado com os pressupostos jornalísticos.

Depois de entendermos os gêneros do discurso e também, especialmente, o gênero notícia, junto à imparcialidade jornalística, para melhor compreender o corpus de análise dessa pesquisa, abordaremos na próxima seção as características intrínsecas do jornalismo on-line, com aporte teórico em Marcuschi e Xavier (2010), Miranda (2004) e Moherdau (2007).

## 2.5 JORNALISMO ON-LINE: O ESPÍRITO DA CARNE OU A CARNE DO ESPÍRITO

O jornalismo on-line proporciona a efetivação de produções simbólicas em tempo real. A evolução constante e a interatividade são características que fundamentam o processo noticioso nos meios de comunicação. O jornalismo on-line teve origem na década de 90 do século XX, através do crescimento da internet, não sendo tratado como uma ruptura do jornalismo tradicional com os demais formatos, por exemplo, o impresso, a televisão e o rádio, e sim como uma outra plataforma para transmissão de matérias noticiosas.

A interatividade e a instantaneidade são alicerces que chamam atenção, acredita Moherdauí (2007), estabelece vínculo entre jornalista, notícia, leitor e outros leitores, aproximando as pessoas para esse processo jornalístico, rumo a um novo estatuto do saber, com matérias jornalísticas mais rápidas e de fácil acesso.

Dessa forma, apresentamos um breve apanhado sobre a história do jornalismo on-line. A facilidade ao acesso de inúmeras informações caracteriza a internet, como um eficiente meio para a propagação de matérias jornalísticas. Através do computador, do *notebook*, do *tablet*, ou do aparelho celular conectado à internet, as pessoas podem escolher as mensagens que desejam ler ou visualizar, tratando também de notícias, foco neste trabalho, podendo ser em revista ou jornal.

A utilização desses equipamentos tecnológicos marcou o desenvolvimento e a divulgação da matéria jornalística, sendo pelo método de instantaneidade ou pela troca de informação, tendo em vista a necessidade que o ser humano possui de estar informado ou de saber o que está acontecendo na sua comunidade regional, estadual, também em âmbito nacional e mundial, reforça Moherdauí (2007). Antigamente, as pessoas não dispensavam tanto tempo para a leitura de notícias, atualmente a situação é completamente diferente, a qualquer instante e em qualquer lugar é possível ler e ficar bem informado, realidade que está atrelada à facilidade de acessibilidade e a instantaneidade.

Na visão de Moherdauí (2007), a primeira tentativa de internet surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, com uma experiência inicialmente chamada de cidades cabeadas, e posteriormente de nações cabeadas. Nesse sentido, quatro tipos de tecnologias estiveram presentes na estrutura das cidades experienciadas: conexões pelo telefone, televisão a cabo, redes de televisões comerciais e públicas, resultando na denominada supervia da informação. “O termo descreve redes nacionais e internacionais de trocas de informações entre pessoas por meio de computadores”, articula Moherdauí (2007, p. 22). Hoje também acontece essa

situação, mas com o detalhe de ser ágil e com mecanismos feitos para essa finalidade, envolvendo vultosas quantias de dinheiro para o desenvolvimento de novas tecnologias.

A internet é apenas um dos lados desse processo da infovia, crescendo consideravelmente nos anos 1990, a partir do desenvolvimento do www, ou do World Wide Web, defende Moherdauí (2007), concedendo às pessoas a possibilidade de troca de informações e também de compartilhamentos, sendo textos, imagens ou sons.

A chamada era da informação digital também acontece nos Estados Unidos, inicialmente, restrita apenas às notícias de uma editoria específica. O primeiro jornal que prestou os serviços on-line foi o *The New York Times*, que apresentava textos parciais ou na íntegra de edições diárias. No início para ter acesso a notícia pela internet, era necessário pagar uma taxa.

Os meios de comunicação, interessados na novidade, passaram a veicular na internet o que estava sendo publicado na versão impressa dos jornais, somente faziam a transposição de formato. Moherdauí (2007) contextualiza que somente em 1995 é que surgem versões de negócios empresariais.

Moherdauí (2007) relata a data marcante: julho de 1999, quando surge o primeiro jornal virtual, em Portugal, chamado Diário Digital, disponibilizando conteúdo para internet. No Brasil, a inclusão a ideia partiu através de iniciativas isoladas, como do Grupo O Estado de São Paulo, que desde os anos 1980 investia em serviços especializados em informação. “A expansão do jornalismo digital no Brasil deu-se a partir do êxito de versões similares de revistas e jornais norte-americanos e ingleses, em meados de 1995”, salienta Moherdauí (2007, p. 25). Ainda hoje, o Grupo O Estado de São Paulo possui grande significatividade e reconhecimento perante a crítica jornalística e aos leitores/receptores, que cada vez mais se apresentam exigentes em relação aos conteúdos veiculados.

O Jornal do Brasil foi o primeiro a realizar uma cobertura na plataforma virtual, no dia 28 de maio de 1995, lembra Moherdauí (2007). Abrindo a porta para os demais jornais aderirem a www, por exemplo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de Minas e também, mais perto de nossa realidade, Zero Hora, da nossa capital Porto Alegre.

Logo em seguida, em 1996, Moherdauí (2007) lembra que surge o primeiro jornal em tempo real, escrito em língua portuguesa, da América Latina, chamado Brasil On-line, pertencente ao Universo On-line, disponibilizando matérias produzidas pela equipe de redação e também notícias de relevância repassadas por agências, inovando com a presença de textos aliados a fotos, animações, gráficos e áudios que auxiliavam na compreensão dos

acontecimentos noticiados. Depois de um período, o jornal digital alterou seu nome, passando a se chamar Folha On-line.

Como diz Moherdauí (2007, p. 27), “a estrutura hierárquica dos jornais on-line é igual à da imprensa tradicional em diretor, redator-chefe, editores, repórteres, redatores e chefes de reportagens, entre outros”. Os jornais impressos e on-line apresentam semelhanças que vão desde a rotina de produção até a equipe responsável pela publicação, em alguns casos, hipoteticamente falando, somente muda o formato, de impresso para digital.

Mais um ineditismo, a publicação de e-mail de leitores com o intuito de contextualizar as matérias jornalísticas, em um jornal brasileiro, foi o feito da Folha On-line, no ano de 1999, abordando a cobertura dos conflitos de Kosovo, sendo que não havia nenhum correspondente no local para repassar as informações. O primeiro jornal on-line concebido e produzido para a internet brasileira foi em 2000, com a aparição do Último Segundo, assegura Moherdauí (2007).

O Portal GloboNews, recorda Moherdauí (2007), surge em 15 de julho de 2001, comportando conteúdos de jornais, revistas, rádio e televisão que pertencem ao grupo, publicando muitas notícias por hora e utilizando recursos tecnológicos para situar o leitor, como áudio. O Portal G1 surge no dia 18 de setembro de 2006, quando as Organizações Globo apostam na convergência das mídias, envolvendo: jornal, rádio, televisão e web (internet), contando com cem jornalistas para realizar a cobertura dos acontecimentos em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dessa forma, ainda sobre jornalismo on-line, Moherdauí (2007) destaca: Dinheiro Vivo, que contempla assuntos financeiros, Blue Bus, enfatizando a mídia e a publicidade, InvestNews pertencente à Gazeta Mercantil, O Globo On que compete às Organizações Globo, Terra Networks com informações jornalísticas.

Na América Latina, expõe Moherdauí (2007), o primeiro jornal a publicar versão na web foi o Notícias de Mérida, em 1993, na Venezuela, em seguida outros países também aderiram ao convite de leitores da web. “O jornalismo on-line não tem periodicidade, a sua dinâmica é determinada pelos acontecimentos que merecem ser noticiados”, relata Moherdauí (2007, p. 147). Um jornal on-line pode publicar três notícias num determinado dia, e dez em outro, porque depende da quantidade de acontecimentos que se tornam noticiosos.

“Jornalismo digital é o termo utilizado para designar o jornalismo produzido na Web ou outros suportes de publicação de conteúdo como, por exemplo, celular ou Ipod. Também é denominado jornalismo multimídia, pois implica a possibilidade da manipulação conjunta de dados digitalizados de diferentes naturezas: texto, som e imagem”, argumenta Moherdauí

(2007, p. 119). No intuito de elucidarmos os principais termos utilizados no jornalismo na internet, vamos ao quadro explicativo:

<b>Nomenclatura</b>	<b>Definição</b>
<b>Jornalismo eletrônico</b>	<b>Utiliza equipamentos e recursos eletrônicos.</b>
<b>Jornalismo digital ou jornalismo multimídia</b>	<b>Emprega tecnologia digital, todo e qualquer procedimento que implica o tratamento de dados em forma de bits.</b>
<b>Ciberjornalismo</b>	<b>Envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço.</b>
<b>Jornalismo on-line</b>	<b>É desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real.</b>
<b>Webjornalismo</b>	<b>Diz respeito à utilização de uma parte específica da Internet, que é a Web.</b>

**Fonte: Moherdauí (2007)**

Contudo, Moherdauí (2007) propõe que o jornalismo on-line pode ser configurado em quatro fases. A primeira é o “modelo presente nos primeiros jornais on-line, nos quais a formatação e a organização seguiam diretamente o modelo do jornal impresso. Trata-se de um uso mais hermético e fiel da idéia de metáfora”, afirma Moherdauí (2007, p. 122). Atualmente, essa realidade é distinta, os jornais on-line inovam e surpreendem o leitor/receptor com os diversificados recursos digitais, que vão desde a diagramação, propriamente dita, até mesmo, ousando nas cores e na apresentação da notícia.

A segunda, expõe Moherdauí (2007, p. 124), ocorre “quando mesmo submetido à metáfora do impresso são desenvolvidos no jornalismo on-line novos tipos de produtos. Jornalistas criam conteúdos originais para a rede, passando a utilizar hiperlinks, interatividade, ferramentas de busca, conteúdo multimídia como vídeo, áudio e imagens, customização de conteúdo. Há uma maior agregação de recursos possibilitados pelas tecnologias da rede em relação ao jornalismo digital”. Esses recursos tecnológicos envolvem muita pesquisa e investimento em experiências, buscando melhor atender o leitor que se mostra receptível ao novo.

A terceira, na opinião de Moherdauí (2007, p. 125), é:

Quando são lançadas iniciativas tanto empresariais quanto editoriais adaptadas ao ciberespaço. Caracteriza-se pela produção de conteúdos noticiosos originais desenvolvidos para a Web; o uso de recursos multimídia; a convergência entre suportes diferentes (multimodalidade); a disseminação de um mesmo produto em várias plataformas e/ou serviços informativos; e a produção de conteúdo pelo usuário. Há também o reconhecimento do ambiente como um novo meio de comunicação.

Por fim, a quarta fase, menciona Moherdauí (2007, p. 127), diz respeito a um “jornalismo digital baseado em bancos de dados inteligentes que aparece aos usuários como uma interface tipificada no espaço navegável, que permite explorar, compor, recuperar e interagir com as narrativas”. A interação do leitor com a notícia através da visualização de fotos, de vídeos e de sons aproxima e desperta ainda mais a sua instantaneidade e dinamicidade.

Sobre essa temática, Marcuschi e Xavier (2010, p. 80, grifo do autor), argumentam que

A escrita eletrônica é de qualquer modo ainda reduzida. O que se constata e provavelmente continuará sendo assim por muito tempo é o uso maciço do computador como meio de transporte e armazenamento de textos na forma tradicional. Torna-se necessário pensar o que vem a ser o denominado *letramento tecnológico* ou *letramento digital* para além da simples reprodução de textos.

Assim, há uma crítica em relação ao texto impresso que é transportado para a internet, exatamente como aparece no papel, ignorando as características distintas da tela e do seu público leitor. Sobre esse mesmo assunto, Miranda (2004, p. 11) destaca:

O jornalismo on-line é uma realidade que não pode ser negada pelo profissional, muito menos pelo estudante com um futuro a ser percorrido, em que as transformações técnicas na atividade tendem a ser contínuas. É um meio de comunicação autônomo – e ao mesmo tempo integrado – que vem a ser somado ao tripé tradicional da imprensa, rádio e televisão. Apesar de sua rápida expansão como veículo, não se observou o mesmo no segmento da produção de materiais didáticos em língua portuguesa. Há escassez de obras publicadas e insuficiências naquelas que se propõem ser textos de referência em jornalismo on-line.

O jornalismo on-line vem somar junto com os outros formatos comunicacionais, por exemplo, o jornal impresso e a revista, com a novidade de ocorrer no meio digital. A crescente evolução desse tema faz surgir a necessidade de publicação de artigos, dissertações e teses sobre diferentes enfoques desse objeto.

Nesse mesmo cenário, Miranda (2004, p. 17) esclarece que, “os diferentes fóruns e contextos de interação no ciberespaço, em que o jornalismo se destaca, demonstram as possibilidades, mas também as limitações, para a ampliação da democracia”. Ao mesmo tempo, se apresentam grandes desafios em que se constituem barreiras em relação ao espaço digital e a interação com o leitor de tela. “É a informação que passa a ser estimada primordialmente”, comenta Miranda (2004, p. 12). A comunicação, propriamente dita, é o centro do universo digital.

Na percepção de Miranda (2004, p. 21), “os impactos sociais sobre o jornal decorrem, sobretudo, dos poderes presentes nos diferentes campos que agem sobre o campo jornalístico.

Mas destaca-se o campo político, que através de suas instâncias governamentais, pode constrangê-lo”. Esse fenômeno pode aparecer em duas práticas: material e simbólica. Ainda, abordando esse assunto, Miranda (2004, p. 21, grifo do autor), afirma que

*A dominação material* expressa-se notadamente pelas pressões econômicas que um governo pode desencadear junto a um veículo de comunicação, especialmente no que se refere ao direcionamento das verbas de publicidade, subvenções, incentivos fiscais, linhas de crédito, etc. *A dominação simbólica* faz atentar à luta pelo monopólio da informação legítima – dos especialistas, ou das *fontes oficiais* notadamente. Os agentes dominantes nos demais campos, não só do político, mas também do científico etc., valem-se da autoridade neles investida e, portanto, de sua legitimidade, como arma na luta de seus campos específicos com o campo jornalístico.

Diante disso, enfatizamos que se a imparcialidade jornalística está presente nas rotinas de produção, também estaria envolvida na dominação material, por ter de informar uma notícia de um modo e não de outro, aparentemente, conveniente com os interesses financeiros da empresa comunicacional, e ainda, na dominação simbólica, por conceder poder a uma fonte oficial, a autoridade daquele assunto. A dominação, seja material ou simbólica, está estreitamente ligada a cobiçada imparcialidade jornalística, lembrando que a matéria noticiosa não deve estar a serviço da política.

Esse novo formato de jornalismo também implica um novo padrão profissional; sobre isso, Miranda (2004, p. 23) explana que, “o jornalismo on-line deve ser encarado pelo jornalista profissional como apenas mais um meio de comunicação, que, evidentemente, possui características próprias e, como consequência, implicações novas”. É necessário o meio digital se adaptar ao jornalista e vice-versa, estabelecendo uma relação harmônica e de aprendizagem. “Saber simplesmente ‘apertar botões’ ou dar os ‘cliques certos no mouse’ não necessariamente produzirá um bom jornalismo”, esse comentário de Miranda (2004, p. 23), considera que o jornalismo não depende apenas do formato de veiculação, mas sim dos aspectos intrínsecos que estão presentes na construção de uma notícia.

Três estruturas específicas são apontadas, por Miranda (2004), na navegação: linear rígida, linear flexível e hierárquica de navegação livre. A primeira, linear rígida, acontece quando uma página é ligada a outra, sequencialmente, por exemplo, página um, dois e três, não podendo ir da primeira para a terceira direto. A segunda, linear flexível, muito semelhante à linear rígida, somente mudando que é possível realizar desvios preestabelecidos entre uma página e outra; ambas dificultam a leitura e o acesso do leitor à última página do conteúdo. Por fim, a terceira, hierárquica de navegação livre, garante flexibilidade e autonomia para o leitor escolher a página e ir para outra sem a necessidade sequencial.



Como diz Miranda (2004, p. 71), “esse dinamismo interativo propiciado pelo jornalismo on-line faz atentar justamente para uma das características centrais da atividade na internet, a saber: ser dinâmica”. Essa eficácia do meio digital não é contestada pelos estudiosos, parece ser uma unanimidade, estreitamente ligada ao acesso facilitado à informação, podendo ser evocada em qualquer tempo e lugar.

Com foco nessa temática, Miranda (2004, p. 84) argumenta que, “o jornalismo on-line, enfim, fornece à sociedade mais uma chance de reconstituição da carne ao espírito e de algum espírito para o que embruteceu como só carne”. Se carne e espírito são inseparáveis, podemos enfatizar que na sociedade de hoje também não é possível dissipar o jornalismo nesse formato, on-line, que contribui com o dinamismo diário das pessoas, se desdobrando em tarefas ligadas a trabalho, casa, família e amigos, aspecto que justifica o título dessa seção.

O jornalismo on-line é crescente no Brasil e no mundo, acompanhando os avanços tecnológicos e também a facilidade no acesso à informação. Depois da exposição sobre o jornalismo on-line, nos deteremos a partir desse momento na Revista Veja on-line, indo ao encontro do nosso corpus de análise, bibliograficamente ancorado em Moherdau (2007).

## 2.6 REVISTA VEJA ON-LINE: UM MUNDO TEXTUAL E HIPERTEXTUAL

O mundo se deu conta do jornalismo on-line em 1995, portanto, estamos tratando de um formato recente, com apenas 20 anos, duas décadas de história. No Brasil, ainda é mais novo, somente nasceu no ano de 2001, se tornando um concorrente para os meios de comunicação tradicionais, como jornal impresso, rádio e televisão. Nesse sentido, apresentaremos um breve relato histórico da Revista Veja on-line, corpus de análise dessa pesquisa.

Sobre esse assunto, Moherdau (2007, p. 28-29, grifo do autor) pondera que

Em junho de 1997, o site da revista *Veja* (<http://www.veja.com.br>) entra no ar, reproduzindo e arquivando as edições semanais. Em junho de 2000, o site começa a publicar notícias on-line. A home page é considerada uma editoria da edição em papel de *Veja*, tanto que sua equipe de jornalistas também produz reportagens para a revista, além de espaços fixos como o “Hipertexto” e a seção semanal “Veja On-line”, que mostra na versão impressa os destaques do site. Há um editor executivo (os executivos da *Veja* cuidam de grupos editoriais afins), um editor, um subeditor, um editor assistente e três repórteres. Essa equipe cuida das reportagens para a revista impressa (Internet, Tecnologia Digital, Nova Economia e Tecnologia de Consumo), noticiário on-line diários, conteúdo interativo multimídia



(“Estação Veja”), sites de programação das capitais, sites das Vejinhas RJ e SP e, ainda, a versão digital da revista semanal, cujo texto é o mesmo da impressa, mas recebe um tratamento diferenciado em links, criação de fóruns, pontes com o noticiário diário e o conteúdo multimídia e eventuais reportagens complementares.

A Revista Veja on-line contempla muitos leitores/receptores que optam pela leitura de uma notícia, que pode ser de um texto ou também na opção de hipertexto. Ou, ainda, um texto se tornar um hipertexto ou vice-versa, ressaltamos que tal ação depende do leitor, dos recortes e enfoques que ele realiza, sobre determinado ângulo, uma visão particular.

Dessa forma, enfatizamos uma breve retrospectiva da Revista Veja, objeto de análise do presente trabalho, que há 18 anos está presente na internet, inicialmente, somente arquivando o conteúdo semanal. As notícias on-line, fidedignas como na versão impressa, surgem em junho de 2000, há exatamente 15 anos. Atualmente, essa realidade ainda persiste e, portanto, será investigada nessa dissertação.

No intuito de investigar o texto, propriamente dito, na próxima seção, estudaremos as suas principais características, enaltecendo a funcionalidade desse processo, seguindo os pressupostos de Bakhtin (1997) sobre sentido e outras vozes, Hayles (2009) sobre literatura eletrônica, Koch (2003) sobre coesão textual, Marcuschi e Xavier (2010) sobre hipertexto e gêneros digitais, Miranda (2004) sobre jornalismo on-line, Orlandi (1996) sobre interpretação e autoria.

## 2.7 TEXTO TEM INÍCIO, MEIO E FIM

Com o objetivo de ressaltar as principais características do texto e para fundamentar a análise do corpus desse estudo, que são três notícias on-line, textos jornalísticos, recorreremos a estudiosos dessa temática. Orlandi (1996, p. 54) argumenta que, “o texto não é uma unidade fechada embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira”. O texto pode ser considerado pleno, se mostrando completo sobre uma ótica.

O texto possui características intrínsecas, confirma Orlandi (1996), entre elas destacamos a heterogeneidade, sendo que ele pode ser atravessado por vários discursos. O texto tem sentido quando tem um discurso que lhe dá sustentação. A linearidade condiciona o leitor, a paráfrase, a polifonia e o diálogo também estão presentes nesse cenário. Seguindo o mesmo raciocínio, todo texto apresenta distintos alicerces, ele não é um monólogo, há sempre uma instância de comunicação que instaura um interlocutor e resulta numa conversa.

O sentido do enunciado está em ele ser único e singular, concebe Bakhtin (1997). É como se cada texto fosse um elo na cadeia de comunicação discursiva, esclarecendo que há ligações com textos anteriores e posteriores. O domínio cognitivo propicia a formação de referências e inferências para que possa fazer sentido, sendo uma tarefa individual. Esse processo demonstra que a leitura de qualquer texto, pode ser compreendida como um hipertexto, referindo-se a maleabilidade e também a relação que se estabelece com outros conteúdos, sendo real ou imaginária, isso pode ser conectado com o nosso corpus de análise, que são textos on-line.

Tradicionalmente, tratamos de texto apresentado na forma física do impresso ou do eletrônico. Entretanto, é um desafio sair da página de papel e ir para a tela do computador para realizar uma leitura, é necessário para isso romper com as rotinas clássicas que são cultuadas em diversos ambientes. Essa mudança também altera a forma de navegação, acentuando a procura por textos ou livros digitais, sendo oportuno mencionar Hayles (2009), que argumenta que antes do livro ser impresso ele já existia num meio digital, sendo gravado em CD ou *pen drive* e posteriormente impresso, encadernado e distribuído nas livrarias e bibliotecas. Isso a partir de um tempo marcado, ressaltamos que não foi sempre assim.

Acerca dessa reflexão, o texto é percebido pela maioria das pessoas com a marca peculiar de ter início, meio e fim, sendo conhecido pela delimitação de introdução, desenvolvimento e conclusão no universo escolar. Mas, para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, a sua estrutura pode sofrer alterações que também são decorrentes do funcionamento da língua, do homem e da sociedade.

O estudioso e pesquisador, Bakhtin (1997), acrescenta uma famosa e importante questão, afirmando que nenhum autor é um Adão bíblico, o que nos indica que sempre um texto faz referência a outro, acentuando a intertextualidade. Para esse autor, o texto apresenta pluralidade de dimensões, onde é primordial também considerar a situação de comunicação, os participantes do discurso e a enunciação.

Sobre texto, Marcuschi e Xavier (2010, p. 80, grifo do autor), mencionam que

Costuma-se hoje dizer que alguns aspectos de textualização mudaram com o surgimento das novas tecnologias da escrita, como por exemplo, o *hipertexto*. E aqui estariam sendo necessárias revisões de noções tais como *linearidade*, *estrutura*, *coesão* e *coerência*, entre outras. Contudo, já parece claro que novas tecnologias em geral não abalam alicerces vizinhos; quando muito podem sugerir nova pintura, novos telhados e fechaduras mais confortáveis.

Em outras palavras, obviamente o texto sofreu alterações em virtude das novas tecnologias, a sua remodelação acontece de forma homogênea e lenta, como se fosse uma

reforma, por exemplo, em que primeiramente pintamos as paredes para dar um aspecto de novidade.

Especificamente, sobre o texto do corpus de análise desse estudo, notícias de um meio on-line, Miranda (2004, p. 69) comenta que, “afinal, o texto no jornalismo on-line é conciso, curto e objetivo”. Um texto que consiga informar o leitor, mas que seja operacionalizado com o formato, propiciando uma navegação hipertextual, que acontece quando um texto direciona ou está ligado a outro, sobre o mesmo assunto.

Miranda (2004) explana alguns conselhos sobre os textos no meio on-line. A utilização de clichês e metáforas deve ser restrita, em busca da objetividade, o recomendável são palavras e parágrafos mais usuais. A gramática deve ser a padrão, observando sujeito e verbo nas frases. Não podendo faltar o *lead* ou lide, que responde às perguntas o que, quem, quando, onde, como e porque, não devemos utilizar rebuscamentos e modismos procurando enfeitar o texto. Ainda, os pronomes demonstrativos interferem no ritmo, o recomendado é utilizar voz ativa para chamar a atenção do leitor. Miranda (2004, p. 71) lembra que, “no jornalismo on-line, trabalha-se com a perspectiva da atualização permanente durante as vinte e quatro horas do dia”. O trabalho nunca cessa, a qualquer momento pode surgir um fato novo de uma determinada notícia, fazendo com que ela novamente seja modificada.

Nesse mesmo pensamento sobre texto, Koch (2003, p. 11) articula que

A linguística textual toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos lingüísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa.

O texto é único, contempla a qualidade e não a quantidade, suas expressões e frases fazem parte do todo e assim que elas obtêm significação. Essa citação vai ao encontro do corpus de análise da presente pesquisa, que busca investigar a subjetividade na linguagem diante da imparcialidade jornalística. Koch (2003) menciona que existem fundamentos essenciais, que determinam a relação de sentido que se estabelece entre enunciados ou trechos: oposição ou contraste, finalidade ou meta, consequência, localização temporal, explicação ou justificativa, adição de argumentos ou ideias. Esses fatores costuram o texto e fazem com que exista a tessitura, estamos falando de coesão textual.

Na visão de Koch (2003), a coesão faz parte do sistema de uma determinada língua, através da semântica que utiliza a relação léxico-gramatical. É responsável pela assiduidade

dos sentidos do texto, fazendo uma ligação entre linguística, cognição e interação. Existe a coesão referencial e a coesão sequencial. A primeira, conforme Koch (2003, p. 31, grifo do autor), “chamo, pois, de *coesão referencial* aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual. Ao primeiro, denomino *forma referencial* ou *remissiva* e ao segundo, *elemento de referência* ou *referente textual*”. Parece ser um sentido amplo, mas se torna mais familiar quando chamado de sintagma, linguisticamente falando.

Na segunda, Koch (2003, p. 53) enfatiza que, “a coesão sequencial diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir”. É uma ferramenta de seqüência que está instalada na língua e depende do desenvolvimento do texto.

Nesse sentido, pesquisaremos as principais diferenças entre texto, temática abordada nessa seção, e hipertexto, assunto a seguir, contextualizado teoricamente com base em Benveniste (2005, 2006), Koch (2005), Lévy (1993; 2000; 2003), Miranda (2004) e Santaella (2004). O hipertexto, compreendido como as trilhas possíveis de leitura que são escolhidas pela seqüência definida pelo sujeito, enquanto leitor.

## 2.8 HIPERTEXTO E SUA INCOMPLETUDE

Para compreendermos de que forma construímos um texto ou um hipertexto, e na busca incessante pela resposta, apontamos alguns conceitos sobre hipertexto, indo ao encontro do nosso corpus de análise que são três notícias on-line.

Na percepção de Lévy (1993, p. 33), o hipertexto “é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos”. Ele é formado por nós que seriam as páginas, os parágrafos e de ligações realizadas entre esses nós que podem ser caracterizadas como as referências, não de forma linear como em uma corda com nós, mas como uma estrela com várias pontas. São informações multimodais que se encontram na rede, e proporcionam uma navegação rápida sobre determinado assunto. O hipertexto é marcado pela sua incompletude.

Nessa mesma linha de pensamento, o filósofo Lévy (2003, p. 44), defende que “a abordagem mais simples do hipertexto é a de descrevê-lo por oposição a um texto linear, como um texto estruturado em rede”. Nesse mesmo cenário, Santaella (2004, p. 175) destaca que, “juntando fragmentos que vão se unindo mediante uma lógica associativa e de mapas cognitivos personalizados e intransferíveis”. O hipertexto pode ser construído pelo leitor, de forma personalizada, a partir de preferências particulares e com o clicar do mouse, estabelecendo relações com outros textos, fotos, imagens e vídeos, como desejar.

As principais características do hipertexto, para Koch (2005, p. 64), são oito: “não linearidade, volatilidade, espacialidade topográfica, fragmentariedade, multissêmico, interatividade, iteratividade e descentração”. Fatores que estão presentes não somente em hipertextos, mas, também em textos, ou mais especificamente, em notícias de jornais e revistas, impressos e on-line. O alicerce central ocorre pela não linearidade, as demais distinções ocorrem pela natureza virtual, pelo espaço sem limites e não hierárquico, por ser constituído por diferentes suportes numa mesma superfície de leitura, pela relação estabelecida com o leitor, pelos inúmeros autores em superposição em tempo real, e também pela natureza polifônica e intertextual; enfim, pelos deslocamentos de matérias.

O hipertexto também é percebido como uma trilha possível de leitura, concebe Lévy (2000), sendo definida a partir das escolhas dos links. Nesse mesmo raciocínio, salientamos que um hipertexto pode se tornar um texto, ou o inverso, um texto se fundamentar como um hipertexto.

Existem os denominados clarões, defende Lévy (2000), que podem ser entendidos como palavras que acionam na mente do homem uma rede associativa de outras expressões, construindo a ideia de uma teia discursiva formada por todos os nós ou links, que podem ser efetivados, consolidando o pensamento de que o conhecimento já existe em potência, e só precisa ser acionado de alguma forma.

Como diz Lévy (2003, p. 45), “o navegador participa assim da redação ou pelo menos da edição do texto que ele lê, uma vez que determina sua organização final”. Com esse mesmo pensamento, muitos autores consideram o leitor como um coautor, tendo em vista que ele participa ativamente da construção do texto através dos recortes que realiza, sendo delineado pela intersubjetividade, na visão de Benveniste (2005, 2006).

A partir desse estudo, é notório enfatizar que o hipertexto apresenta uma leitura não linear e não hierarquizada, o que sinaliza que a qualquer momento o leitor pode acessar outro texto, de maneira ilimitada e instantânea, como se fosse possível ler e entender o mundo pela internet, ignorando o contexto global. Na visão de Lévy (2000), a aprendizagem ocorre dentro

e fora da pessoa e não está inteiramente sob o controle do indivíduo. Não pode ser possível compreender ou viver no mundo somente através da tela do computador, porque a internet não se trata de uma ferramenta comandada pelo homem, é como se fosse o contexto, mas não podemos esquecer do todo.

O ser aprende e enriquece a fonte, compartilhando coletivamente, nesse mesmo cenário, Lévy (2000) reforça a ideia da inteligência coletiva que é distribuída em toda parte, a todo o momento, em tempo real e é resultado da mobilização de competências, visto mais como um problema do que como uma solução. Isso demonstra sinal de parcialidade, quando um determinado conhecimento é compartilhado para muitas pessoas, relacionamos com a notícia, pois, quando ela é publicada o que está referenciando aparece como verdade, mesmo que signifique apenas informações apreendidas de forma coletiva. Se isso acontece, efetivamente, como podemos tratar da imparcialidade jornalística, sabendo que a veiculação de um determinado fato pode repercutir ou atender a determinados interesses, considerando apenas o que é pertinente.

Na visão de Miranda (2004, p. 69), “o hipertexto organiza as informações de um modo que o leitor faz as escolhas de acordo com os tópicos que lhe interessam no fluxo das informações. Há autores que postulam ser esse um leitor ativo, embora seja sabido que é possível o atingimento de níveis de atuação muito mais profundos dos leitores através do meio impresso”. O leitor de impresso é o mesmo leitor de tela, mas, em cada formato, ele apresenta distintas características e pode apreender mais conhecimento, seguindo a sua aptidão.

Neste capítulo, procuramos apresentar considerações que julgamos importantes e necessárias a este estudo, que se debruça sobre a (im)parcialidade na comunicação jornalística: questões enunciativas e a subjetividade na linguagem, tomando por base, principalmente, a Teoria da Comunicação. No próximo capítulo, apresentamos a Teoria da Enunciação, segundo Émile Benveniste, para que possamos discutir questões referentes à subjetividade na linguagem presente em textos jornalísticos – foco deste trabalho, a fim de colocar lado a lado as duas dimensões teóricas, amparando nossa análise.

### 3. TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE: UM OLHAR SOBRE O TEXTO

No intuito de construir uma interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação de Benveniste<sup>4</sup>, propomos assinalar algumas similaridades. De um lado está a Teoria da Comunicação, com a construção dos fatos que dependem de critérios de noticiabilidade, que podem ou não, indicar a imparcialidade jornalística. Do outro lado está a Teoria da Enunciação de Benveniste, com a presença de enunciados e enunciações a partir do uso da língua, podendo ou não, acentuar a subjetividade na linguagem. Sendo assim, percebemos que por vezes, essas duas teorias se aproximam e, por vezes, se afastam, construindo assim um percurso de encontros e desencontros.

A Teoria da Enunciação, de Benveniste (2005), abrange o cenário dos anseios linguísticos sem desconsiderar as proposições estruturalistas. Assim, julgamos necessário abordarmos os apontamentos sobre língua, linguagem e subjetividade, na reflexão teórica de Saussure (2006) e de Benveniste (2005). A ideia de subjetividade também traz à tona as noções de sentido, propiciando uma nova forma de abordagem entre língua e linguagem. Tendo em vista que a proposta de compreensão da língua é distinta para esses dois teóricos, inicialmente, abordaremos aspectos relevantes da trajetória de Benveniste (2005, 2006).

A relação entre língua e homem aparece nos estudos de Benveniste (2005, 2006), contemplando que a língua submete o ser a uma experiência que se dá entre eu e tu, sendo irreversível, uma vez dito, não temos como voltar atrás, por outro lado, é sempre uma troca, não há enunciação somente de um eu, sem estar destinado a um tu, mesmo que seja em pensamento. Essa experiência humana que complexifica a linguagem, e sem ela não é possível existir indivíduo e mundo.

Os estudos desenvolvidos por Benveniste (2005, 2006), nos fazem perceber que a sua preocupação se concentrava com questões da significação. Contudo, uma das mais relevantes contribuições para a linguística é a subjetividade, uma vez que a sua presença é inevitável quando se estuda a linguagem e o sentido. Conforme Benveniste (2005, p. 286), “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, definição que enfatiza que o sujeito tem como condição a linguagem. Diante disso, consideramos a presença da subjetividade e da intersubjetividade.

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, quando abordamos a Teoria da Enunciação estamos nos referindo à Teoria da Enunciação de Benveniste.



A propriedade da subjetividade é determinada pela categoria de pessoa e pelo status linguístico, fato que pode ser comprovado em Benveniste (2005, p. 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. O ego pode ser compreendido por eu.

Quando dizemos que Benveniste (2005) colocou o sujeito no grande e único alvo da linguística, temos que considerar que não se trata apenas da instância da realidade, ou seja, a percepção das marcas que o sujeito é capaz de deixar nos enunciados, mas de estabelecermos uma relação entre homem, sujeito e mundo com a linguística. Assim, chama a atenção a visão antropológica ao falar que o indivíduo está na língua.

A subjetividade pode ser marcada nos enunciados através de algumas formas, confirma Benveniste (2005), entre elas está a dêixis que aparece no momento de enunciar e faz o indivíduo se tornar sujeito, materializando a subjetividade. As marcas linguísticas expressam a subjetividade, e nesse emaranhado destacamos os verbos, os pronomes e os advérbios.

Ao tratarmos da Teoria da Enunciação, orientados com os pressupostos teóricos de Benveniste (2005, 2006), precisamos mencionar que não se trata de uma leitura homogênea e linear, existe a necessidade de contextualização devido à complexidade dos textos. Dessa forma, encontramos suporte em Flores (2013). A Teoria da Enunciação está dividida em seis blocos: transformações linguísticas, a comunicação, estrutura e análises, funções sintáticas, o homem na língua, léxico e cultura.

Com um pensamento investigador e de iniciante, visualizamos o que Benveniste (2006, p. 38) comenta: “A epistemologia é a teoria do conhecimento. Como é adquirido este conhecimento, isto não está dito por antecipação. Há muitas possibilidades de epistemologia. A linguística é uma epistemologia, pode-se considerá-la como tal”. O nosso conhecimento acontece de diversas formas, por exemplo, através da língua em uso.

Na percepção de Benveniste (2006), é necessário entendermos, primeiramente, que a Teoria da Enunciação tem base no funcionamento da língua pelos seres humanos. O ser está na língua através da enunciação. Essa relação entre homem e língua requer um laço interdependente entre as partes, inclusive, aproximando a subjetividade, que é a competência do homem, mais tarde denominado locutor, em se apresentar ou estar na posição de sujeito. É aquele que assume o eu no discurso e também troca de papel, por vezes, sendo tu, estabelecendo um diálogo com outros sujeitos que também são protagonistas do ato, ora sendo eu, ora sendo tu, denominados locutor e alocutário.



Acerca dessa reflexão, Benveniste (2005, p. 289, grifo do autor), desenvolve um conjunto de pensamentos, interligados uns com os outros:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

Com foco nessa pesquisa, nos detemos na compreensão de linguagem e de subjetividade. Sobre esse assunto, Benveniste (2005, p. 293, grifo do autor), conceitua “[...] que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação lingüística”. Ainda, no artigo chamado – O aparelho formal da enunciação – publicado em março de 1970, aparece o termo enunciação com frequência, mas cada aparição requer uma particularidade, difícil se tornar homogênea. Através da leitura, percebemos que o entendimento pode envolver uma ação ou um método. Vamos ao primeiro conceito ou ao mais discutido em Benveniste (2006, p. 82), presente no texto: O aparelho formal da enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Ainda, “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”, define Benveniste (2006, p. 83). Nós, enquanto seres humanos, estamos a todo o momento produzindo enunciados e enunciações.

A partir da leitura dessa temática, percebemos a presença tênue de outros sentidos para o conceito enunciação. Num segundo momento, “este grande processo pode ser estudado sob diferentes aspectos”, aponta Benveniste (2006, p. 82). Ele não visualiza apenas um foco, mas todo o contexto, outras óticas. O terceiro, “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”, acrescenta Benveniste (2006, p. 87, grifo do autor), e começa a introduzir a presença de outra pessoa, do tu, como determinante nessa situação. Assim, trabalhamos com três conceitos, o primeiro sendo mais explicativo, o segundo, evidencia a possibilidade de outras formas de analisar, e o terceiro, estabelece uma relação com o outro, acenando para a intersubjetividade.

Compreendemos que enunciação é o ato de dizer, é a passagem da língua para a fala, é como se a enunciação fosse o processo e o enunciado o produto. Criando o quadro da enunciação onde está presente eu e tu, num determinado tempo (agora), e espaço (aqui). Sempre é a pessoa que realiza a enunciação, através da língua ou da linguagem. Sendo que a noção da categoria de pessoa está relacionada aos verbos e aos pronomes pessoais. Eu é

sempre único, é aquele que enuncia, seguindo o percurso de indivíduo, locutor, sujeito e pessoa, se mostrando implícito ou explícito. O sujeito se constitui linguisticamente pela enunciação do eu no enunciado, locutor, não esquecendo de instituir um tu, seu alocutário, impreterivelmente.

Resumindo, elucidamos que a enunciação é o ato de colocar a língua em funcionamento, fato que nunca se repete. O enunciado pode se repetir, é a frase que falamos. Desse modo, lembramos que antes da enunciação a língua é apenas uma possibilidade, depois desse processo ela se torna discurso. Portanto, a língua (enunciado) é repetível, a enunciação é irrepetível.

Na visão de Flores (2013), o quadro figurativo da enunciação, especificamente, é a própria enunciação. Existem quatro limites que precisam ser considerados, pensando que diálogo e enunciação estão caminhando lado a lado, acoplados. Primeiro, a realização vocal da língua, a fonação, a pronúncia oral, a nossa voz. Segundo, a conversão da língua em discurso, esse processo está associado à realização da enunciação. Terceiro, a enunciação tomada como um ato único e individual, marcando a subjetividade na linguagem, pois toda vez que enunciamos nos marcamos linguisticamente, principalmente, através da categoria de pessoa. Quarto e último, o diálogo, a possibilidade de alternância entre eu e tu, ou há reciprocidade na enunciação.

No intuito de proporcionar uma melhor compreensão, recorremos a Flores (2013, p.177), que explica: discurso “é a manifestação da enunciação produzida cada vez que se fala”. Esse autor ainda salienta a diferença entre aparelho formal da enunciação, como: “conjunto de elementos linguísticos formado por índices específicos e por procedimentos acessórios que, na enunciação, indicam a posição de locutor”. Enquanto que aparelho formal da língua é o: “conjunto de elementos linguísticos formado por índices específicos e por procedimentos acessórios que possibilitam ao locutor, na apropriação da língua, indicar a sua posição de locutor”. O eu é sempre quem está com a palavra e o seu ouvinte é o tu. O aparelho formal da enunciação é o último artigo sobre enunciação escrito por Benveniste, portanto, é visto como se fosse à última verbalização sobre esse tema.

Após tratarmos de aspectos intrínsecos da Teoria da Enunciação de Benveniste, de forma breve, a partir desse momento, nos deteremos à trajetória de Ferdinand de Saussure. Sabendo que ele ocupa um lugar privilegiado nos estudos de Benveniste, abordaremos quem é Saussure (2006) na próxima seção, enfatizando quais foram as suas principais contribuições para os estudos de língua e de linguagem. Ele é considerado um dos precursores desse assunto e pai da ciência linguística.

### 3.1 SAUSSURE: SUA PRINCIPAL INFLUÊNCIA

Ao tratarmos da Teoria da Enunciação de Benveniste, inicialmente, necessitamos fazer uma breve introdução. Nesse contexto, ressaltamos que essa teoria tem como principal característica o sujeito, o ser que faz uso da língua e através da linguagem se institui como eu no discurso, manifestando a existência da subjetividade nos enunciados e enunciações. Contudo, nos concentramos naquele que é considerado o pai da linguística por ter desenvolvido um método sistemático.

O linguista e filósofo suíço, Ferdinand de Saussure, nasceu na cidade de Genebra em 26 de novembro de 1857. Começa seus estudos na área de ciências exatas, em Física e Química, em 1875, na Universidade de Genebra, com apenas 18 anos de idade. Após dois semestres, percebe que seu contentamento estava em outra área do conhecimento e abandona o curso. Seu sonho estava nos estudos linguísticos e prossegue com as aulas em Leipzig, Berlim e Paris.

Saussure (2006) esclarece que no ano seguinte, se torna integrante da Sociedade Linguística de Paris. Em fevereiro de 1880, defende a sua tese de doutorado, difundindo que a linguística era como um ramo dos signos. Anos mais tarde, fomenta a semiologia e incentiva o estruturalismo.

No início de sua carreira de docente, ele ministra aulas de Gramática Comparada na Escola de Altos Estudos de Paris, durante uma década, de 1881 a 1891. Mais tarde, ministra aulas de Linguística indo-europeia e de sânscrito, na Universidade de Genebra, de 1891 a 1906. Finalmente, assume a disciplina de linguística a partir de 1906, foi um período para conciliar seu tempo entre as aulas e as pesquisas, coerentes na mesma temática, o estudo da língua e da linguagem.

Mais tarde, Saussure (2006), volta para sua cidade natal, Genebra, e atua como professor de sânscrito e de linguística. Em 1896, se torna professor titular em Genebra. Contudo, ministra três cursos de linguística geral, o primeiro em 1907, o segundo em 1908 e 1909, o terceiro e último em 1910 e 1911. Todos foram realizados na Universidade de Genebra, tendo como público um grupo seletivo de alunos e estudiosos do tema.

No dia 27 de fevereiro de 1913, Saussure morre em Genebra, aos 56 anos de idade. Depois de três anos, em 1916, dois alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, juntamente com um terceiro integrante, A. Ridlinger, compilaram as anotações dos estudantes que participaram dos três cursos, ministrados por Saussure, e elaboraram o livro intitulado Curso

de Linguística Geral, amplamente recomendável para estudos relacionados à ciência linguística. Entre os inúmeros trabalhos realizados por Saussure também destacamos – Os anagramas – elaborado entre os anos de 1906 e 1909, estudo que se detém a poemas clássicos e revelam a composição poética, embasada na fônica das palavras. Entretanto, não deixamos de mencionar as quatro importantes dicotomias de Saussure, são elas: língua e fala; sincronia e diacronia; sintagma e paradigma; significante e significado.

A primeira delas, distingue língua e fala. Saussure (2006) concebe que a língua é percebida como um sistema estabelecido entre as pessoas, que possibilita a compreensão e o diálogo, como principal característica enaltecemos a homogeneidade. A fala, por sua vez, é um ato individual, depende de elementos externos e é representada pela heterogeneidade.

A segunda dicotomia proposta envolve a sincronia e a diacronia. De acordo com Saussure (2006), a sincronia se limita a estudar uma linguagem particular em um determinado espaço de tempo, por exemplo, a língua portuguesa falada no Brasil em 2015, enquanto que a diacronia se volta ao estudo histórico do desenvolvimento da linguagem, por exemplo, o português medieval e o português atual. A terceira dicotomia, sintagma e paradigma, merece uma atenção a mais. O sintagma são as escolhas que realizamos e combinamos através do paradigma, por exemplo, as palavras que resultam numa frase que pode ser compreendida.

Por fim, a quarta dicotomia enfatiza significante e significado. Como Saussure (2006) mesmo aponta, é como se fosse os dois lados de uma mesma moeda. O significante pode ser entendido como uma imagem acústica e o significado é o conceito, quando falamos o termo cadeira, cada pessoa imagina uma imagem desse objeto mencionado, mas todos têm o discernimento do que estamos falando, a cadeira para sentar, para alguns pode ser de madeira, para outros, pode ser de ferro, pode ser colorida ou preta, mas as suas características não alteram o seu conceito.

Diante do exposto, destacamos ainda algumas considerações que são integrantes desses processos, lembra Saussure (2006). Para língua e fala existe a linguagem, para a sincronia e a diacronia permanece a pancronia, para o sintagma e o paradigma há o sistema, e para o significante e o significado tem o signo.

Desse modo, mostramos que o fio condutor da ciência linguística é Saussure (2006). Nesse percurso teórico, à língua é concebida como um sistema, tomada como um objeto dos estudos linguísticos. Com esse pensamento percebemos que a língua se opõe<sup>5</sup> à fala. A língua

---

<sup>5</sup> Oposição entre língua e fala: A língua é um sistema único que interpreta a si mesmo e aos demais; responsável pela comunicação entre os homens. A fala é a oralidade.

é sistêmica e objetiva, enquanto que a fala é concreta e subjetiva por ser mutável para cada falante.

A língua pode ser compreendida como um sistema organizador, concebe Saussure (2006), sendo o principal dispositivo das possibilidades simbólicas do homem, como a linguagem. Diante do exposto, Saussure (2006, p. 17) destaca que

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

Desse modo, Saussure (2006) deixa claro que a língua é o principal sistema de signos e que a linguagem é a faculdade humana. Portanto, a língua atualiza o exercício da faculdade humana da linguagem, através da fala, que pode ser entendida como um fato simbólico, ou seja, quando o falante se apropria da língua. A língua faz parte da linguagem, mas ela por si só se completa.

Acerca dessa reflexão, Saussure (2006, p. 23) pondera que, “enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”. A língua é homogênea para que as pessoas consigam enunciar e ser compreendidas, através de convenções sociais, por exemplo, o termo chapéu, representa o mesmo objeto para qualquer pessoa. Já a linguagem é heterogênea, depende do enunciado e da enunciação, por exemplo, gírias faladas em um determinado grupo de amigos, *aê* e *tá ligado*.

Tendo em vista que, na visão de Saussure (2006, p. 80), “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Exemplificamos: a expressão árvore remete a uma definição e a uma imagem, ressaltando que para cada sujeito essa representação ocorre de forma diferente, sendo um ato individual e peculiar. Então, entendemos que a língua é um sistema complexo, e se torna ainda mais complicado pelas relações que são estabelecidas pelos sujeitos.

Saussure (2006, p. 16) define que, “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. A linguagem está presente em todos os seres humanos e momentos, se tornando ao mesmo tempo particular e coletiva.

Seguindo esse mesmo pensamento, Saussure (2006, p. 16) pondera que

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las.

Como afirma Saussure (2006, p. 17), “a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação”. Com esse raciocínio, Saussure (2006, p. 17) comenta que, “a esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele”. A língua faz parte da natureza do ser, sendo um mecanismo para transmissão da linguagem, associada ao enunciado.

Acerca dessa reflexão, Saussure (2006, p. 15) esclarece que, “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”, concepção que apresenta a possibilidade de existência da subjetividade. Se pararmos para pensar um instante nesse conceito, temos que reparar também que quando escrevemos ou falamos, buscamos um modo mais apropriado para fazer isso, adotamos uma posição social e aceitável.

Nesse sentido, a noção de subjetividade pode ser compreendida pelo fato de o homem sempre se dirigir a outra pessoa, se tornando responsável pelo sentido que irá conceder à língua, concebe Saussure (2006). Desse modo, a subjetividade está presente em todos os seres humanos e instantes, tendo em vista que sempre estamos falando para alguém, até mesmo nossos pensamentos são direcionados para outra pessoa, nem que seja somente para organizar a sequência do raciocínio.

Na próxima seção, estudaremos a trajetória de Émile Benveniste (2005, 2006), considerado uma referência nos estudos da enunciação, aspecto que justifica sua aparição nessa dissertação, principalmente pelas suas abordagens sobre a subjetividade.

### 3.2 ÉMILE BENVENISTE – QUEM É?

Ezra Benveniste trocou seu nome de batismo e passa a ser chamado de Émile Benveniste. Ele nasceu em 27 de maio, de 1902, na Síria e faleceu em 03 de outubro de 1976, aos 74 anos, na cidade de Cairo. “Benveniste produziu um pensamento absolutamente

singular, cuja complexidade está por ser avaliada, uma vez que só poderia ser contemplada em um estudo epistemológico exaustivo”, argumenta Flores (2013, p. 21-22). Benveniste é considerado um pesquisador da lingüística estruturalista francesa.

O renomado linguista francês inicia seus estudos na Universidade de Sorbonne. Logo depois, começa a dar aulas justamente de lingüística, até se aposentar em 1969, aos 67 anos e já apresentando problemas de saúde. Acompanhado de Claude Lévi-Strauss e Pierre Gourou, criaram uma revista chamada *L’Homme*<sup>6</sup> que abordava, essencialmente, a antropologia. Além disso, Benveniste também foi reconhecido por estabelecer a polaridade entre a primeira e a segunda pessoa, eu e tu, e a terceira pessoa, o ele, denominado de não-pessoa. Sobre a história da lingüística, Benveniste (2006, p. 30), esclarece que

De fato, a lingüística teve vários começos. Ela recomeçou e se reengendrou a si mesma várias vezes – não sem se dar cada vez antecedentes. De modo absoluto, para nós ocidentais, a lingüística nasceu na Grécia, quando os filósofos mais antigos, contemporâneos do despertar do pensamento filosófico, começaram a refletir sobre o instrumento da reflexão e conseqüentemente sobre o espírito e a linguagem. Houve um segundo começo na Idade Média, quando, através das categorias aristotélicas, se recomeça a definir os fundamentos da linguagem.

A abordagem enunciativa chama a atenção de linguistas e filósofos. “Tive a oportunidade de entrar na carreira científica muito jovem e em grande parte sob a influência de um homem que foi um grande lingüista, que contribuiu fortemente para formar os lingüistas e a modelar a lingüística durante, pode-se dizer, os vinte ou trinta primeiros anos deste século, era meu mestre Antoine Meillet”, salienta Benveniste (2006, p. 11), destacando essa influência. Ele foi responsável por uma lingüística diferente da que estava sendo proposta, de cunho estruturalista, contextualizando a subjetividade, a intersubjetividade e a significação.

Sua temática abrangente chamava a atenção. Ele tratava de lingüística, diacronia, sintáticos, lexicais e fenômenos culturais, mas sem dúvida a sua principal obra foi “Problemas de Lingüística Geral”, gerando reconhecimento e expansão de conhecimentos nos dois volumes publicados em 1966 e 1974, dois anos antes de sua morte. “Benveniste dialoga com todo o pensamento teórico de seu tempo, prova disso são os textos dedicados à filosofia, psicanálise, sociologia, antropologia, às teorias da cultura, da lógica etc”, relata Flores (2013, p. 22). Seus estudos observam conteúdos distintos, além da lingüística, também recebem destaque na antropologia e na psicanálise.

---

<sup>6</sup> Revista *L’Homme* quer dizer em português – O Homem. Tem origem francesa e fundação em 1961, por Benveniste, Claude Lévi-Strauss e Pierre Gourou. Foram realizadas publicações durante 38 anos, de 1961 a 1999, com temáticas voltadas às ciências sociais e humanas.



As duas obras de referência da linguística contemplam temáticas variadas, que possibilitam a leitura e instigam a multiplicação de conhecimentos, de língua e de linguagem. Trata-se de uma seleção de artigos que foram escritos por mais de duas décadas. Problemas de Linguística Geral I contempla seis partes. A primeira delas – Transformações da linguística: Tendências recentes em linguística geral (1954); Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963); Saussure após meio século (1963). A segunda – A comunicação: Natureza do signo linguístico (1939); Comunicação animal e linguagem humana (1952); Categorias de pensamento e categorias de língua (1958); Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956). A terceira parte – Estruturas e análises: “Estrutura” da linguística (1962); A classificação das línguas (1952, 1953); Os níveis da análise linguística (1962, 1964); O sistema sublógico das preposições em latim (1949); Para a análise das funções casuais: o genitivo latino (1962). A quarta – Funções sintáticas: A frase nominal (1950); Ativo e médio no verbo (1950); A construção passiva do perfeito transitivo (1952); “Ser” e “ter” nas suas funções linguísticas (1960); A frase relativa, problema de sintaxe geral (1957, 1958). A quinta parte – O homem na língua: Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946); As relações de tempo no verbo francês (1959); A Natureza dos pronomes (1956); Da subjetividade na linguagem (1958); A filosofia analítica e a linguagem (1963); Os verbos delocutivos (1958). A sexta e última – Léxico e cultura: Problemas semânticos da reconstrução (1954); Eufemismos antigos e modernos (1949); Dom e troca no vocabulário indo-europeu (1951); A noção de “ritmo” na sua expressão linguística (1951); Civilização: contribuição à história da palavra (1954).

No Problemas de Linguística Geral II também há seis partes. A primeira delas – Transformações da linguística: Estruturalismo e linguística (1968); Esta linguagem que faz a história (1968). A segunda parte – A comunicação: Semiologia da língua (1969); A linguagem e a experiência humana (1965); O aparelho formal da enunciação (1970). A terceira – Estruturas e análises: Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968, 1970); Convergências tipológicas (1966); Mecanismos de transposição (1969); As transformações das categorias linguísticas (1966, 1968); Para uma semântica da preposição alemã *vor* (1972). A quarta parte – Funções sintáticas: Fundamentos sintáticos da composição nominal (1967); Formas novas da composição nominal (1966); Estrutura das relações de auxiliaridade (1965). A quinta – O homem na língua: O antônimo e o pronome em francês moderno (1965); A forma e o sentido na linguagem (1966, 1967). A sexta e última – Léxico e cultura: Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium* (1969); Gênese do termo “scientifique” (1969); A blasfêmia e a eufêmia (1966, 1969); Como se formou uma diferenciação lexical em francês



(1966); Dois modelos lingüísticos da cidade (1970). Devemos mencionar que, neste trabalho, nos deteremos a diversos textos, mas de modo especial ao artigo intitulado – Da subjetividade na linguagem – que concede subsídios fundamentais para o corpus de análise.

A leitura e a interpretação dos artigos de Benveniste exigem atenção e pensamento crítico. “Pode-se partir de um princípio epistemológico geral de leitura segundo o qual a teoria é, na verdade, um conjunto de termos, conceitos e noções relacionados entre si. Isso quer dizer que em Benveniste há uma rede de primitivos teóricos, uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros”, pontua Flores (2013, p. 24). As obras de Benveniste existem sob três perspectivas, suscita Flores (2013). A primeira acentua que o seu pensamento foi determinante para a construção de uma epistemologia, agregada às obras de Saussure (2006), com a linguística strictu sensu; a segunda assinala a interdisciplinaridade de poder tratar de temáticas distintas sobre uma mesma ótica, por exemplo, sociologia e psicanálise; e a terceira pontua a linguística da enunciação, foco desta pesquisa.

Seguindo os pressupostos de Flores (2013), enfatizamos que Benveniste não se reduz à Teoria da Enunciação, ele nem sempre utiliza essa expressão, por vezes, ele trata de semântica da enunciação. Cogitamos a ideia de que ele possui uma teoria da linguagem, a qual reflete sobre a enunciação. Benveniste escreveu 18 livros e aproximadamente 300 artigos, obras de relevância para o estudo da linguística no mundo.

Entre as temáticas estudadas por Benveniste (2005, 2006) está presente a língua. Portanto, nos deteremos a alguns entendimentos sobre esse assunto. Começando com a ideia de que a língua é um sistema, por excelência, sendo o mais importante do mundo, o qual fornece subsídios para que aconteça a comunicação entre as pessoas.

A língua é percebida como interpretante de si e dos outros sistemas, fato que garante sua importância, estamos abordando a denominada função metalingüística, que é uma função espetacular. Na visão de Flores (2013), a língua é psíquica, não apresenta materialidade. Também acentuamos duas gerações, a primária (quando falamos) e a secundária (quando escrevemos); como se a língua fosse uma paisagem que se move, ressaltando que independe da escrita, ela significa muito mais que a junção de símbolos que formam palavras e de sons que são transmitidos pela fala. A língua singulariza sua função e se faz nova a cada vez que é utilizada, por exemplo, a escrita é a autosemiotização da língua. Ainda, destacamos que a língua é binária, é isso ou é aquilo, feminino ou masculino, singular ou plural, afirmativo ou negativo.

A seguir, para embasarmos a presença marcante de Benveniste (2005, 2006) e de Saussure (2006), nos ateremos à relação existente entre eles, considerados ícones da linguística, também com aporte teórico em Normand (2009) e Stumpf (2010).

### 3.3 CASAMENTO OU DIVÓRCIO: A INTER-RELAÇÃO ENTRE SAUSSURE E BENVENISTE

No intuito de construir uma inter-relação entre Benveniste (2005) e Saussure (2006), expõem-se, de forma breve, características desses dois teóricos, que por vezes parecem se aproximar e em outros momentos se distanciar, subsidiando uma história de casamento ou de divórcio. Em comum, Saussure (2006) e Benveniste (2005), dedicaram suas vidas exclusivamente à pesquisa, o encontro de ambos pode ser marcado pelo gosto à linguística e pela inteligência apurada nessa temática: a língua em uso.

Saussure (2006) anuncia uma ciência geral dos sistemas de signos, e Benveniste (2005) aposta no estudo da semântica. A relação entre eles pode ser vista não somente como uma continuação de estudos, mas também com alterações e avanços nesse objeto, instigando um duplo processo de retorno e projeção a língua e a linguagem. Sendo considerado o pai da linguística moderna, Saussure (2006), foi determinante para que a linguística se tornasse uma ciência independente, recebendo reconhecimento pelas suas dicotomias, que são: língua e fala; sincronia e diacronia; sintagma e paradigma; significante e significado.

Contudo, Benveniste (2005), tornou-se conhecido pela criação da Teoria da Enunciação, destacando que a enunciação é o ato de dizer e o enunciado é o dito. A enunciação é a apropriação da língua por um ato individual de dizer, se concentrando em três instâncias: primeiro pela mediação entre língua e fala; segundo pelas categorias de pessoa, de tempo e de espaço, e por fim, a enunciação é uma instância logicamente pressuposta pelo enunciado.

A primeira delas, língua e fala, trata que o ser humano se vale do sistema língua para falar, simbolicamente. A segunda, categoria de pessoa, de tempo e de espaço, marca o eu, agora e aqui, indispensável para que aconteça a comunicação. A terceira e última, enunciação e enunciado, enfatiza o irrepitível e o repetível. Esses três alicerces manifestam a ideia de que é na língua que estabelecemos a experiência humana. Em outras palavras, a interpretação é o que é exterior a enunciação, como os elementos textuais, definindo as categorias de pessoa, de

tempo e de espaço. De fato, Saussure (2006), foi a principal inspiração de Benveniste (2005, 2006), sendo assim, consideramos que a relação estabelecida entre ambos pode ser chamada de casamento, considerando que existem opiniões convergentes e divergentes sobre a ciência da linguística.

Na percepção de Normand (2009, p. 198), “mais do que de referências, tratar-se-á de presenças: ambos se impuseram e se impõem ainda hoje para quem se interessa por linguagem. Cada um deles, mais do que revelar, levou os outros a pressentirem que algo essencial estava em jogo ali, naquilo que continua sem ser consensualmente nomeado: língua, discurso, comunicação...”. Então, como essa autora mesmo revela, eles nos fizeram acordar de um sono dogmático, mexendo em feridas narcísicas.

Conforme Stumpf (2010, p. 3), “podemos pensar que Benveniste, mesmo tendo acesso apenas ao Curso de Linguística Geral, soube lê-lo com uma sensibilidade que o fez perceber a inovação e a singularidade do pensamento saussuriano”. Sendo assim, muitos pesquisadores cogitam a ideia de que Benveniste (2005) teria ultrapassado os conhecimentos de Saussure (2006), mas percebemos que eles estão no centro do processo que envolve a pesquisa linguística.

Sobre o conhecimento, as infinitas possibilidades de caminhos e o desenvolvimento, Normand (2009, p. 203) pondera que, “a empreitada é vertiginosa, assim como interminável. Teria ele todos os cadernos em que se desenha esse projeto sobre o qual Benveniste, pode-se pensar, teria preferido não tomar conhecimento, pois é preciso manter a razão”. Desse modo, não podemos ignorar essa inquietude de ambos, Saussure e Benveniste, em relação à construção e multiplicação de saberes ligados a língua e a linguagem, como a autora observa, como o caroço e a azeitona, o sangue e as veias.

A partir desse momento, estudaremos a subjetividade percebida através do uso da língua e da linguagem, que depende do contexto em que está inserida, que se manifesta de forma particular e peculiar, enfatizando a percepção teórica de Benveniste (2005, 2006), e de seus leitores Flores (2013) e Stumpf (2010).

### 3.4 A DONA DA RAZÃO: A LÍNGUA MARCA A SUBJETIVIDADE

Considerado um dos precursores da linguística da enunciação, Benveniste (2005), acentua que a língua pode ser compreendida como um código fechado em si e estruturado por

signos. A significação enfatiza duas instâncias, na opinião de Benveniste (2005): a semiótica e a semântica. No que diz respeito à semiótica destacamos que o signo significa no sistema, e na semântica acontece à revelação do sentido, resultado da relação existente entre signo e contexto. Podemos enfatizar que a enunciação é inerente ao semântico e se dá pela apropriação, enquanto realização individual.

Lembramos que o primeiro presidente da associação de semiótica foi Benveniste, então, tentaremos pensar como ele. De um lado está o domínio semiótico, que diz respeito ao signo, (significante e significado), que identifica as unidades e traz o reconhecido distintivo da língua, resumindo: a forma. Do outro lado está o domínio semântico, que traz a ideia de referência, é parte integrante da ordem da enunciação e do discurso que se dá pelo uso da língua, a compreensão, sintetizando: o sentido.

Sendo assim, Benveniste (2006, p. 83) considera que, “é a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância”. Em outras palavras, é o discurso, como confirma Flores (2013, p. 165, grifo do autor), “o que é *semantização*? A definição aparentemente é textual: *conversão da língua em discurso*”. Mesmo sem perceber, estamos a todo momento semantizando, uns com os outros, envolvendo o semiótico e o semântico.

A língua percebida com a função de um trabalho social é a forma de significar, explica Benveniste (2005). A língua está intrinsecamente ligada à sociedade, o que é social é da natureza do ser humano e da língua, em outra ótica, estabelecemos uma relação inseparável entre língua, linguagem, homem e sociedade, de maneira que um complementa o outro, se tornam indissociáveis.

Na percepção de Stumpf (2010, p. 7), “assim, se para o modo semiótico o arcabouço teórico do pensamento saussuriano sobre signo serve, para o modo semântico deve-se criar um novo aparelho. Podemos pensar que esse novo aparelho se ocupa das marcas de enunciação no enunciado: marcas linguísticas de sujeito, tempo, pessoa, etc”. Aspecto que vai ao encontro do nosso corpus de análise, que consiste em três notícias selecionadas da Revista Veja on-line, nos meses de julho, agosto e setembro de 2015.

Diante disso, consideramos que a língua constitui uma estrutura, como forma, e se transforma em discurso para funcionar, apontando o fenômeno temporal da alternância de pessoas no diálogo, assegura Benveniste (2005).

A linguagem não é entendida como um instrumento para o indivíduo, por exemplo, como se fosse uma picareta, instigando que pudesse ser possível opor o indivíduo e a natureza. Nas palavras de Benveniste (2005, p. 285), “a linguagem está na natureza do

homem, que não a fabricou”. A linguagem está intrinsecamente ligada ao ser e vice-versa, essa é a grande inspiração.

Com base no raciocínio de Benveniste (2005, p. 285), enfatizamos que, “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”, essa concepção nos mostra a essência entre homem e linguagem. Dessa forma, acrescentamos que esse valor concedido ao sujeito se dá pela condição de existência, um ser capaz de produzir linguagem. Separar ser humano e linguagem é inconcebível, uma vez que a linguagem pode ser compreendida como uma faculdade inseparável da sua própria natureza, desencadeando na subjetividade, que compreendemos como uma condição intrínseca para que ocorra a enunciação.

No intuito de demonstrar que a linguagem pode conceder ao indivíduo o status de sujeito, Benveniste (2005, p. 285) comenta que, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”. Através da Teoria da Enunciação, postulada por Benveniste (2005), os estudos sobre linguagem pertencem a uma nova situação, podendo ser compreendida como o lugar que possibilita que o indivíduo se constitua como sujeito e como falante.

Nesse sentido, quando o locutor se relaciona com a língua através de determinadas formas linguísticas constitui a enunciação. Nesse momento, o sujeito já deixa marcas efetivadas pela subjetividade, até mesmo pela escolha lexical, ao enunciar transforma a língua, através do uso das palavras, em discurso. As marcas linguísticas deixadas no enunciado são objeto de estudo nessa pesquisa, assinalando a subjetividade como responsável por essa ação.

Desse modo, para pesquisar o sujeito e as suas representações, na teoria enunciativa de Benveniste (2005), é necessário aprofundar a categoria de pessoa, de tempo e de espaço. Então, verificaremos algumas peculiaridades dessas classes. A categoria de pessoa diz respeito ao eu e ao tu, marcando linguisticamente a pessoa que está enunciando, seja apresentada na projeção da fala ou da escrita. A categoria de tempo nos traz à tona que o tempo está sempre ligado à instância da fala, o presente, e nessa perspectiva fazemos uma referência do passado ou do futuro, acentuando que os acontecimentos não são o tempo, mas estão nele. A categoria de espaço define o lugar, onde está se passando a enunciação, construindo o tripé: eu, agora e aqui.

Como diz Flores (2013, p. 101, grifo do autor), “o homem é homem porque tem linguagem. O termo *locutor*, por sua vez, é usado para indicar uma instância distinta da de

sujeito”. Percebemos que existe uma diferença entre homem, locutor e sujeito. “O *sujeito*, então, não é nem o *locutor*, nem o *homem*, mas uma instância que decorre da apropriação feita pelo *locutor*”. Quem toma a palavra e se propõe a ser o eu.

Diante do exposto, enfatizamos que na linguagem tudo pode ser subjetivo, porque quando o homem toma a palavra invoca uma fala, opta por dizer de uma determinada forma através da própria escolha lexical, utiliza a sua marca pessoal, ou se marca enquanto sujeito que é. Sendo assim, não podemos afirmar que existe objetividade na linguagem, porque sempre somos subjetivos, enquanto sujeitos ativos e enunciadores, do mundo da linguagem. De fato, o que podemos criar é um efeito de objetividade através do modo com que enunciamos, mesmo assim, estamos carregados de subjetividade, isso denota uma relação com a (im)parcialidade jornalística.

Com esse mesmo raciocínio, Benveniste (2005) esclarece a necessidade de termos um entendimento de que essas subjetividades têm como condição a existência da intersubjetividade, expressada pela língua e responsável pela construção do sentido de ambas as partes, eu e tu, destacando que a subjetividade está no sujeito e que isso se dá pela língua. Sintetizamos, afirmando que a subjetividade acontece quando o locutor passa a ser sujeito, especialmente, marcando a categoria de pessoa e unindo a forma e o sentido, através da semiótica e da semântica.

De fato, sustentando a subjetividade na linguagem há uma relação entre língua, homem e mundo. Assim, a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005), ressalta a presença do sujeito na língua, marcado linguisticamente e construído na instância de discurso, considerado como um ato único em que a língua é atualizada em palavra pelo locutor.

Antes de tudo, o linguista da subjetividade, Benveniste (2005), afirma que a linguagem é a atividade significante por excelência, concebida como representação de alguma coisa, sendo da ordem do descontínuo e do dissemelhante.

Nesse mesmo raciocínio, Benveniste (2005), enfatiza que a linguagem concede ao indivíduo a ideia de sujeito, acerca dessa reflexão, a subjetividade é percebida como uma relação entre homem e mundo. A partir dessa compreensão, pontuamos a linguagem e a subjetividade como um subsídio teórico nesse estudo.

No intuito de acentuar que na apropriação da língua o que se apresenta é a subjetividade e não o sujeito, assinalamos o pensamento de Benveniste (2005, p. 285) sobre isso: “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. A linguagem é própria do ser, não é possível separar porque há uma ligação intrínseca entre as partes. A linguagem é a possibilidade da subjetividade.

Ao fazer uso das palavras de Benveniste (2005, p.286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”. Com essa afirmação, entendemos que a subjetividade é determinada pela categoria de pessoa e pelo seu status linguístico. A pessoa existe em qualquer língua, por isso há subjetividade na linguagem.

Como afirma Benveniste (2005, p. 287), “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. Esse raciocínio denota que a linguagem pode ser compreendida como a possibilidade da subjetividade, entendida também como discurso. Podemos considerar a seguinte situação, hipoteticamente falando, é como se fosse um trabalho, enquanto que a língua são produtos advindos desse trabalho, tendo em vista que a língua não é um dado e sim um trabalho humano, que só existe através dos enunciados. Por exemplo, a língua nos faz compreender a história, destacando que nem a sociedade, nem a língua, se modificam autonomamente; somente o homem em ação pode transformar a língua e a história.

A subjetividade enfatizada por Benveniste (2005), ressalta a existência do locutor (eu), primeira pessoa, e do alocutário (tu), segunda pessoa. Existe uma relação entre eu e tu dialógica por natureza. Seguindo esse raciocínio, para existir o eu necessariamente precisa haver o tu e, vice-versa, mesmo que esse outro seja real ou imaginário. Essa percepção mostra que eu e tu não são unidades individuais, mas relacionadas, para ser sujeito o locutor tem como meio a língua.

Nesse sentido, Benveniste (2005), esclarece que quando um locutor (eu) suscita um alocutário (tu), ocorre marcação na língua, isso constitui a linguagem por excelência como a condição para a comunicação humana.

Conforme Benveniste (2005, p. 287), “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. Desse modo, a subjetividade só é possível pela interação entre eu e tu, ocorrendo em função da língua e da linguagem.

Contudo, Benveniste (2005), afirma que o locutor (eu) pode ser enfatizado como uma fonte de enunciação, e que pensa no alocutário (tu) para enunciar. A ideia, de Benveniste (2005, p. 286), reforça que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso”. O ser humano é visto como um ser portador de linguagem, mas não sozinho, reforça Benveniste (2005). Sempre o que se vê é um homem falando com outro, é a linguagem que possibilita a interação entre eu e tu.



A subjetividade obtém força com a presença dos pronomes, defende Benveniste (2005), e essa classe tão longe comporta a noção de pessoalidade; esse raciocínio teórico só é válido para a primeira e a segunda pessoa, eu e tu, que pertencem à instância de discurso, reforçando ainda a ideia da enunciação como um ato único e irrepitível, não esquecendo que o ele é considerado a não-pessoa. De acordo com Benveniste (2005, p. 289),

Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se está’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se fala’. Esse é o momento eternamente ‘presente’, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’ porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas.

O tempo é sempre ligado a instância da fala, comenta Benveniste (2005). De fato, os acontecimentos não são o tempo, mas estão nele. A língua ordena o tempo a partir da instância de discurso.

Para esclarecer um dos principais alicerces da subjetividade, Benveniste (2005, p. 285) articula, “para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização”. Sem a linguagem não poderia existir comunicação entre as pessoas, sendo assim, não teríamos enunciado e enunciação.

No pensamento de Benveniste (2005, p. 286), “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, entretanto, se determina pelo status linguístico da pessoa, o que nos leva a pensar que o sujeito necessita estar atrelado à categoria de pessoa. A subjetividade, comenta Benveniste (2005), pode ser tomada como domínio da língua e realizada pela categoria de pessoa, portanto, a subjetividade é inseparável da linguagem.

Para embasar teoricamente as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, enfatizaremos essa temática na próxima seção dessa pesquisa, com fundamentação em Bakhtin (1997), Benveniste (2005), e seus seguidores Flores (2013), Juchem (2008) e Normand (2009).

### 3.5 EU E TU SOMOS PESSOAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

Sobre a categorização, Benveniste (2005) salienta três. A categoria de pessoa, de tempo e de espaço. A categoria de pessoa e de não-pessoa, contempla Benveniste (2005),



também chama a atenção para a categoria de espaço (aqui) e categoria de tempo (agora), que limitam a instância de discurso.

A categoria de pessoa é determinada pelos participantes ativos de uma enunciação, tomada como o ato de produzir um enunciado, a presença de eu e tu, concebe Benveniste (2005). O pronome ele não é portador do status de pessoa. A categoria de pessoa é uma categoria linguística muito importante, considerada o fundamento da subjetividade, ou seja, o seu principal indicador.

Nesse sentido, Benveniste (2005) ressalta que existe a pessoa (eu e tu) e a não-pessoa (ele). Com esse pensamento, pontuamos que a não-pessoa se dá em função da determinação de pessoa e somente existe e se caracteriza por oposição. Sendo assim, eu e tu são parceiros alternados e protagonistas, quando um fala o outro escuta, hipoteticamente tratando.

Diante do exposto, é oportuno mencionar que a categoria de pessoa é um indicador de subjetividade, se tornando a propriedade fundamental da linguagem. Acerca dessa reflexão, eu é a pessoa subjetiva, tu é a pessoa não-subjetiva e ele é a não-pessoa, confirma Benveniste (2005). O pronome ele não é um portador do status de pessoa, como eu e tu.

Acerca desse raciocínio, Benveniste (2005), afirma que o indivíduo se torna homem através da língua, em seguida passa a ser locutor e pessoa, assumindo a posição do eu. Sendo que cada eu tem sua referência própria, isso pode estar implícito ou explícito no enunciado. O eu se refere, incontestavelmente, ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, se tornando locutor, e depois, este que se enuncia é chamado de sujeito.

Ao fazer uso das palavras de Benveniste (2005, p. 292), “é preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação”. Somente eu e tu falamos, sempre o eu se dirige a um tu, nunca a um ele.

De acordo com Juchem (2008, p. 5), “e mesmo que descreva a língua como um fenômeno de linguagem interdependente da fala, concentra-se na língua pelo que é exterior ao indivíduo e pela forma como os elementos linguísticos se organizam e se relacionam, permitindo seu funcionamento e conferindo à língua sua permanência como estado de língua”. Essa afirmação contribui para o pensamento de que a subjetividade na linguagem se organiza, se relaciona e funciona nas pessoas, marcando linguisticamente enunciados e enunciações.

Partindo do pressuposto, enfatizado por Benveniste (2005), de que a enunciação é um ato individual de utilização da língua e quem faz isso é denominado pessoa, essa noção de personalidade está relacionada às categorias de verbos e pronomes pessoais, aspectos que podem ser comprovados no corpus de análise desse estudo.

Existem os indicadores de subjetividade que, para Benveniste (2005), são definidos a partir da relação com a instância de discurso no qual são produzidos. Os verbos, os pronomes e os advérbios se organizam em indicadores de pessoa, de tempo e de espaço.

De acordo com Benveniste (2005), quando se aborda a categoria de pessoa, na realidade, o que está ocorrendo é a definição das pessoas do discurso. Tendo em vista que existe a pessoa, eu e tu, e a sua oposição, ele, que é considerada a não-pessoa. A pessoa, eu e tu, é autêntica e se torna plena quando é pronunciada por um falante, pertencente a uma determinada instância discursiva.

A não-pessoa, também chamada de terceira pessoa, ele, é tomada por Benveniste (2005) como um signo pleno, apresentando referência objetiva e valor que independe da enunciação, sendo considerada portadora de objetividade.

Essa oposição entre os participantes do enunciado e os não-participantes condiciona a duas conexões, defende Benveniste (2005): pessoalidade e subjetividade. A correlação de pessoalidade, presente em eu e tu, e a não-pessoalidade, instituída em ele. A correlação de subjetividade enaltece a oposição entre o eu, percebida como a pessoa subjetiva e o não-eu, entendido como a pessoa não-subjetiva. Assim, entendemos que quando o sujeito toma a palavra e se torna o eu na instância de discurso, esse pronome eu produz a cada enunciação a voz de uma nova pessoa, também tendo em vista que o enunciado é repetível e a enunciação nunca, é sempre irrepitível.

Na Teoria da Enunciação de Benveniste, essas relações também podem abranger os pronomes no plural e, expressam muito mais que o coletivo. Benveniste (2005), comenta que os pronomes pessoais no plural não expressam somente a quantidade, como é o caso de nós e vós. O nós sendo tratado como inclusivo aponta a união de um eu, pessoa subjetiva, a um tu ou vós, pessoa não-subjetiva, e como exclusivo, pela junção de um eu, pessoa, mais ele, que é a não-pessoa. Somente eles, sem marca de pessoa, indica um plural adequado.

Esses casos assinalados não podem significar plural porque não manifestam a repetição da mesma pessoa, recomenda Benveniste (2005). No caso do nós, especificamente, não há soma de diferentes pessoas nem a repetição de mais de um eu. No caso do vós, no sentido coletivo ou de cortesia, não existe a adição de vários tus.

Sendo assim, Benveniste (2005), explana que os pronomes não devem ser mais considerados como uma classe unitária, explorando a forma e a função. Nesse sentido, eles pertencem à parte sintática da língua, ao funcional, considerado essencial para a instância do discurso, a enunciação. Desse modo, entendemos que o presente da enunciação resulta na

subjetividade, quando o sujeito toma a palavra, se torna eu, num determinado tempo e num determinado espaço, instigando as três categorias: pessoa, tempo e espaço.

Seguindo esse mesmo pensamento, afirmamos que os pronomes constituem uma classe da língua que age no formal, integrando o sintático; e no funcional, no âmbito pragmático. De acordo com Benveniste (2005), os pronomes podem ser compreendidos como fatos de linguagem que pertencem à mensagem e às categorias do discurso, não apenas como integrantes ao código, tomado como a língua. Essa visão dos pronomes também, como categoria de linguagem, é dada pela posição que eles ocupam.

Conforme Juchem (2008, p. 11), “pela análise dos pronomes pessoais, Benveniste reconhece a natureza da subjetividade, percebendo a necessidade de distinguir a língua como repertório de signos e a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso”, afirmação que vai ao encontro do nosso corpus de análise, que consiste em três notícias da Revista Veja on-line.

O quadro figurativo da enunciação tem sempre um eu e um tu, confirma Benveniste (2005). Os dois participantes trocam de função, se caracterizando como parceiros e protagonistas na situação da enunciação, estabelecendo uma relação intersubjetiva entre as pessoas do enunciado, levando em consideração que o eu se torna tu, quando o tu se torna eu, ou seja, se apropria da língua enquanto o outro se torna ouvinte. Benveniste (2005) assegura que o eu pode ser chamado de locutor, enquanto que o tu pode ser definido como alocutário.

O enunciado é repetível, mas a enunciação nunca, é sempre um ato único e singular, esclarece Benveniste (2005). O eu não institui um conteúdo, por exemplo, árvore, nem um único indivíduo, porque o locutor (eu) pode se tornar alocutário (tu) quando está na posição de ouvinte. No intuito de exemplificar, apontamos uma conversa entre dois amigos em que há perguntas e respostas, ou interação de ambas as partes, ocorrendo oscilação de postura entre eu e tu, locutor e alocutário. O eu é do nível pragmático da linguagem, expõe Benveniste (2005), se constitui como locutor num enunciado e institui um tu, seu alocutário. O tu só existe em função do eu, o eu só existe porque há um tu, eles trocam de posição no diálogo.

De acordo com Benveniste (2005), não só o eu e o tu como também o ele, estão na relação semântica, produzem sentido. A não-pessoa (ele) é o elemento constitutivo da relação interpessoal. Tendo como base que o locutor, assegura Benveniste (2005), é a pessoa que se apropria da língua, enquanto sistema, sendo o locutor (eu) e o alocutário (tu), o sujeito é compreendido como um efeito dessa apropriação da língua.

A categoria de tempo está diretamente comandada pela categoria de pessoa, na presença ou na ausência dos indicadores de subjetividade, relacionado intrinsecamente ao uso

do verbo que concede a temporalidade, comenta Benveniste (2006). Existem as formas escritas e faladas, estabelecidas através de critérios morfológicos, assegura Benveniste (2006), denominando esses dois sistemas de enunciação histórica e enunciação de discurso.

A enunciação histórica acontece na utilização da língua de forma escrita, especificamente, quando narramos acontecimentos do tempo passado, excluindo a presença de um locutor ou narrador, concebe Benveniste (2006); e não há a oposição de pessoas, por exemplo, eu e tu, pelo contrário, há uma ausência de pessoa. Já a enunciação de discurso requer a presença de um locutor e de um interlocutor, envolvendo as formas escritas e também faladas, uma manifestação em que o locutor de posse da palavra usa a categoria de pessoa e se dirige a alguém, caracterizando a oposição de pessoas, por exemplo, eu, tu e ele. Existe uma relação de pessoa e de não-pessoa.

Acerca dessa reflexão, existem três tipos de tempo, reforça Benveniste (2006): físico, crônico e linguístico. O primeiro deles, físico, diz respeito aos fatos. “O tempo físico do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”, suscita Benveniste (2006, p. 71). Por exemplo, a idade demonstra o nosso tempo físico.

O segundo, crônico, é aquele do acontecimento dos fatos. “Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar”, articula Benveniste (2006, p. 71). Ainda, “no tempo crônico, o que denominamos ‘tempo’ é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo”, pontua Benveniste (2006, p. 71). Como diz o provérbio popular, o tempo é o senhor da razão.

O terceiro é o linguístico e está associado ao tempo da fala, na instância da alocação. “O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso”, acentua Benveniste (2006, p. 74). Nesse sentido, esse autor considera que

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no *presente* da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘presente’ (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como ‘presente’ tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento

novo, ainda não vivido. Eis aí mais uma vez uma propriedade original da linguagem, tão particular que seria oportuno buscar um termo distinto para designar o tempo lingüístico e separá-lo assim das outras noções confundidas sob o mesmo nome. (BENVENISTE, 2006, p. 74-75, grifo do autor).

Para o tempo lingüístico o importante é o presente. Benveniste (2006, p. 75) explica que

O presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção.

Então, nos referindo especificamente ao tempo lingüístico. “Ele comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico”, comenta Benveniste (2006, p. 78). Nesse período evocamos passado e futuro, mesmo estando no presente da enunciação. Todos nós, seres humanos, convivemos no tempo físico, crônico e lingüístico.

Diante do exposto, é oportuno mencionar Normand (2009, p. 101), “eu reencontrava o prazer de ler, de ser levada pelo sentido que um sujeito pode fazer surgir da língua desde que não faça dela um mero instrumento a seu serviço, desde que a ame, em suma”. A língua é reinventada a cada instante que o sujeito se propõe a ser eu e instaura um tu, fazendo a língua surgir. Esse processo surpreende pela utilização da linguagem juntamente com a subjetividade.

A fim de enriquecer esse estudo, trazemos presente às reflexões acerca da categoria de pessoa, sobre isso Flores (2013, p. 119) menciona que, “Benveniste amplia consideravelmente a noção de categoria de pessoa, uma vez que ele se recusa a considerar que exista uma língua que não a tenha. Nesse caso, a categoria de pessoa é um universal. Todas as línguas a possuem. Esse aspecto universal se apresenta com uma ‘extensão de particularidades’ em ‘línguas particulares’”. Então, o sujeito se manifesta na e pela linguagem, isso já é uma convicção. Na percepção de Flores (2013), a categoria de espaço é pouco aprofundada, para entender é necessário realizar associações com situações de discurso, enunciação e indicadores de subjetividade.

Conforme Flores (2013), não podemos esquecer a dêixis, que acontece quando o significado de uma palavra depende do contexto de outra, o que vem ao encontro da categorização que estamos fazendo. Por exemplo, na frase: Ontem, eu estive aqui e não te encontrei. Podemos observar que ontem faz referência a que dia exatamente, o recado pode

ter sido escrito há poucos minutos, horas, dias, semanas, meses, quem sabe, até anos, conspirando com a categoria de tempo. O eu indicado invoca a pessoa que escreve, mas só o receptor da mensagem é capaz de decifrar quem é esse sujeito que assume a posição de locutor, fomentando a categoria de pessoa. Novamente, detectamos que na passagem não te encontrei, se dirige a alguém, mas quem será esse alocutário que não estava naquele local, instigando a categoria de espaço. Contudo, somente entendendo o contexto será possível compreender a frase. Portanto, as expressões que carregam a dêixis são denominadas dêíticas, entre elas, destacamos: os pronomes, os artigos, os advérbios de lugar e de tempo. Sendo assim, a dêixis somente pode ser empregada se locutor e alocutário souberem do contexto, porque as outras pessoas que desconhecem a situação não conseguem entender ao que está fazendo referência.

O pensamento de Normand (2009, p. 177), aponta que “ora, desse ponto de vista, as formas dos indicadores da pessoa e do tempo apresentam condições particulares de interpretação, somente são interpretáveis em uma troca intersubjetiva”. Sendo assim, acentuamos a subjetividade e a intersubjetividade, que consiste na troca de posição entre eu e tu, quando o locutor se torna alocutário e vice-versa. “A descrição dos dêíticos (essas ‘formas vazias’) leva Benveniste a aprofundar as condições da comunicação intersubjetiva e, portanto, a se interessar pelo quadro da frase e por suas condições contextuais de interpretações”, explana Normand (2009, p. 177). Dessa forma, fazemos um percurso com o discurso, ocorrendo entre eu e tu, num determinado tempo e lugar.

No intuito de construirmos essa interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação, vamos à próxima seção, com fundamentação em Benveniste (2005, 2006), Saussure (2006) e Wolf (1999).

### 3.6 INTERFACE ENTRE A TEORIA DA COMUNICAÇÃO E A TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Com a proposta de construir uma interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação de Benveniste, observamos semelhanças e diferenças. Uma interface, geralmente, representa um elo de ligação, embora a primeira vista não pareça ter conexão uma com a outra. Entretanto, através do presente estudo conseguimos notar elementos que nos

fazem acreditar na proximidade, sem desconsiderar o distanciamento e as especificidades dessas duas linhas teóricas.

A interface existe devido à interação que há entre esses dois sistemas, Teoria da Comunicação e Teoria da Enunciação de Benveniste. Não procuramos confrontar as duas teorias, apenas visualizar as suas peculiaridades, quando estão atuando em conjunto, na expectativa de descobrir ou não, essa movimentação multidisciplinar, num terreno de encontros e de desencontros, de paz e de conflito.

Ao desenvolver essa dissertação, detectamos que existe o contato entre as duas teorias, ação que ocorre em função da linguagem, especialmente, pois é ela que indica a (im)parcialidade jornalística, ao mesmo tempo em que constitui a subjetividade na enunciação. Portanto, estamos tratando de duas correntes científicas que não são fundamentadas nos mesmos pressupostos teóricos. Mas, mesmo assim, em determinadas ocasiões podem compartilhar ensinamentos e práticas, não esquecendo de que elas podem agir isoladamente também, despertando outros fenômenos.

Desse modo, a linguagem é a faculdade humana e para que haja comunicação entre as pessoas é necessário a língua, concebe Saussure (2006). A linguagem é um fenômeno social que se realiza através da interação entre as pessoas, estabelecendo estrutura e relações históricas entre as partes envolvidas.

Na Teoria da Comunicação, a linguagem é percebida como um elemento chave dos textos jornalísticos, adotando regras devido ao seu uso, prestando atenção no vocabulário e nos termos empregados, o que depende do veículo de comunicação, seja rádio, televisão, jornal impresso ou revista on-line. Como consta no segundo capítulo dessa pesquisa, quem não se comunica, se trumbica.

Na Teoria da Enunciação de Benveniste, a linguagem é compreendida como uma ação, ou seja, não somente é utilizada para comunicar, mas também para demonstrar a marcação da língua e do sujeito, enquanto assume a posição de eu e se dirige a um tu, numa determinada instância discursiva. Desse modo, percebemos que o sujeito se propõe a ser eu, compreendendo a língua em uso. Pelo discurso marcamos a nossa subjetividade, ressaltando as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, que são responsáveis por esse fenômeno. Essa linha de pesquisa distingue enunciado e enunciação, não sendo conhecida pela homogeneidade, e sim pela heterogeneidade.

No entanto, as duas teorias investigam aspectos sociais, políticos, tecnológicos e cognitivos. Também estão presentes em todos os momentos das nossas vidas, através da linguagem, não somente falada, mas escrita, gesticulada, enfim, pelas apreciações críticas que



realizamos, enquanto pessoa. Não conseguimos separá-las da nossa existência, então, consideramos que as duas correntes fazem parte do todo “linguagem humana”.

Contudo, na Teoria da Comunicação, o conjunto de questões que motiva a noticiabilidade possibilita a cobertura dos acontecimentos, mas pode atrapalhar no aprofundamento e captação dos fatos. “A noticiabilidade, portanto, constitui um elemento da distorção involuntária contida na cobertura informativa do *mass media*”, concebe Wolf (1999, p. 173). Ao se deparar com um acontecimento, além de recolher as informações importantes, é necessário que o profissional, o jornalista, consiga visualizar sem enveredar para um viés da notícia, demonstrando a imparcialidade, que deve ser aspecto indispensável desde o primeiro instante do acontecimento até a publicação e veiculação da matéria noticiosa, com o objetivo de poder refletir o acontecido como se fosse um espelho mesmo.

Como diz Wolf (1999, p. 177), “o rigor dos valores/notícia não é, pois, o de uma classificação abstrata, teoricamente coerente e organizada; é, antes, a lógica de uma tipificação que tem por objetivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos”. A adesão a costumes planejados, com o intuito de agilizar a rotina de produção, não pode fazer com que os jornalistas se tornem máquinas, ou, que somente façam o arroz com feijão. Pelo contrário, os critérios adotados devem instigar ainda mais a capacidade dialógica que é indispensável entre jornalista e leitor.

No intuito de construirmos uma definição para o que pode ser considerada uma notícia, enumeramos alguns critérios primordiais, mas que dependem de cada caso. Na percepção de Wolf (1999), um determinado acontecimento pode ou não ser transformado em matéria noticiosa, situação que pode construir um laço com a subjetividade na linguagem. A noticiabilidade, defende Wolf (1999), pode ser percebida como um conjunto de critérios e cabe aos órgãos de comunicação selecionar, a todo momento que ocorre um caso, quais irão receber o status de notícia, o que também pode denotar uma tendência e agir efetivamente na imparcialidade.

Acerca dessa reflexão, na Teoria da Enunciação, remetemo-nos à subjetividade na linguagem que está presente na relação entre língua, homem e mundo. Nesse cenário, apontamos alguns conceitos que envolvem essa temática, enaltecendo que um dos fundamentos da vida é a linguagem, sem a sua existência não haveria humanidade nem sociedade, por não haver possibilidade de comunicação entre as pessoas.

Na percepção de Benveniste (2005, p. 286), “ora, essa ‘subjetividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a



emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ quem diz ego”, compreendendo que nesse cenário ego significa eu. De acordo com Benveniste (2005, p. 289), “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas”. A maneira de enunciação já apresenta a subjetividade através das escolhas lexicais, também pela combinação do sintagma e do paradigma.

Com essas reflexões acerca da Teoria da Comunicação, feitas no capítulo anterior, e as da Teoria da Enunciação, presentes neste capítulo, passamos para a apreciação do corpus propriamente dita. Sendo assim, a análise tem a função de mostrar, por meio da descrição e da explicação do funcionamento da língua em textos, a (im)parcialidade no jornalismo e a subjetividade na linguagem.

#### 4. METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo é destinado a desenvolver e apresentar a metodologia utilizada para a realização dessa dissertação. No livro intitulado - Metodologia do Trabalho Científico – os autores Prodanov e Freitas (2009, p. 19) salientam que, “a Metodologia Científica preconiza uma série de regras através das quais o conhecimento deve ser obtido. Essas regras atribuem à produção científica um alto grau de confiabilidade na medida em que permitem apresentar a comprovação daquilo que afirmam”. Desse modo, não estamos abordando fatos de um conhecimento popular que contempla os aspectos: valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato; pelo contrário, enfatizamos o conhecimento científico, pontuando características de: realidade, contingente, sistemático, verificável ou demonstrável, falível e aproximadamente exato.

Acerca dessa reflexão, temos a compreensão de que para a realização de uma pesquisa, é indispensável definirmos um método científico que, nas palavras de Prodanov e Freitas (2009), são fórmulas que juntam a técnica e a intelectualidade com a finalidade de alcançar o conhecimento. Entre os métodos de abordagem com bases lógicas de investigação estão: dedutivo (lógico), indutivo (empirismo), hipotético-dedutivo (neopositivismo), dialético (materialismo), e fenomenológico (fenomenologia). A escolha de um deles é influenciada pela natureza do estudo e do objeto, onde quem define é o próprio corpus, juntamente, com a fundamentação teórica. Por exemplo, é como se fosse uma dança em que os pares mudam os passos seguindo a melodia, um acompanha o outro, para ter um sentido e uma forma.

No desenvolvimento deste estudo, nos deparamos com o fato de analisarmos um fenômeno que ainda não está estabelecido, somente sabemos que envolveremos as Teorias da Comunicação e da Enunciação, em busca da investigação da (im)parcialidade jornalística e da subjetividade na linguagem. Diante do exposto, somos nós que iremos selecionar os fatos linguísticos a serem analisados. O corpus de pesquisa aponta três matérias noticiosas, recortadas da Revista Veja on-line, do site oficial, da editoria educação, tendo em vista que a notícia está sendo considerada um gênero, com fundamentação em Bakhtin (1997).

Na próxima seção, apresentaremos os principais procedimentos metodológicos empregados para a realização desse trabalho.

#### 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com os métodos de procedimentos e com meios técnicos da investigação, conforme Prodanov e Freitas (2009), encontramos os mais utilizados pelas ciências sociais, que são: histórico (relacionando passado e presente), experimental (experenciar com variáveis sob um corpus definido), observacional (observar o que acontece ou já aconteceu), comparativo (usado para verificar semelhanças e diferenças), estatístico (probabilidade), clínico (pesquisa psicológica), e monográfico (um estudo de caso que se torna representativo dos demais).

“A Pesquisa Científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica”, destacam Prodanov e Freitas (2009, p. 60). Vamos à classificação da pesquisa do ponto de vista da sua natureza: básica (originar conhecimento sem aplicação prática, com interesses universais), aplicada (produzir conhecimento para uma aplicação prática determinada, com interesses locais).

Por outro lado, abordando a classificação da pesquisa do ponto de vista dos nossos objetivos, aparecem à exploratória e a descritiva. A primeira delas, exploratória, envolve um planejamento flexível, como o próprio nome já diz, explora as informações em busca do resultado. A segunda, descritiva, é como se fosse um levantamento sem a influência do pesquisador, podendo se subdividir em: documental (material gráfico e sonoro); de campo (coleta no local, através de contato direto podendo obter aspectos quantitativo-descritivo, exploratório e experimental); de opinião (pontos de vista e preferências); de motivação (indaga um comportamento de um determinado grupo); de caso (unidade de forma aprofundada); histórica (do passado); explicativa (em busca do porque das coisas).

Neste contexto, esclarecemos ainda que com base em nossos objetivos, a presente pesquisa é descritiva porque, como o próprio nome já diz, contempla especialmente as particularidades e a descrição dos fatos linguísticos que serão analisados, sem a nossa interferência no corpus de análise. Conforme Prodanov e Freitas (2009, p. 63), “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”. Essa afirmação cabe como uma luva em nosso corpus.

No intuito de elencarmos a metodologia, verificamos do ponto de vista dos procedimentos técnicos, que são a forma com que conseguimos os dados para produzir esse estudo. Suas categorias podem ser divididas em dois grupos. Primeiro, em fontes de papel que

contemplam a pesquisa bibliográfica (materiais já publicados); e documental (materiais inéditos). Segundo, em dados que são fornecidos por pessoas que envolvem o experimental (experiências); levantamento ou survey (geralmente com uso de questionário); de campo (determinado problema em busca de resposta); de caso (estudo minucioso de um ou mais objetos); ex-post-facto (quando o experimento se concretiza após os acontecimentos); pesquisa-ação (interesse coletivo para resolver uma necessidade); e participante (interação entre pesquisadores e pesquisados). Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, destacamos a pesquisa bibliográfica.

Ainda, nos referindo ao ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser: quantitativa (estabelecendo que tudo pode ser quantificável) ou qualitativa (interpretação e atribuição de significados). A nossa dissertação é qualitativa, sem sombra de dúvidas. “Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, pontuam Prodanov e Freitas (2009, p. 81). A atenção se volta mais ao processo do que ao produto. Ainda, essa abordagem é diferente da quantitativa por não utilizar dados estatísticos, números, no processo de análise do corpus, apenas se rendendo à interpretação e ao sentido como foco central.

Nesse momento, retomamos que o objetivo geral deste trabalho é estudar, numa perspectiva enunciativa, a possível imparcialidade no gênero notícia diante das marcas linguísticas no uso da língua; enquanto os objetivos específicos anseiam: a) identificar, na Teoria da Comunicação, os alicerces que norteiam a imparcialidade no jornalismo on-line; b) observar as possíveis marcas da subjetividade na linguagem que denotam a categoria de pessoa e de não-pessoa, de tempo e de espaço; c) construir subsídios teóricos para estabelecer uma interface entre imparcialidade e enunciação; e d) analisar o uso da língua em notícias, observando a imparcialidade versus a subjetividade no processo enunciativo desse gênero textual.

Para isso, elegemos como suporte teórico a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação de Benveniste. Nesse sentido, este trabalho foi dividido em quatro momentos. Primeiro: Leitura dos livros referenciais no intuito de um maior entendimento com os conceitos de (im)parcialidade, enunciação, subjetividade, intersubjetividade, locutor, sujeito, língua e linguagem, que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Segundo: Seleção dos principais conceitos atrelados à questão da noticiabilidade e da subjetividade. Depois, realizamos a análise do corpus desta pesquisa que são as notícias 01, 02 e 03 em duas etapas: 1º) Descrição dos elementos textuais das notícias; 2º) Análise

enunciativa do corpus – três notícias – considerando a imparcialidade jornalística, a subjetividade na linguagem, a presença do sujeito na instância discursiva, a subjetividade, a intersubjetividade, a participação de eu e tu, e da não-pessoa, ele. Ainda, nessas etapas fizemos considerações teóricas, sempre que necessário, a fim de estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, observando o uso da língua no gênero selecionado como corpus deste estudo: a notícia.

A análise das notícias 01, 02 e 03, aconteceram com base nos artigos de Benveniste (2005, 2006), conforme os livros “Problemas de Linguística Geral I” e “Problemas de Linguística Geral II”, acentuando em: “Da subjetividade na linguagem” (2005), “A natureza dos pronomes” (2005), “O aparelho formal da enunciação” (2006), porém, as discussões não se encerram somente nesses artigos, também seguem em outros textos.

A nossa proposta pretende realizar o seguinte percurso: inicialmente, selecionar os critérios de noticiabilidade, conforme Traquina (2002, 2005) e Wolf (1999, 2003), e as marcas linguísticas apontadas pela subjetividade na linguagem, ancoradas em Benveniste (2005, 2006); depois, eleger as marcas explícitas que foram mostradas através da presença da pessoa, eu e tu, e da não-pessoa, ele; na sequência, analisar as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, evidenciando a subjetividade e a intersubjetividade da linguagem nos enunciados.

Sintetizamos expondo que a nossa pesquisa é qualitativa, o foco é na qualidade, as raízes filosóficas apontam para uma interação simbólica entre as Teorias da Comunicação e da Enunciação, através das frases associadas visualizamos a subjetividade na linguagem. A meta de investigação é de descrição, num ambiente on-line, pela amostra pequena de três notícias de revista, e com método de análise indutivo, realizada pelo pesquisador. Na seção seguinte, apresentaremos aspectos intrínsecos da seleção e da descrição do corpus: três notícias da Revista Veja on-line.

#### 4.2 SELEÇÃO E DESCRIÇÃO DO CORPUS

Agora, abordaremos de que forma aconteceu a seleção e em seguida, a descrição do corpus de análise. Para a realização dessa pesquisa, a coleta das notícias aconteceu por meio da versão on-line da Revista Veja, que é oportuno salientar, apresenta o mesmo texto da versão impressa. O primeiro texto escolhido é o mais lido do mês de julho, intitulado “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, escrito no dia 02 de julho de 2015,

sendo publicado às 00h02min e editado às 01h37min, fato que também consideramos relevante, a modificação da matéria 01h35min depois da aparição no site oficial da Revista Veja. O segundo texto é o mais lido do mês de agosto, denominado “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, publicado na Revista Veja on-line, no dia 31 de agosto de 2015, a sua postagem na internet aconteceu às 19h49min, recebendo atualização na mesma hora. O terceiro texto selecionado é o mais lido do mês de setembro, chamado “Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas”, diz economista do Banco Mundial”, com data de publicação em 15 de setembro de 2015, às 17h14min e atualização às 18h43min, ou seja, após 01h29min, as informações foram modificadas.

Entre os elementos que constituem os critérios de seleção, o mais importante centrou-se em ser a matéria mais lida daquele mês, com base nas informações do site oficial da Revista Veja, obedecendo à editoria específica de educação. Os três textos foram produzidos pela equipe de jornalistas do meio de comunicação, e em nenhum deles aparece identificado o nome da pessoa que escreveu as matérias selecionadas. Portanto, eles não são assinados, fator que também caracteriza o gênero notícia e demonstra à (im)parcialidade, o texto não reflete uma opinião, mas sim a posição defendida pela empresa jornalística, como um todo.

Temos que salientar que não implantamos um critério cronológico para a seleção das matérias noticiosas. Optamos pelo gênero notícia, editoria educação, por ir ao encontro do foco central desse trabalho, também por ser uma temática que está atrelada às transformações da sociedade, e mais importante, vinculada e envolvida com as pessoas. Julgamos interessante estudar essas matérias jornalísticas que podem nos demonstrar a imparcialidade, teoricamente, e que assinalam a presença de eu e tu, o eu (jornalista Revista Veja) e o tu (leitor), através do sujeito e do uso da linguagem ao apresentar determinadas palavras e não outras. Ainda, não desconsideramos as categorias de pessoa como um indicador de subjetividade e de intersubjetividade.

Se considerarmos na notícia 01, o título (01 linha), o *lead* (03 linhas), e o desenvolvimento (35 linhas), temos um texto jornalístico com 39 linhas. Podemos observar nessas passagens algumas palavras, expressões e frases que não denotam a imparcialidade. Assim, mais parecem entoações de quem está escrevendo o texto, o jornalista. Nesse intuito de manifestar alguns exemplos, observamos: *e nada mais* (linha 01), *gargalo* (linha 02), *níveis de compreensão* (linha 15), *irrisórios* (linha 16), *boa universidade* (linha 16), *exercício pleno de uma profissão* (linha 17), *péssimos números* (linha 20), *termos satisfatórios* (linha 24), *sem fôlego* (linha 26) e *triste projeção para o país* (linha 34).

Durante a análise e a interpretação das notícias 01, 02 e 03, resgatamos os principais conceitos da fundamentação teórica, no intuito de conciliar a teoria com a prática, contemplando os primeiros capítulos dessa dissertação, que são a Teoria da Comunicação: quem não se comunica se trumbica, com base em Traquina (2002, 2005) e Wolf (1999, 2003) e, Teoria da Enunciação de Benveniste: um olhar sobre o texto, com aporte bibliográfico em Benveniste (2005, 2006). Na próxima seção, estudaremos as marcas linguísticas presentes na enunciação e nos enunciados do corpus de análise dessa pesquisa.

#### 4.3 ANÁLISE ENUNCIATIVA DA NOTÍCIA ON-LINE

Neste momento, iniciamos a abordagem sobre as principais características do corpus de análise da presente pesquisa, que são três notícias, a primeira chamada “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, com data de 02 de julho de 2015, a segunda denominada “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, publicada no dia 31 de agosto de 2015, e a terceira intitulada, “Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas”, diz economista do Banco Mundial”, do dia 15 de setembro de 2015, recortadas do site oficial da Revista Veja. Os textos são considerados um gênero notícia, porque apresentam a característica de informar, como na notícia 01, contando os fatos sobre a alfabetização de estudantes. Além disso, são as matérias mais lidas dos meses de julho, agosto e setembro de 2015, na editoria educação, com base no site oficial da Revista Veja. Na notícia 01, a temática apresenta dados da realidade que assola cidades, estados e o país inteiro, pois estamos falando da construção de conhecimento entre as pessoas, especialmente, nessa matéria noticiosa, de crianças e de adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos. Visivelmente percebemos a relação que se estabelece entre eu e tu, locutor e alocutário, ou jornalista e leitor. Nessa história, não deixamos de lado as enunciações que são realizadas.

No aporte teórico de Miranda (2004), a linguagem que é empregada numa matéria jornalística é diferente de uma redação de vestibular, por exemplo, pois é preciso adequar a linguagem de acordo com o gênero de discurso, e ainda, ser compatível com as suas principais características, no caso da notícia estamos tratando, essencialmente, sobre a pretensa imparcialidade. De fato, o fazer jornalístico, ou a escrita jornalística precisa ser isenta de opiniões particulares, apenas contar os casos sem interferir ou demonstrar preferência. As



regras são claras, para que uma matéria noticiosa obtenha credibilidade ela precisa obedecer a inúmeros fatores, entre eles o vocabulário e as fontes, mas, principalmente a imparcialidade que vai auxiliar na veracidade. A temática do corpus chama a atenção, é atual, levando em consideração que se o nosso país for de analfabetos como vai acontecer o crescimento dos outros setores, que são interligados com a educação, como a economia, conforme exemplificado na notícia 01.

Outra característica intrínseca, que precisa ser ponderada é que cada empresa jornalística, assim como a Revista Veja, possui manuais de redação e estilo, demonstrando como os jornalistas devem fazer uso das palavras, sem enveredar para um dos dois polos da notícia, lembrando que toda história sempre tem duas versões, ou dois lados. As empresas estão buscando a impessoalidade na hora de escrever, como se fosse possível separar ou distanciar o ser, enquanto pessoa, do ser jornalista, esquecendo naquele momento de produção as suas crenças e ideologias, evitando assim as suas marcas de estilo e de pessoa, e isso não é possível diante da enunciação, da subjetividade e da intersubjetividade, conforme Benveniste (2005, 2006). Essa situação pode ser comprovada através das estruturas padronizadas das notícias, por exemplo, o *lead*, que são as principais perguntas que uma notícia tem de responder para estar informando: O que?, Quem?, Quando?, Onde?, Como? e Por quê?. Lembramos que o *lead* tem a função de chamar a atenção do leitor daquela notícia, fazer com que ele tenha interesse em ler a íntegra do texto.

Diante disso, relatamos que as escolhas sintáticas ou o vocabulário é uma tarefa pessoal, de estilo, e que carrega a subjetividade do jornalista, mesmo que aconteça de maneira funcional. De fato, o estilo das matérias noticiosas está automaticamente atrelado aos enunciados e as enunciações, pertencentes ao gênero do discurso. Podemos pensar que como o enunciado é sempre individual, e o texto é escrito por uma pessoa, pode ocorrer esse mesmo processo, mas isso se depara com a subjetividade do sujeito. Ao delimitarmos uma matéria jornalística, já estamos empregando um recorte que pode não ser imparcial.

Nesse momento, o jornalista já está pensando em enunciados para tratar de um recorte da realidade, já é a visão de um determinado ponto de vista, ação que também pode ser observada pelos recursos linguísticos e por uma realidade fragmentada. Isso já manifesta uma informação parcial e subjetiva, a notícia conta uma parte da história e não traduz a realidade fidedigna. Na sequência, passaremos a análise da notícia 01, propriamente dita.

#### 4.4 ANÁLISE DA NOTÍCIA 01

Ao longo desse estudo, percebemos que muitas reflexões feitas por Traquina (2002, 2005), Wolf (1999, 2003), referentes à Teoria da Comunicação, e Benveniste (2005, 2006), Saussure (2006), que embasam a Teoria da Enunciação, por vezes, parecem se assemelhar, especialmente, no que diz respeito à matéria da linguística, assinalando os critérios de noticiabilidade e a subjetividade na linguagem. Sendo assim, ambas confirmam que é preciso haver um rigor naquilo que se admite como (im)parcialidade jornalística. Ainda, comungam a ideia de que a língua é um sistema regulador que apresenta diferenças e similaridades.

A partir desse momento, analisaremos a notícia 01, extraída da Revista Veja, on-line, no dia 02 de julho de 2015, na editoria educação, intitulada “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, apresentada integralmente no anexo A. Inicialmente, responderemos as perguntas do *lead*:

O que? Alfabetização (língua portuguesa e matemática)

Quem? Jovens (crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos)

Quando? 2022

Onde? Brasil

Como? Movimento todos pela educação (Sistema de avaliação da educação básica)

Por quê? Projeção para o desenvolvimento do ensino fundamental e médio

A principal fonte dessa matéria são os dados do Movimento todos pela educação e do Sistema de avaliação da educação básica (Saeb), do ano de 2013, mas divulgados em 2014. Agora, começaremos a análise pela Teoria da Comunicação.

Existem critérios de noticiabilidade ou de valores/notícia que fazem com que um fato receba o status de notícia, ressalta Wolf (1999), entre esses fatores estão alguns que vão ao encontro do presente texto, “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”. Essas ações estabelecem rotinas nos meios de comunicação, que devem ser acatadas pelos jornalistas. Wolf (1999) elucida duas considerações primordiais, inicialmente, que essa dinâmica dos critérios de noticiabilidade sofre em virtude do tempo, de gerações e de ideologias, em seguida, defende a editoria, a manutenção de temáticas específicas que podem contribuir com a imparcialidade jornalística, objeto de estudo do presente trabalho.

No percurso teórico de Wolf (1999), os valores/notícia aparecem de acordo com a importância, com o interesse da notícia, com o conteúdo e com a disponibilidade do material, atendendo ao produto informativo, ao público e a concorrência. Esses aspectos estão presentes

no texto selecionado, o que indica se enquadrar no gênero notícia, tendo em vista que a temática é importante e chama à atenção, o conteúdo é informativo, descritivo e explicativo. Referindo-nos a disponibilidade também é bastante ampla, pois se encontra no site oficial da Revista Veja, inclusive, integra a lista de notícias mais lidas do mês, um produto final que representa o alcance de um grande público de leitores e, sem sombra de dúvidas, causa alvoroço aos concorrentes do setor jornalístico.

Sobre o estilo linguístico empregado nessa notícia, Bakhtin (1997) reforça que não existe um definido, e sim uma alteração de acordo com o gênero de discurso. A utilização lexical demonstra uma preocupação com a impessoalidade, situação que pode ser compreendida nos trechos: “*Um novo mapeamento da educação no Brasil comprova que uma porcentagem ínfima de jovens conclui os estudos do ensino básico com os conhecimentos adequados em língua portuguesa e matemática*”, (linhas 05, 06 e 07); “*A proficiência nacional em leitura nesta faixa etária encontra-se em 44,5%. A proficiência em matemática, em 33,3%*”, (linhas 24 e 25). No pensamento de Bakhtin (1997), a gramática e a estilística se unem e se separam, em qualquer fato linguístico concreto, nesse caso se mostram no gênero notícia.

Adotando o mesmo raciocínio, Wolf (1999) acrescenta que a noticiabilidade é estabelecida por um conjunto de fatores, principalmente, acenando para dois ângulos: o ponto de vista dos meios de comunicação e do jornalista. Essa situação também pode ser percebida nas notícias selecionadas como corpus de análise do presente trabalho. Do ponto de vista da Revista Veja, formato on-line, existe uma preocupação com a alfabetização de crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, especialmente, apontando as disciplinas de língua portuguesa e matemática. Do ponto de vista do jornalista, percebemos inicialmente um distanciamento, uma preocupação em informar de forma impessoal, mesmo que essa ação aconteça de forma padronizada, obedecendo à rotina de produção, o que vem ao encontro da construção da suposta imparcialidade jornalística, atrelada a ética profissional.

Ainda, entre os fundamentos da notícia, Wolf (1999) enfatiza seis: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Verificaremos cada um deles na matéria noticiosa escolhida. A proximidade se enquadra, todos temos um membro familiar, um conhecido, ou um amigo que está estudando no ensino fundamental e médio. O tema é atual, quando falamos em educação vem junto outros setores que caminham lado a lado, como a economia e o emprego. A identificação social também pode ser salientada tendo em vista que não privilegia uma classe social, mas trata da escola como um todo.

A intensidade nos leva a pensar em projeções e planejamentos para o futuro, lembrando que estamos em 2015 e fazendo planos para daqui sete anos, 2022. Sobre o ineditismo, não tratamos esse assunto como incomum, porque já foi abordado inúmeras vezes, em jornais e revistas on-line, nesse sentido, a originalidade está justamente na abordagem da matéria. Por fim, a identificação humana que acrescenta ao público leitor não somente aos alunos, como também aos professores, aos pais e aos políticos. Traquina (2005) relata a proximidade de uma notícia como essencial para a cultura jornalística, também envolvendo aspectos geográficos, sociais e psicológicos. A matéria noticiosa é próxima porque contempla grande parte das pessoas do país, que tenham filhos ou parentes estudando nas escolas, falando de norte a sul do Brasil, abrangendo as classes sociais, e tratando também da autoestima de um alfabetizado em relação a um analfabeto.

Conciliando teoria e prática, Miranda (2004, p. 24) enfatiza que, “o jornalista, por conseguinte, trabalha com base em dados brutos, em que agrega conhecimento que é expresso e produto de sua formação e estilo. Assim, a notícia é resultado da organização das informações que por ele passam. Organizadas, são conhecimento, comunicam um sentido de mundo”. Em outras palavras, os dados do Movimento todos pela educação e do Sistema de avaliação da educação básica, compilados em 2013 e divulgados em 2014, eram documentos brutos que foram lapidados e adquiriram o status de notícia por atenderem os critérios de noticiabilidade, se tornando um produto final, que combina com o estilo linguístico e com o gênero de discurso. Assim, não são mais dados brutos, mas a expressão de uma projeção educacional, com forma e sentido.

Dando sequência, tratamos da relação que existe entre o jornalista e o novo meio, através de três categorias que se relativizam: real *versus* virtual, espaço *versus* tempo, público *versus* privado, de acordo com Miranda (2004). Tais aspectos também estão presentes na notícia selecionada, os dados reais que são publicados na plataforma on-line, ou virtual. O espaço e o tempo, que correm desenfreadamente ao lado do jornalista ao produzir uma matéria, mas que no mundo virtual possibilitam a edição, como aconteceu 01h35min após a publicação, (00h02min e 01h37min), e ainda, possibilita uma publicação em tempo real, o fato está acontecendo e, momentaneamente, já está disponibilizado na internet; por fim, os dados que eram privados e se tornam públicos, ao alcance de todos os leitores.

Conforme Miranda (2004, p. 79), “a sociedade mundial da informação passa a desenvolver suas definições próprias, em que um destaque é a idéia de transparência, um ‘mundo transparente a si próprio’. Essa transparência traz consigo implicações éticas e técnicas”. Esse comentário vai ao encontro da imparcialidade jornalística, também nos faz

pensar na Teoria do Espelho, onde a notícia deveria refletir exatamente, fidedignamente, como aconteceu, mas devido a inúmeros fatores, isso pode ser alterado ou sofrer mudanças em seu desenvolvimento, como por exemplo, através da subjetividade na linguagem na perspectiva da Teoria da Enunciação de Benveniste.

Lembramos que a notícia 01, por encontrar-se disponível no mundo virtual, apresenta outros links que conduzem o leitor a outros textos, entendemos isso como uma das tarefas do hipertexto. Nesse sentido, Lévy (1993, p. 33), expressa que o hipertexto “é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos”. Um texto pode ser um hipertexto, da mesma forma que um hipertexto pode ser um texto, só depende da vontade do leitor, que tem essa decisão ao alcance do mouse. Agora, continuamos a análise com a Teoria da Enunciação.

Neste cenário analítico, Benveniste (2005, p. 286) articula que, “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, entendemos que o sujeito tem como condição a linguagem. De fato, é pela linguagem que o sujeito pode apresentar a subjetividade, conforme a notícia 01. O sujeito, no caso, o jornalista, se utiliza da linguagem para informar. Também não esquecendo que a subjetividade se mostra, especificamente, através da categoria de pessoa, eu e tu, e do status linguístico.

A linguagem é a faculdade humana, ela apresenta a possibilidade de instituir uma realidade, uma instância de fala, um eu e um tu, ou, um locutor e um alocutário, assinalando a subjetividade e a intersubjetividade, aspectos que estão presentes na notícia recortada. Existe um eu que fala (jornalista da Revista Veja on-line), um tu (leitor), e a interpretação dos dados que é a materialização da subjetividade, porque é uma tarefa individual e depende do ponto de vista de cada pessoa, que quando lê pode construir enunciados diferentes, seguindo a sua subjetividade.

A língua vista com a função de um trabalho social é a forma de significar, ao enfatizar isso Benveniste (2005), deixa bem claro que a língua nos concede a possibilidade de entender e dar significado a diversos contextos, por exemplo, o texto falado e o texto escrito. Desse modo, a notícia 01 significa pela sua língua, que se dá através da linguagem empregada. Seguindo o raciocínio, vem à tona a ideia de que não é possível separar o indivíduo e a linguagem, não abstraímos o jornalista que produziu a matéria de sua linguagem, mais precisamente, são as palavras, expressões e frases do jornalista que produzem sentido, e estão carregadas de subjetividade, lembrando que não é possível distanciar o sujeito homem do sujeito jornalista. Dessa maneira, ocorre uma busca pela imparcialidade através da linguagem,

mesmo sem desejar acontecem marcas linguísticas, por exemplo: *e nada mais* (linha 01), *comprova gargalo* (linha 02), *níveis de compreensão* (linha 15), *irrisórios* (linha 16), *boa universidade* (linha 16), *exercício pleno de uma profissão* (linha 17), *péssimos números* (linha 20), *termos satisfatórios* (linha 24), *sem fôlego* (linha 26), *triste projeção para o país* (linha 34).

Como diz Flores (2013, p. 101), “o homem é homem porque tem linguagem”. Todos nos mostramos pela linguagem e na linguagem, indiscutivelmente, como a carne do espírito ou o espírito da carne. Na notícia 01 não seria diferente, a linguagem é impessoal, mas demonstra considerações do jornalista enquanto pessoa. Ao mencionar no título (linha 01) – *e nada mais* – ele parece dizer: é isso e ponto final. No trecho (linha 02) – *comprova gargalo* – o jornalista poderia ter usado outro termo, porque gargalo também tem o significado de pescoço. Quando trata (linha 15) – *níveis de compreensão* – para quem, ou melhor, quem define os níveis dos alunos, quais são os critérios que embasam esse pensamento.

Ao escrever (linha 16) – *irrisórios* – podemos ler sem graça, sem provocar riso, mas isso também é da escolha lexical do jornalista. Na (linha 16) – *boa universidade* – quais são boas e quais são ruins, neste momento será que ele não está fazendo um julgamento ou demonstrando uma opinião particular, quem disse que existe universidade que não é boa para os alunos. Boa também é um adjetivo, uma modalização qualitativa que indica a subjetividade na linguagem, instalada na pessoa eu, que faz a escolha e a enuncia, sem desconsiderar a categoria lexical. Na (linha 17) – *exercício pleno de uma profissão* – porque algumas pessoas não exercem plenamente uma profissão, como assim, em que sentido está empregado essa baliza. Na (linha 20) – *péssimos números* – há números ruins e bons, na percepção do produtor da matéria. Na (linha 24) – *termos satisfatórios* – a pergunta que não quer calar: são termos satisfatórios para quem, para o jornalista. Na (linha 26) – *sem fôlego* – como assim, essa é uma opinião do produtor da notícia, podemos também tentar substituir fôlego por coragem, mas quem está assim. Na (linha 34) – *triste projeção para o país* – triste ou alegre, estado de espírito para o país, é ou não é uma opinião própria e mascarada do jornalista.

Essas expressões nos mostram a subjetividade na linguagem, do texto e do jornalista, ainda, Saussure (2006), expressa que a língua pode ser compreendida como um sistema organizador, sendo o principal dispositivo das possibilidades simbólicas do homem. Sendo assim, a linguagem é inerente ao sujeito, não esquecendo que funciona através de um sistema regulador, mas é heterogênea, tem uma face individual e outra social. Desse modo, a língua foi atualizada em palavras pelo jornalista, através da utilização da linguagem, e carrega dessa

maneira a subjetividade, não sendo possível conceber a linguagem sem as marcas linguísticas. A subjetividade também propicia ao sujeito uma relação com o mundo.

Neste mesmo raciocínio, nos ateremos às três categorias: de pessoa, de tempo e de espaço, com fundamentação teórica em Benveniste (2005, 2006). A categoria de pessoa institui um eu e um tu, locutor e alocutário; na notícia 01, o eu, o locutor, é o jornalista da Revista Veja on-line, o tu, o alocutário, é o leitor, mesmo que a matéria seja lida por muitas pessoas, sempre o eu se dirige a um tu, sendo no mundo real ou virtual, como é o caso do corpus de análise, numa relação da primeira pessoa (eu) com a segunda pessoa (tu), ambos pertencentes à instância de discurso, e falando da terceira pessoa (ele), conhecida como a não-pessoa, nesse caso referindo-se à temática: educação e alfabetização (ensino fundamental e ensino médio).

A categoria de tempo, proposta por Benveniste (2005, 2006), institui um agora. Lembramos que existe o tempo que diz respeito à construção da matéria, o tempo da publicação, nesse caso dia 02 de julho de 2015, e o tempo da enunciação, tomado como agora para o leitor que decide ler a matéria hoje ou amanhã, no período do dia ou da noite. Embora, o mundo virtual proporcione a ideia de que a matéria está sendo disponibilizada em tempo real. A categoria de espaço é tomada pelo aqui, local onde está a matéria, o mundo virtual, mais precisamente, o site oficial da Revista Veja on-line, no meio digital, que pode estar sendo visualizado no computador, *tablet* ou aparelho celular, essa facilidade de acesso contribui com a expansão das informações. O tripé, eu, agora e aqui se torna indispensável para a existência da subjetividade na linguagem.

Tendo em vista as considerações pertinentes à notícia 01, identificamos que a imparcialidade jornalística não está presente, o que percebemos é um efeito de sentido, ou seja, existe uma manifestação ou um desejo de neutralidade, de acordo com os pressupostos da Teoria da Comunicação. Porém, o que prevalece é a demonstração da subjetividade na linguagem, seguindo a perspectiva da Teoria da Enunciação de Benveniste, conforme observamos nos trechos selecionados e também na íntegra do texto jornalístico.

#### 4.5 ANÁLISE DA NOTÍCIA 02

No intuito de continuarmos a análise, passamos nesse momento, para a notícia 02, intitulada “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, publicada



na Revista Veja on-line, no dia 31 de agosto de 2015, obedecendo ao critério de escolha por ser a matéria mais lida daquele mês, na editoria educação, como consta no anexo B. A sua postagem na internet aconteceu às 19h49min, recebendo atualização na mesma hora, às 19h49min, aspecto que nos faz pensar, imediatamente, na categoria de tempo de Benveniste (2005), que enaltece o presente para a instância discursiva, onde passado e futuro são vistos como uma atualização do tempo, fenômeno que aconteceu nessa matéria noticiosa.

De fato, nos debruçamos em busca dos elementos que fizeram dessa matéria um destaque de leitura, e percebemos que o tema Fies, além de ser atual, chama a atenção de todos que sonham em ingressar numa instituição de ensino superior, e pretendem obter uma vaga por esse sistema, que é o Financiamento Estudantil. O título já aborda um novo prazo para os alunos pré-selecionados, ou seja, as datas são importantes para continuar no processo seletivo. Inicialmente, o prazo proposto é do dia 25 de agosto, com a mudança passa a ser dia 1 de setembro de 2015, terça-feira. Embora a notícia tenha sido publicada no início da noite, despertou o interesse por já ser um assunto aguardado pelos estudantes, sendo que a inscrição também acontece pela internet, através do sistema informatizado do Fies.

Seguindo os pressupostos da Teoria da Comunicação, a fonte oficial dessa matéria é o Ministério da Educação, que é o órgão responsável por essa seleção e pelo adiamento ou antecipação desse processo. Sobre o espaço, Traquina (2002) articula a territorialidade geográfica, a especialização organizacional e a especialização em termos de temas. Em outras palavras, seria a divisão em áreas de cobertura que definem os acontecimentos que se tornam notícia e, por fim, se dividem em seções ou editorias, por exemplo, educação, esporte e internacional. O assunto dessa matéria noticiosa, envolve estudantes de todas as regiões do país, de norte a sul, leste a oeste, construindo sua identidade geográfica em estados e cidades que os estudantes que buscam o Fies se encontrem. Trata-se de uma matéria informativa, ao mesmo tempo em que é descritiva em relação a prazos, que devem ser cumpridos atentamente pelos participantes, além de estar atrelada à editoria educação. Então, responderemos ao *lead*:  
O que? Novo prazo para inscrição de pré-selecionados no Fies (Financiamento Estudantil)

Quem? Estudantes que participam desse processo

Quando? 2015

Onde? Sistema Informatizado do Fies (SisFies) na internet

Como? Determinação do Ministério da Educação

Por quê? Prorrogação

Sobre a linguagem utilizada no texto, percebemos que é impessoal, consideramos ser um texto curto, apenas 19 linhas, incluindo o título, e parece que há uma ausência de vírgulas.

Tendo em vista que era apenas um fato, mas por atender aos critérios de noticiabilidade, como interesse e importância, recebe o status de notícia. Mas, se por um lado à matéria parece ser de cunho explicativo, vamos verificar se estão presentes ou ausentes, os elementos que caracterizam a imparcialidade jornalística e a subjetividade na linguagem.

Conforme Flores (2013), a dêixis acontece quando o significado de uma palavra depende do contexto de outra palavra, o que vem ao encontro da categorização que estamos fazendo, vamos aplicar na notícia 02. Na (linha 01) temos – *Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira* – nesta terça-feira, se fora do contexto, não consegue informar, fica desconexa, perde o sentido, porque não conseguimos descobrir à qual terça-feira faz menção. Fenômenos que também podem ser observados, (linhas 10 e 11) – *dez dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da conclusão da inscrição* – em outro contexto não tem significado. Trata na (linha 12) – *terceiro dia útil seguinte à data da validação* – dependendo da realidade de cada candidato, são exemplos de advérbios que modificam o estado do verbo.

Os indicadores de subjetividade são definidos a partir da relação com a instância de discurso, no qual são produzidos, explana Benveniste (2005). Os verbos, os pronomes e os advérbios se organizam em indicadores de pessoa, de tempo e de espaço. Sendo assim, selecionamos os verbos para assinalar a subjetividade na linguagem: (linha 01) *termina*, (linha 04) *obter*, (linha 05) *façam*, (linha 07) *terminar*, (linha 08) *validar*, (linha 11) *comparecer*, (linha 16) *quitar* e (linha 17) *pagam*. Também reparamos em repetições de algumas palavras que constituem o cerne do texto, *Fies* aparece 8 vezes, *inscrição*, 4 vezes, *estudante* e *prazo*, 3 vezes, *prorrogado*, 2 vezes.

De acordo com Kunczik (2001, p. 237), “a seleção de notícias equivale a restringir o volume de informações, o que significa a seleção de assuntos que alguém acha que merecem ser publicados”. Ao fazermos uma inferência com a notícia 02, percebemos que é como se as demais matérias já publicadas sobre esse tema estivessem no esquecimento das pessoas, ou seja, nós, enquanto seres portadores de linguagem, limitamos o número e as especificidades das informações que queremos saber, ou que desejamos acessar no mundo virtual, onde as notícias de ontem concedem lugar as de hoje, e assim, sucessivamente, como se fosse uma espécie de amnésia.

A verdade deve ser transmitida na mensagem, sendo recomendável a utilização de fontes na construção da notícia, lembra Wolf (2003). A veracidade dos dados apresentados está atrelada a imparcialidade jornalística e a ética profissional, aspectos que podem ser

comprovados na notícia 02, também estabelecendo uma relação com a subjetividade na linguagem, assinalando a forma com que criamos o mundo e agimos nele.

Como diz Moherdau (2007, p. 27), “a estrutura hierárquica dos jornais on-line é igual à da imprensa tradicional em diretor, redator-chefe, editores, repórteres, redatores e chefes de reportagens, entre outros”. Então, essa matéria noticiosa não possui identificação do jornalista, elemento que julgamos necessário e pertinente já que estamos em busca da imparcialidade jornalística. Se a matéria fosse assinada estaria embutida a subjetividade na linguagem daquele ser que assina, como não tem autor, ela revela a visão da Revista Veja on-line, enquanto um meio de comunicação.

Miranda (2004, p. 23) comenta que, “saber simplesmente ‘apertar botões’ ou dar os ‘cliques certos no mouse’ não necessariamente produzirá um bom jornalismo”, considerando que o jornalismo não depende apenas do formato de veiculação, mas sim aos aspectos intrínsecos que estão presentes na construção de uma notícia. Sendo assim, estamos tratando dos jornalistas que atuam nesse meio e precisam, além de manejar essas ferramentas, encontrar suporte para atrair os leitores, não apenas fazendo uma justaposição de formato de impresso para on-line, ou vice-versa.

Três estruturas específicas são apontadas, por Miranda (2004), na navegação: linear rígida, linear flexível e hierárquica de navegação livre. A notícia 02 se enquadra na última, hierárquica de navegação livre, porque possibilita recortes que são de responsabilidade do internauta, não define um formato padrão para apreciação, assegurando flexibilidade e autonomia para o leitor.

Observando a Teoria da Enunciação, “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”, Benveniste (2005, p. 285). A linguagem esta intrinsecamente ligada ao ser e vice-versa, essa é a grande inspiração. Nesse sentido, quando o locutor se relaciona com a língua através de determinadas formas linguísticas constitui a enunciação, então, a notícia 02 possui enunciados e enunciações, pois ao enunciar colocamos a língua em funcionamento. De acordo com Benveniste (2005), quando se aborda a categoria de pessoa, na realidade, o que está ocorrendo é a definição das pessoas do discurso, sendo assim, o eu, o locutor, pode ser concebido como o jornalista, produtor da notícia 02, enquanto que o tu, seu alocutário, é o leitor da matéria, onde a não-pessoa, ele, é o elemento constitutivo da relação interpessoal.

Diante do exposto, e não esquecendo que todos nos mostramos pela linguagem, recortamos algumas expressões e frases que apontam para a subjetividade na linguagem, assinalando: (linha 01) *termina*, (linhas 02 e 06) *era*, (linhas 02 e 07) *mas*, (linha 04) *data*

*final*, (linha 10) *dia seguinte*, (linha 11) *por fim*, (linha 15) *até*, (linhas 16 e 17) *ao longo do curso*, (linha 17) *pagam parte da mensalidade*, (linha 17) *de acordo*.

Para começar, (linha 01) – *termina* – determinando que o prazo acaba, porém, é uma palavra que é parte integrante do vocabulário da pessoa responsável pela matéria noticiosa, não tão comumente utilizada nos meios de comunicação, poderia ter sido substituída por *encerra*, por exemplo. Nas (linhas 02 e 06) – *era* – aparece para acentuar o tempo passado, chamando a atenção para num momento presente, da instância discursiva, evocar um período que já passou.

Nas (linhas 02 e 07) – *mas* – indica uma conjunção, que pode ter sido empregada como uma oposição ou restrição, situação que indica o posicionamento do produtor da matéria, nesse caso não está somando com os elementos da frase. Ao tratar (linha 04) – *data final* – o jornalista está empregando uma visão dele, pois, quem sabe teremos novamente uma prorrogação no prazo de inscrição para os pré-selecionados do Fies.

Quando (linha 10) – *dia seguinte* – percebemos um fenômeno dêitico, ou seja, só vai funcionar naquele determinado contexto em que está inserido, como podemos afirmar qual é o dia seguinte, ontem, hoje ou amanhã. Na (linha 11) – *por fim* – nos deparamos novamente com uma conjunção, que é sinônimo de afinal, enfim, finalmente, acenando para uma causa ou consequência. Na parte (linha 15) – *até* – presenciamos a indicação de um limite ou de um espaço determinado, por exemplo, até três anos depois, conforme o texto, concedendo um aspecto temporal. Em (linhas 16 e 17) – *ao longo do curso* – percebemos que longo é um adjetivo, na notícia 02 está sendo empregado no sentido de que o curso pode ser longo ou curto, está sendo usado para fazer comparações.

Ainda, na (linha 17) – *pagam parte da mensalidade* – observamos que o sinônimo da palavra parte é porção, o que denota a escolha lexical do produtor da matéria. Para concluir, na (linha 17) – *de acordo* – seu sinônimo pode ser decisão, conclusão, ou seja, é uma preposição que desenha a concordância, mais uma vez indicando um afastamento da imparcialidade jornalística e da subjetividade na linguagem.

Por fim, com base nessa análise, detectamos um distanciamento dessa matéria noticiosa com a imparcialidade jornalística, ao mesmo tempo em que presenciamos uma aproximação com a subjetividade na linguagem. Situação que pode ser comprovada, entre tantos elementos, através das balizas na língua do jornalista que produziu o texto, ou seja, pela linguagem empregada é possível visualizar marcações do sujeito que não indicam a neutralidade.

#### 4.6 ANÁLISE DA NOTÍCIA 03

No contexto de investigação, da suposta imparcialidade jornalística e diante da subjetividade na linguagem, a partir desse momento, nos deteremos a notícia 03, conforme anexo C, cujo título é “‘Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas’, diz economista do Banco Mundial”. O terceiro texto selecionado é o mais lido do mês de setembro, conforme o site oficial da Revista Veja, com data de publicação em 15 de setembro de 2015, às 17h14min e atualização às 18h43min, sendo assim, depois de 01h29min, as informações foram modificadas, podem ter sido acrescentados ou extraídos dados.

Já no primeiro momento, refletimos sobre a existência de barreiras, que de alguma maneira, impedem o crescimento ou o desenvolvimento educacional. Ainda, se é sabido e conhecido esses obstáculos, calcados no setor político, porque não ocorrem ações a fim de afastar, ou pelo menos, de minimizá-los. Adotando a Teoria da Comunicação, a fonte oficial invocada é da economista-chefe do Banco Mundial, Barbara Bruns, especificamente, atua na área de educação para a América Latina e o Caribe. O título aparece entre aspas por ser uma fala da economista, em uma palestra no Exame Fórum Educação 2015. Nesse anseio, respondemos as perguntas do *lead*:

O que? Barreiras na educação

Quem? Políticos

Quando? 2015

Onde? Exame Fórum Educação

Como? Discutindo criticamente o tema

Por quê? Para melhorar a educação no país

Assim, levamos em consideração que era apenas um fato, mas que recebe o status de notícia porque se enquadra nos critérios de noticiabilidade, entre eles, a notoriedade. Na visão de Wolf (1999), os critérios substantivos fundamentam-se em dois elementos: a importância e o interesse da notícia. O primeiro deles, a importância, é dividido em quatro variáveis, que são: grau e nível hierárquico; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que vai abranger; relevância e significatividade do acontecimento. Vamos aplicar no texto. Abordar a educação no Brasil é um assunto que desperta interesse, ou seja, a sua importância é indiscutível, é como se estivesse mexendo nos calos dos brasileiros. O grau e nível hierárquico também estão presentes, independente da escolaridade as pessoas comentam

esse tema, muitas vezes, vislumbrando com uma educação melhor para seus filhos, parentes ou amigos.

O impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional é tão evidente, pois, sem educação de qualidade como podemos pensar e traçar metas para o futuro do país. Sobre a quantidade de pessoas que vai abranger essa matéria, ressaltamos que é imensurável, estamos tratando de uma notícia que está publicada no site oficial da Revista Veja, conhecida pelo grande alcance aos leitores, ainda, os comentários repercutem mais a polêmica. A relevância e significatividade do fato já existe, porém, se torna ainda maior pela instabilidade que vivemos hoje na educação, estamos em um período constante de greves e paralisações, em que a classe de professores solicita a atenção do governo, e os alunos se sentem associados a situação, permanecem dias sem aulas e sonham com tempos melhores. O interesse nessa notícia é volumoso, tendo em vista que atrai o olhar de alunos, pais, professores, diretores, enfim, de todos que de forma direta ou indiretamente, estão ligados a essa temática.

Sobre a imparcialidade, conforme Wolf (1999), essa matéria já insinua através de diversos fatores a sua falta ou inexistência. Começando pelo título, uma fala da economista-chefe do Banco Mundial, o que nos faz pensar que parece ser um sinal de alerta, não é apenas um título sugestivo, invoca a presença de uma autoridade e quem está falando é ela, não a Revista Veja, enquanto empresa jornalística, que tem o papel de retratar os acontecimentos.

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social, Wolf (1999) reforça que primeiro ocorre à extração do seu contexto, posteriormente, a reinserção no contexto desenvolvido pelo formato do produto informativo. Essa ponderação nos remete a publicação da matéria, e num breve período de tempo, em torno de 1h, a sua edição. Assim, percebemos que depois dos fatos serem transformados em notícia e estarem públicos, acontecem algumas considerações, quem sabe correções ou inserções de informações, aspecto que não deixamos de lado, com foco na (im)parcialidade jornalística.

Traquina (2005, p.80) acrescenta a proximidade como “valor- notícia fundamental da cultura jornalística”. Essa característica é um dos fatores mais importantes na hora de escolher um, entre tantas opções, para se tornar material noticioso, também incluindo o contorno geográfico, social e psicológico. Esse aspecto também é contemplado na notícia 03, que apresenta proximidade com as pessoas, é um assunto atual, envolve critérios que fazem com que esse fato, a palestra do Exame Fórum Educação 2015, obtenha o status de notícia, entre os elementos considerados assinalamos a geografia, em que estado do nosso país que não existe preocupação com esse tema, em âmbito social ponderamos a sociedade, que necessita de profissionais com qualificação para ambicionar melhora e crescimento significativos. A

psicologia anseia aliar o sonho com a realidade, pensar em uma educação sem empecilhos e ver a realização na prática, sem muitas delongas.

Sobre a escrita nesse universo digital, Miranda (2004, p. 12) explana que, “é a informação que passa a ser estimada primordialmente”. Característica que vem ao encontro do nosso corpus de análise, por exemplo, na notícia 03, presenciamos a publicação e pouco tempo depois, a sua edição, priorizando a informação, num primeiro momento divulgamos, posteriormente, revisamos e alteramos os dados, acrescentamos ou extraímos. Essa realidade faz parte desse ritmo acelerado de vida que os leitores estão inseridos, com muitas matérias noticiosas sendo produzidas, momentaneamente, quase que em tempo real, ou próximo disso, estabelecendo uma linha tênue entre o acontecimento e a veiculação do caso.

Diante da relação estabelecida entre o jornalista e o mundo digital, considerado um novo meio, Miranda (2004) concebe três categorias que se relativizam, real *versus* virtual, espaço *versus* tempo, público *versus* privado. Na intenção de realizar uma reflexão teórica vamos aplicar na notícia 03, primeiramente, o real é o fato, propriamente a palestra que aconteceu com data e lugar definidos, porém, sua publicização ocorre em meio virtual, na Revista Veja on-line. Assim, é como se o jornalista conseguisse visitar esses dois ambientes, como esse autor considera, é como se fosse retalhos que vão se unindo e formam uma colcha, acentuando a necessidade de cada etapa, desde a rotina de produção até a finalização, para um resultado satisfatório. Podemos usar um trocadilho lembrando que, nesse caso, a parte faz o todo, e o todo faz a parte. Em seguida, o espaço e o tempo, complexificam um pouco, porque o jornalismo parece falar de um tempo e de um espaço que se adapta ao do leitor, quando desejar acessar e realiza a leitura da matéria, não estando embutido numa ordem cronológica, como a do relógio, embora esteja calcado no tempo físico. Desse modo, partimos para o público e o privado, vindo encaixar na corpórea, em um instante o fato era particular, com a obtenção do status de notícia também recebe a publicação, estando disponível para leitura e criticidade.

Miranda (2004, p. 79) verifica que, “aparentemente, está imbuída de bons propósitos, como a busca da harmonia, cuja utopia é a da cidade de vidro, num mundo em que se tem informações sem segredos nem mentiras, sem oposições nem conflito. A comunicação deixa de ter limites; a informação é ilimitada”. Fator que fomenta a notícia 03, que prioriza a minimização de barreiras na educação o que se caracteriza como uma utopia, porque sabemos que não estamos em uma cidade de vidro, pelo contrário, parecemos ter o telhado de vidro, portanto, não podemos receber pedradas. Sendo assim, a informação é ilimitada a quem



quiser, quando e se desejar, ou seja, o jornalismo digital está engajado aos outros formatos comunicacionais, como é o caso da Revista Veja, que apresenta versão impressa e on-line.

Dando sequência à análise, percebemos que a notícia 03 é um texto, não somente por apresentar início, meio e fim, mas também por abranger a linearidade. Adotando a visão de Orlandi (1996, p. 54), “o texto não é uma unidade fechada embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira”. Ainda, na percepção de Lévy (1993, p. 33), o hipertexto “é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos”. Desse modo, consideramos a notícia 03 um hipertexto, por conceder oportunidades ao leitor para fazer o seu próprio percurso, ou seja, acessar matérias da mesma temática ou não, marcando também a heterogeneidade e a não-linearidade.

Sobre a categorização de pessoa, observamos que o jornalista, produtor da matéria, é nomeado como o eu, primeira pessoa, denominado também de locutor, e o leitor origina o tu, segunda pessoa, conhecido como alocutário na instância discursiva, lembrando que o eu se dirige sempre a alguém, a um tu, nesse caso, o leitor da Revista Veja on-line. Sobre a categoria de tempo, percebemos que se o tempo é sempre ligado à instância discursiva, conforme Benveniste (2005), o agora do leitor pode ser hoje, amanhã, daqui a uma semana, um mês, e mais, existe o tempo de cada leitor, não obedecendo ao tempo cronológico, mas ao tempo físico. Sobre a categoria de espaço, o aqui, existe um determinado para o jornalista e outro para o leitor, que decide quando, onde e como vai executar a leitura.

Benveniste (2005, p. 286) conceitua que, “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, tendo em vista a notícia 03, enfatizamos que nela existe subjetividade por ser escrita por um jornalista, que não é capaz de se despir totalmente da sua subjetividade para escrever as matérias jornalísticas, ainda mais que ele emprega a linguagem como forma de expressão. Adotando as nossas referências bibliográficas, temos a clareza de que a subjetividade pode ser marcada nos enunciados através de algumas formas, ideia que tem a confirmação de Benveniste (2005). Entre elas está à dêixis, que aparece no momento de enunciar e faz o indivíduo se tornar sujeito, as marcas linguísticas com a presença de verbos, de pronomes e de advérbios materializam a subjetividade.

Tendo em vista que a linguagem utilizada demonstra imparcialidade, e que é possível identificar na notícia 03 marcações na língua feitas pelo jornalista, que não consegue se ausentar da sua subjetividade ao escrever as matérias noticiosas, portanto, não constitui a imparcialidade jornalística. Benveniste (2005, p. 285) menciona que, “a linguagem está na

natureza do homem, que não a fabricou”, ou seja, nos marcamos pela língua e pela linguagem, mesmo que seja de forma involuntária e indesejada. Diante do exposto, destacamos algumas expressões: *criticaram a desvalorização do professor* (linha 04), *atrasam a educação no Brasil* (linha 05), *entreve a ser superado* (linha 06), *baixa remuneração* (linha 20), *os professores são mal treinados* (linha 21), *baixo foco dos alunos* (linha 22), *iniciativas de fôlego* (linha 30), *saírem do papel* (linha 30), *engessamento* (linha 54), *questão que precisa ser superada* (linha 55).

Na tentativa de elucidar que a língua é a dona de razão e que todos nós, enquanto seres humanos, realizamos marcações através da subjetividade na linguagem, e ancorados pelo nosso aporte teórico, verificaremos cada uma das expressões selecionadas. Ao mencionar (linha 04) – *criticaram a desvalorização do professor* – o jornalista está dizendo, em outras palavras, que existe uma preocupação com a não valorização da classe de professores, que este pode não ser o pensamento de uma pequena parcela da população, e sim de muita gente com o olhar voltado para isso, embora, possamos perceber que é uma opinião do produtor da matéria. No trecho (linha 05) – *atrasam a educação no Brasil* – observamos que a educação está atrasada, e que isso pode ser um aspecto consensual, portanto, é trazido pelo jornalista. A palavra educação aparece 15 vezes nessa notícia, essa repetição denota tamanha persistência em retomar a temática, a pessoa que escreveu a matéria pode usar palavras sinônimas, mas esse fator depende da escolha lexical de cada um, indo ao encontro da subjetividade na linguagem, proposta pela Teoria da Enunciação de Benveniste.

Na passagem (linha 06) – *entreve a ser superado* – o jornalista que escreveu a matéria noticiosa está assumindo que existem obstáculos que precisam ser ultrapassados, ou vencidos. A palavra entreve significa obstrução, percalço ou limitação, essa escolha de vocabulário depende de cada um, andando ao lado da subjetividade na linguagem. De fato, (linha 20) – *baixa remuneração* – faz uma referência ao salário dos professores, mas quem está julgando se está baixa ou alta a remuneração, ou o salário, é o produtor da notícia, novamente, ele se posiciona linguisticamente, para calcar nos caminhos da imparcialidade jornalística, seguindo a Teoria da Comunicação, ele precisava estar ancorado em dados para realizar uma afirmação. Na verdade, o jornalista tem o papel de transcrever os fatos, não podendo opinar em um material noticioso, mas como percebemos, apenas temos essa vã ideia, não é possível se esvaziar de subjetividade para fazer uma pauta para a Revista Veja, ou outro meio de comunicação.

Entretanto, presenciamos a expressão, (linha 21) – *os professores são mal treinados* – que adverte para um despreparo dos professores que estão ministrando aulas pelo país,

abordando de maneira generalizada, não identificando um contexto específico de ensino fundamental, médio ou superior, nem uma identidade geográfica, o produtor da matéria aponta como se o problema envolvesse de norte a sul, de leste a oeste. Então, perguntamos a que se refere mal treinados, ou melhor, os professores recebem aprimoramentos, quando e em quais circunstâncias. Muitas vezes, a realidade nos mostra que são alguns professores, por incentivo próprio, que buscam uma qualificação, talvez esse recorte tenha sentido ambíguo. Na (linha 22) – *baixo foco dos alunos* – o jornalista está juntando essa falta de treinamento dos professores ao baixo foco dos alunos, na opinião dele, os responsáveis por essa situação são os docentes. Quando podemos vivenciar que alguns estudantes não conseguem se concentrar como outros nos estudos, mesmo que isso fosse verdade, como ocorreu essa medição de baixo ou alto foco, será que ele executou uma pesquisa de campo antes de introduzir essa frase no texto, parece uma manifestação da subjetividade na linguagem, e um distanciamento da imparcialidade jornalística.

Quando trata (linha 30) – *iniciativas de fôlego* – inicialmente percebemos que a palavra fôlego é uma expressão presente nos textos da Revista Veja on-line, pois aparece na notícia 01 também, novamente reforçamos a ideia de ser uma nomenclatura pouco utilizada e que poderia ser substituída por coragem, que é mais usualmente conhecida, mas mesmo assim, denota a subjetividade na linguagem da pessoa responsável pela matéria, seja homem ou mulher, cogitando a ideia da necessidade de iniciativas de coragem, estimulando atitude. Também na (linha 30) – *saírem do papel* – ao voltarmos ao texto entendemos que está referindo que as iniciativas ainda devem demorar para se concretizarem, por enquanto, somente aparecem no papel, na prática não existem. Reiteramos que é uma opinião do jornalista, assinalando uma proximidade com a subjetividade na linguagem e um distanciamento da imparcialidade jornalística. Na (linha 54) – *engessamento* – aparece como se fosse um termo técnico comumente utilizado em consultórios ortopédicos, ou seja, é uma nomenclatura da área da saúde, sendo assim, muitos leitores podem não compreender a sua designação, resultando em equívocos interpretativos. Por fim, na (linha 55) – *questão que precisa ser superada* – que faz conjunto com o engessamento, o jornalista aponta que as instituições aparecem dessa forma, logo em seguida, ele mesmo diz que é preciso superar essa fase, o que indica a primeira pessoa, eu, o locutor, afirmando isso.

Ao nos debruçarmos nas análises dessa dissertação e em nosso aporte teórico, evidenciamos um distanciamento da imparcialidade jornalística e uma aproximação com a subjetividade na linguagem, como já reiteramos. Nesse sentido, notamos uma situação complexa que se solidifica com as marcações linguísticas, isso faz parte da natureza do

homem, enquanto seres humanos que somos e nos comunicamos pela linguagem, ou seja, pelo uso da língua, que parece ser individual e coletiva, que concede ao indivíduo a experiência entre eu e tu, instigando um locutor e um alocutário, desencadeando na manifestação da subjetividade.

#### 4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Depois de analisarmos as três notícias que constituem o corpus dessa dissertação, vamos observar se existem semelhanças entre elas, e se acontecem, quais seriam. O critério de seleção ocorreu através da definição de uma editoria específica, educação, em seguida, elencamos a matéria noticiosa mais lida de julho, agosto e setembro de 2015, com base nas informações fornecidas pelo site oficial da Revista Veja on-line. A notícia 01, mais lida de julho, denominada “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, tem publicação em 02 de julho, às 00h02min e edição às 01h37min. A notícia 02, mais lida de agosto, intitulada “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, com publicação no dia 31 de agosto, a sua postagem na internet aconteceu às 19h49min, recebendo atualização na mesma hora. A notícia 03, mais lida de setembro, chamada “‘Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas’, diz economista do Banco Mundial”, com data de publicação em 15 de setembro, às 17h14min e atualização às 18h43min. A primeira, foi modificada 01h35min depois de ter sido colocada na internet, a segunda, foi instantaneamente alterada, na mesma hora, às 19h49min. A terceira, foi editada 01h29min depois da aparição no site, circunstâncias que consideramos relevante, e que não parecem indicar a (im)parcialidade jornalística.

Na percepção da Teoria da Comunicação, para que um fato obtenha o status de notícia é necessário atender aos critérios de noticiabilidade, Wolf (1999) considera que a atualidade é um dos principais elementos, situação que foi confirmada nas três notícias, 01, 02, e 03. Elas também apresentam uma fonte oficial, no intuito de conceder veracidade aos acontecimentos e de aproximação com a imparcialidade noticiosa.

Com base na Teoria da Enunciação de Benveniste, as três matérias noticiosas selecionadas apresentam uma linguagem impessoal, onde há a presença das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, invocando um eu, um agora e um aqui. Percebemos que o eu, locutor, conforme Benveniste (2005), diz respeito ao jornalista, produtor da matéria, em

contrapartida, o tu, alocutário, é designado como o leitor, e a não-pessoa, o ele, denota a relação objetiva. Desse modo, verificamos que o jornalista não consegue se ausentar da sua subjetividade na linguagem, como demonstramos através de algumas palavras e expressões recortadas dos textos. Por exemplo, a palavra fôlego, foi empregada na notícia 01 e 03, assinalando uma percepção da pessoa responsável pela pauta.

Também nos chama a atenção o emprego das formas da língua com a utilização de adjetivos e de expressões adjetivas, como na notícia 03, (linha 06) – *ser superado* – (linha 20) – *baixa remuneração* – (linha 21) – *os professores são mal treinados* – que estão a serviço da construção da subjetividade, uma vez que são formas escolhidas pelo jornalista, colocando em jogo o que o locutor diz ao seu alocutário.

A categoria de tempo, conforme Benveniste (2005), provoca o agora, o presente na instância discursiva, porém, o tempo cronológico, o tempo físico, e o tempo linguístico são diferentes. Assim, entendemos que as três matérias noticiosas chamam o tempo do relógio, mas a leitura, no formato on-line, pode ser realizada em qualquer hora, dia ou noite, ressaltando que somente vale o tempo presente, o passado e o futuro são somente atualizações. Em comum, conforme o nosso aporte teórico e bibliográfico, as três notícias demonstram um distanciamento da imparcialidade jornalística diante da subjetividade na linguagem, incontestavelmente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, explicitaremos algumas considerações finais, não com a vã intenção de encerrar e de ter esgotado essa temática, mas para expor as conclusões que chegamos até o presente momento deste estudo que ora apresentamos.

Esse trabalho teve como objetivo geral estudar, numa perspectiva enunciativa, a possível imparcialidade no gênero notícia diante das marcas linguísticas no uso da língua; enquanto os objetivos específicos buscavam: a) identificar, na Teoria da Comunicação, os alicerces que norteiam a imparcialidade no jornalismo on-line; b) observar as possíveis marcas da subjetividade na linguagem que denotam a categoria de pessoa e de não-pessoa, de tempo e de espaço; c) construir subsídios teóricos para estabelecer uma interface entre imparcialidade e enunciação; e d) analisar o uso da língua em notícias, observando a imparcialidade versus a subjetividade no processo enunciativo desse gênero textual.

Quando nos propusemos a realizar essa dissertação, inter-relacionando a Teoria da Comunicação com a Teoria da Enunciação de Benveniste, refletimos sobre os pressupostos bibliográficos que, essencialmente, norteiam esse percurso teórico. Nesse sentido, essa pesquisa contempla, inicialmente, um capítulo introdutório que traz os anseios teóricos e práticos. O segundo capítulo é dedicado à Teoria da Comunicação: quem não se comunica se trumbica – onde nos deparamos com os critérios de noticiabilidade, que fazem com que um fato adquira o status de notícia, não esquecendo da rotina de produção, dos critérios de valores/notícia e da imparcialidade jornalística. O terceiro capítulo é o da Teoria da Enunciação de Benveniste: um olhar sobre o texto – o qual nos concedeu subsídios que mostram um caminho singular ao abordarmos língua, linguagem, sujeito, subjetividade e intersubjetividade. Em seguida, o quarto capítulo é destinado à Metodologia e Análise do Corpus – trazendo características intrínsecas, das notícias 01, 02 e 03, demonstrando aspectos para podemos perceber a imparcialidade jornalística e a subjetividade na linguagem.

O corpus dessa pesquisa é constituído por três notícias da Revista Veja on-line, recortadas do site oficial, obedecendo aos critérios de metodologia, foram as mais lidas, do gênero notícia, na editoria específica de educação. A primeira matéria noticiosa, chamada “Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais”, foi publicada em 02 de julho de 2015, a segunda denominada “Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira”, foi postada em 31 de agosto de 2015, e a terceira intitulada, “Barreiras para

melhorar a educação brasileira são políticas’, diz economista do Banco Mundial”, foi divulgada em 15 de setembro de 2015.

No decorrer das leituras, do processo de desenvolvimento e de escrita, nos vimos inseridos na percepção de que não existe a imparcialidade jornalística propagada pela Teoria da Comunicação, o que de fato percebemos é uma busca constante de encontrá-la e torná-la possível, uma vã possibilidade, repleta de desafios para jornalistas e empresas de comunicação. Sem dúvida foi um caminho com inúmeras descobertas, onde cada obstáculo nos desafiava a seguir em frente. Entretanto, observamos que os jornalistas parecem se esforçar em busca dessa neutralidade nas histórias que contam, como se um dia pudessemos colocar em prática a Teoria do Espelho, fidedignamente, refletindo os fatos como eles aconteceram.

Ainda, refletimos a ideia de que o sujeito se apropria da língua, em seguida, a transforma em linguagem, e nesse processo de enunciar, mesmo sem querer, deixa as suas marcas de subjetividade no discurso. Desse modo, acreditamos que a linguagem é a essência da humanidade, sem ela não poderíamos nos comunicar uns com os outros. Então, problematizamos que as palavras, como exemplificamos nessas três notícias, apresentam indicadores de subjetividade ou marcas linguísticas. Sendo assim, como pode existir a imparcialidade jornalística, se o homem já se marca linguisticamente ou deixa transparecer sinais, através da categoria de pessoa, eu e tu, de tempo, agora, e de espaço, aqui, presentes na instância de discurso. Sobre a presença da categoria de pessoa, presenciemos que ela tem o papel de um indicador de subjetividade, quando o eu se enuncia no discurso, o que caracteriza um ato individual de uso da língua. Ainda, lembramos que essa categoria existe em todas as línguas.

A análise do corpus permaneceu embasada em elementos teóricos, ponderando que a subjetividade é inseparável do discurso, sendo ele falado ou escrito, aparecendo em formato impresso ou on-line. Dessa forma, o sujeito seleciona aquelas palavras, frases e expressões que deseja para se expressar no mundo e com o mundo. As notícias escolhidas nos mostraram muito mais a voz do jornalista, produtor da notícia, do que imaginávamos. A intersubjetividade não acontece fisicamente, face a face, quando o eu se torna tu, e o tu assume a posição de eu, porque o leitor, o tu da notícia, não participa da instância discursiva, também por não estar no mesmo tempo e lugar. Mas, mesmo assim, entendemos que essa troca de posição existe, porque sempre o eu instaura um tu, necessariamente e involuntariamente, nos fazendo pensar em relações translinguísticas.



Contudo, observamos que as três notícias apresentaram situações que indicam a subjetividade na linguagem. Além disso, almejamos construir uma interface entre a Teoria da Comunicação e a Teoria da Enunciação de Benveniste, e identificamos que ela existe e acontece pela interação que há entre comunicação e linguística. De maneira nenhuma procuramos confrontar as duas teorias, apenas visualizar as suas peculiaridades. Assim, descobrimos um longo caminho a ser percorrido, com encontros e desencontros, semelhanças e diferenças, protagonistas e figurantes, enfim, desencadeando uma relação multidisciplinar em busca do conhecimento e da sua multiplicação.

Para nós, enquanto seres humanos, permanece o desafio. Fizemos uso da língua para a construção de enunciados que podem ser repetidos, e de enunciações que são irrepetíveis. Constantemente, nos propusemos a ser eu nas instâncias discursivas da vida, pode ser no contexto de casa, da escola, com amigos ou familiares, em âmbito pessoal ou profissional, e por vezes, somos o tu, num determinado tempo e lugar, ou seja, somos marcados linguisticamente para todo sempre. Então, é como se a subjetividade na linguagem fizesse parte do nosso corpo e do nosso mundo, podemos nos afastar ou nos aproximar, mas nunca nos separar dela.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhaíl. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

“BARREIRAS, para melhorar a educação brasileira são políticas”, diz economista do Banco Mundial. **Revista Veja**. São Paulo, set. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/barreiras-para-melhorar-a-educacao-brasileira-sao-politicas-diz-banco-mundial>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes Editores, 2006.

EM 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais. **Revista Veja**. São Paulo, jul. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/em-2022-brasil-sera-um-pais-de-alfabetizados-e-nada-mais/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

FIES, prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira. **Revista Veja**. São Paulo, ago. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/fies-prazo-de-inscricao-para-pre-selecionados-termina-nesta-terca-feira>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

HAYLES, N. Katherine. **Literatura eletrônica**: Novos horizontes para o literário. São Paulo: Global, 2009.

JUCHEM, Aline. Saussure, Benveniste e o objeto da Linguística. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 36, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo** – norte e sul. São Paulo: Edusp, 2001.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. São Paulo: Cortez, 2010.

MIRANDA, Luciano. **Jornalismo on-line**. Passo Fundo: UPF, 2004.

MOHERDAUI, Luciana. **Guia de estilo web**: produção e edição de notícias online. São Paulo: Senac, 2007.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

STUMPF, Elisa Marchioro. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento?. **ReVEL** – **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 8, n. 14, 2010. Disponível em: < <http://www.revel.inf.br> >. Acesso em: 07 set. 2015.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**ANEXOS**

## ANEXO A – NOTÍCIA 01

01	Em 2022, Brasil será um país de alfabetizados – e nada mais
02	Novo estudo do movimento Todos pela Educação comprova gargalo nos ensinos
03	fundamental e médio, o que prejudica a capacidade de compreensão e raciocínio
04	dos jovens que saem da escola.
05	Um novo mapeamento da educação no Brasil comprova que uma porcentagem
06	ínfima de jovens conclui os estudos do ensino básico com os conhecimentos
07	adequados em língua portuguesa e matemática. Tomando como base dados de 2013
08	divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano passado,
09	o movimento civil e apartidário Todos Pela Educação, que traçou metas para a
10	melhoria do ensino no país até 2022, aponta que somente 9,3% dos estudantes
11	brasileiros se formaram no Ensino Médio com aprendizado adequado em
12	matemática no período focado pelo estudo. O índice é superior para língua
13	portuguesa (27,2%), mas não deixa de ser preocupante. Em 2011, por exemplo, os
14	números eram de 10,3% e 29,2%, respectivamente. Se mantida esta tendência, o
15	país continuará a ter no futuro jovens com níveis de compreensão e raciocínio
16	lógico irrisórios para o ingresso numa boa universidade ou para o
17	exercício pleno de uma profissão.
18	Embora 93,6% da população de 4 a 17 anos de idade estejam matriculados na
19	educação básica - o índice fica um pouco abaixo da meta intermediária de 95,4%
20	proposta pelo movimento -, os péssimos números registrados nos anos finais dos
21	ensinos Fundamental (seis a 14 anos) e Médio (15 a 17 anos) refletem erros
22	cometidos ao longo de todo processo de aprendizado. Menos de um terço das
23	crianças de 8 anos que chegam ao 3º ano escolar são capazes de desenvolver uma
24	redação em termos satisfatórios. A proficiência nacional em leitura nesta faixa
25	etária encontra-se em 44,5%. A proficiência em matemática, em 33,3%.
26	Sem fôlego, o sistema de ensino deixa de atrair os jovens em fase final de
27	formação, sobretudo os com baixa renda familiar. A consequência é uma alta taxa
28	de evasão nacional. Cerca de 8,1% dos alunos desistiram do Ensino Médio em todo
29	o país no período focado pelo estudo.
30	Com isso, mais de 1,6 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos estão fora das

31	escolas. Entre os matriculados no primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino
32	Médio, o atraso de dois anos ou mais atinge 33,1%, 27,8% e 25,4% dos alunos,
33	respectivamente. Os números, apesar de terem diminuído se comparados com os
34	dos anos anteriores, apresentam uma triste projeção para o país. O movimento
35	Todos Pela Educação prevê que, em 2022, apenas 76,9% concluirão o Ensino
36	Fundamental e 65,1% se formarão no Ensino Médio com até um ano de atraso. O
37	prognóstico fica longe das metas traçadas pelo movimento para daqui sete anos:
38	95% dos jovens de 16 anos com Ensino Fundamental e 90% dos que fizeram 19
39	anos com Ensino Médio.



## ANEXO B – NOTÍCIA 02

01	Fies: prazo de inscrição para pré-selecionados termina nesta terça-feira
02	O prazo inicial era 25 de agosto, mas foi prorrogado pelo MEC para 1º. de
03	setembro.
04	Esta terça-feira (1) é a data final para que os estudantes pré-selecionados para obter
05	o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) façam a inscrição no
06	Sistema Informatizado do Fies (SisFies), na internet. O prazo era previsto para
07	terminar em 25 de agosto, mas foi prorrogado pelo Ministério da Educação (MEC).
08	Após a conclusão da inscrição no SisFies, o estudante precisa validar as
09	informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA)
10	instituição de ensino em até dez dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da
11	conclusão da inscrição. Por fim, deve comparecer a um agente financeiro do Fies
12	dez dias, contados a partir do terceiro dia útil seguinte à data da validação das
13	informações pela CPSA.
14	<b>Financiamento estudantil</b> - O Fies financia cursos superiores em instituições
15	privadas de ensino superior. Os estudantes têm até três anos depois de formados
16	para quitar o empréstimo. Ao todo, serão ofertadas 61 500 vagas. Ao longo do
17	curso, os alunos pagam parte da mensalidade de acordo com a faixa de renda
18	familiar. Todos os beneficiados pelo Fies têm 5% de desconto nas mensalidades
19	dos cursos.

## ANEXO C – NOTÍCIA 03

01	“Barreiras para melhorar a educação brasileira são políticas”, diz economista do
02	Banco Mundial
03	No EXAME Fórum Educação 2015, o ministro Renato Janine Ribeiro reafirmou as
04	metas de educação do país e especialistas criticaram a desvalorização do professor
05	e os entraves políticos que atrasam a educação no Brasil.
06	Para melhorar a educação brasileira, o principal entrave a ser superado são os
07	obstáculos políticos, de acordo com Barbara Bruns, economista-chefe do Banco
08	Mundial na área de educação para a América Latina e o Caribe. Em palestra no
09	EXAME Fórum Educação 2015, Bruns ressaltou que o Brasil não valoriza os bons
10	professores e que existem diversas soluções locais com bons resultados - basta
11	reconhecê-las e replicá-las.
12	“As barreiras para o avanço da educação do país são políticas, não técnicas. Há
13	excelentes exemplos de boas escolas e profissionais, mas, para que se tornem a
14	maioria, é preciso que o Ministério da Educação se comprometa a recompensar os
15	melhores educadores, punir os ruins e estabelecer avaliações rigorosas e
16	treinamentos eficazes”, disse Bruns.
17	As indicações são de uma pesquisa feita pelo Banco Mundial em 18 000 salas de
18	aula durante cinco anos nos países da América Latina. Em todos eles, a melhora
19	dos índices se deu quando os educadores receberam incentivos para fazer um
20	trabalho melhor. No Brasil, entretanto, além da baixa remuneração e da falta de
21	recompensas por um serviço de qualidade, os professores são mal treinados para
22	gerenciar o tempo em sala de aula. Isso leva ao baixo foco dos alunos nos
23	conteúdos (apenas 24% do tempo de aula, enquanto o ideal é que seja por volta de
24	80%) e ao pouco aprendido.
25	“Para melhorar a atuação do professor é preciso que haja padrões mais exigentes
26	para o ensino, uma prova nacional de conhecimento docente e avaliações
27	individuais para recompensar bons educadores. A transição leva tempo, mas sem
28	mudar essas normas os mais jovens não vão ganhar a educação que merecem”,
29	disse Bruns.
30	Essas iniciativas de fôlego, no entanto, devem levar tempo para saírem do papel,

31	pois, no cenário nacional de crise econômica, não parece haver espaço para grandes
32	projetos. O momento é de encontrar “alternativas de muito impacto, com poucos
33	recursos”, de acordo com o ministro da educação Renato Janine Ribeiro. No início
34	do evento, o ministro afirmou que a crise econômica é um momento para “começar
35	a tirar do papel as metas da educação, aprendendo com os erros alheios e fazendo
36	testes. Quando passar a crise, que afeta a toda a sociedade, vamos ter condições de
37	cumprir as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), com expertise”.
38	Comentando de que forma vai tornar realidade as metas do PNE, o ministro disse
39	que o financiamento dos projetos o preocupa. “Fala-se em chegar a um
40	investimento em educação equivalente a 10% do PIB. Isso não é fácil e não vejo
41	atualmente maneiras para chegar a esse número”. Mais que medidas imediatas de
42	como cumprir as metas, Ribeiro deu destaque ao debate sobre a melhor forma de
43	definir e alcançá-las.
44	<b>Excelência educativa</b> - Assim como o Banco Mundial, a valorização dos
45	professores e a maior liberdade para a contratação e remuneração de profissionais
46	foram também os pontos centrais dos argumentos de Ricardo Paes de Barros,
47	economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, César Camacho, diretor-geral do
48	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), Artur Ávila, pesquisador
49	Do Impa, Fernando Sakane, reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e
50	Cláudio Lottenberg, presidente do Hospital Albert Einstein, que participaram do
51	Fórum.
52	“É preciso um sistema mais livre para a contratação de novos professores e
53	pesquisadores, que fuja ao excesso de regulações e ajude a captar os melhores
54	Profissionais”, disse Camacho. Segundo os especialistas, o engessamento das
55	instituições públicas de ensino e pesquisa é uma questão que precisa ser superada
56	para a criação de ilhas de excelência em educação no Brasil. “O mérito deve ser o
57	principal fator de desenvolvimento de boas instituições educativas, que formem
58	profissionais que vão ajudar no desenvolvimento do país”, afirmou Lottenberg.